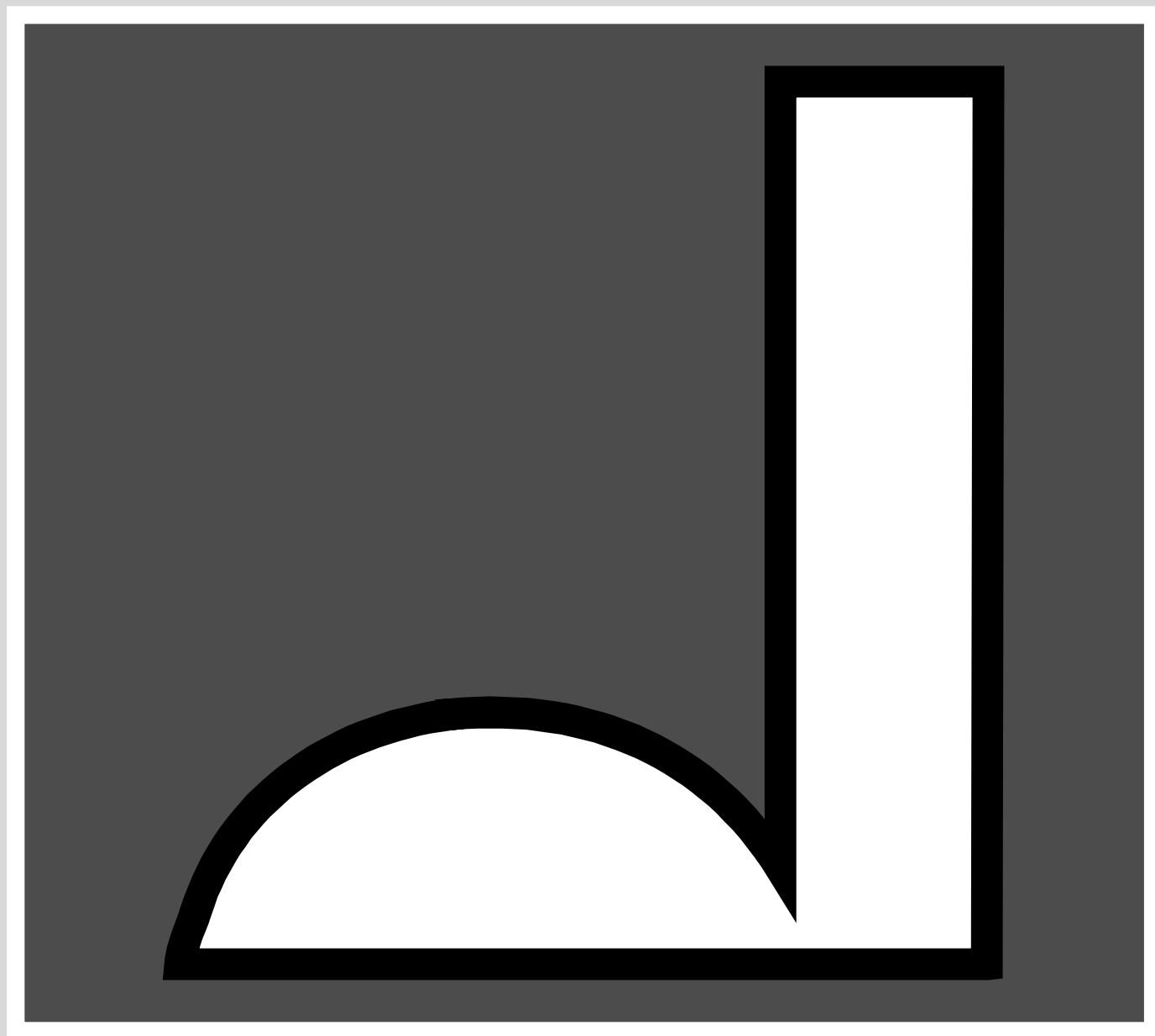




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 093 – TERÇA-FEIRA, 8 DE JUNHO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente José Sarney – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS 2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO 1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP 2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI	3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI 4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Silhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – PL – RJ	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT–13, PSB – 3, PTB – 3) LÍDER – PT Ideli Salvatti – PT Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT LÍDER – PSB – 3 João Capiberibe – PSB Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Júnior LÍDER – PTB – 3 Duciomar Costa – PTB LIDERANÇA DO PMDB – 22 LÍDER Renan Calheiros – PMDB Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL– 17, PSDB – 12 LÍDER Efraim Morais – PFL Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL LÍDER – PFL – 17 José Agripino – PFL Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro LÍDER – PSDB – 12 Arthur Virgílio – PSDB – AM Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias	LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres – PDT Vice-Líder Almeida Lima LÍDER – PL – 3 Magno Malta – PL Vice-Líder Aelton Freitas LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti – PPS LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvatti – PT
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 72ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 7 DE JUNHO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Nº 502, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 55-A, de 2001, que modifica a redação do art. 29-A e acrescenta art. 29-B à Constituição Federal para dispor sobre o limite de despesas e a composição das Câmaras de Vereadores e dá outras providências..... 17500

Nº 503, de 2004, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2002 de autoria do Senador Francelino Pereira, que dispõe sobre a profissão de Artesão. 17506

Nº 504, de 2004, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a redação dos arts. 60 e 64 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 17509

Nº 505, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que dispõe sobre as cooperativas de crédito, como previsto no art. 192 da Constituição Federal..... 17513

1.2.2 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 106/2004, de 21 de maio último, do Ministro das Comunicações, encaminhando as informações adicionais em resposta ao Requerimento nº 37, de 2004, do Senador Geraldo Mesquita Júnior. 17518

Nº 126/2004, de 1º do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.727, de 2003, do Senador Eduardo Azeredo. 17518

Nº 128/2004, de 1º do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 179, de 2004, do Senador Augusto Botelho. 17518

Nº 129/2004, de 1º do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando as informações

em resposta ao Requerimento nº 376, de 2004, do Senador Arthur Virgílio..... 17518

Nº 130/2004, de 1º do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 326, de 2004, do Senador Almeida Lima. 17518

Nº 131/2004, de 2 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.613, de 2003, do Senador Arthur Virgílio..... 17518

1.2.3 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 80/2004, de 31 de maio último, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 268, de 2004, do Senador Flávio Arns. 17518

Nº 536/2004, de 31 de maio último, do Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 103, de 2004, do Senador Arthur Virgílio..... 17518

1.2.4 – Mensagem do Presidente da República

Nº 71, de 2004 (nº 294, de 2004, na origem), de 3 do corrente, solicitando a retirada do Projeto de Lei nº 16 de 2004 (nº 6.765/02 na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a utilização do Cadastro Nacional de Informações Sociais para fins de cálculo do salário-de-benefício, comprovação de filiação ao Regime Geral de Previdência Social, tempo de contribuição e relação de emprego, enviado à Câmara dos Deputados com a Mensagem nº 337, de 2002 (Anexado ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2004)..... 17518

1.2.5 – Ofícios do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Nºs 26/2004, de 26 de maio último, comunicando a rejeição, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2002, que dispõe sobre a profissão de Artesão, de autoria do Senador Francelino Pereira, em reunião realizada naquela data..... 17519

Nº 27/2004, de 26 de maio último, comunicando a aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2003, que altera a

redação dos artigos 60 e 64 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, de autoria do Senador Paulo Paim, com a Emenda nº 1-CAS, em reunião realizada naquela data. 17520

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 57, de 2002, e 297, de 2003, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário..... 17520

Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que dispõe sobre as cooperativas de crédito, como previsto no art. 192 da Constituição Federal, cujo parecer foi lido anteriormente, continue sua tramitação. 17520

1.2.7 Discursos do Expediente

SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Realizações do governo da Bahia nas últimas quatro gestões. Considerações ao projeto de lei que regula as parcerias público-privadas. 17520

SENADOR PAULO PAIM – Considerações sobre o salário mínimo. Artigo escrito a jornais gaúchos sobre seu posicionamento a respeito do salário mínimo. Análise a projeto de lei de sua autoria, sobre a redução da jornada de trabalho..... 17522

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Posicionamento do PSDB na aprovação do salário mínimo de R\$ 275,00. 17528

SENADOR NEY SUASSUNA, como Líder – Registro de sua viagem oficial à Suíça. Recrudescimento da violência no Estado da Paraíba, a exemplo da violência nas regiões Sudeste e Sul. . 17530

SENADOR PAULO ELIFAS – Exaltação ao acordo para a adequação do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia. 17531

SENADORA HELOÍSA HELENA – Registro do lançamento de uma nova agremiação política, o Partido do Socialismo e da Liberdade (PSol)..... 17534

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Análise sobre a reportagem da revista IstoÉ que destaca as ações não cumpridas da agenda do governo do PT para garantir a realização do espetáculo do crescimento. Defesa da aprovação, pelo Senado Federal, do salário mínimo de R\$ 275,00. 17535

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, como Líder – Protestos contra o tratamento dispensado pelo cerimonial do Palácio do Planalto aos parlamentares. 17537

SENADOR ALMEIDA LIMA – Reflexão histórica acerca do salário mínimo. 17538

SENADOR HÉLIO COSTA – Realização de estudos pela Associação Mineira de Municípios

que constatou a redução do Fundo de Participação dos Municípios. Defesa da rediscussão do Pacto Federativo. 17540

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Cobranças de maiores investimentos nos portos brasileiros..... 17541

SENADOR ALVARO DIAS – Comentários sobre a reportagem da revista Veja, desta semana, que faz referências ao escândalo da fraude no Ministério da Saúde. Abandono da saúde pública no Brasil..... 17544

1.2.8 – Comunicação da presidência

Resposta à questão de Ordem formulada pelo Senador Osmar Dias, na sessão de 05 de maio passado, sobre reclamação à Mesa, quanto à prioridade para transmissão ao vivo de reunião das Comissões técnicas da Casa (**Ofício “S” nº 9, de 2004**). 17547

1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR TIÃO VIANA – Louvor à missão multiinstitucional de socorro ao indigenista José Carlos Reis Meireles Filho. 17548

SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Relato de dados que contrapõem o clima de pessimismo da Oposição ao governo Lula. 17549

SENADOR JOÃO CAPIBERIBE, como Líder – Preocupação com as consequências da proibição do uso do paneiro. 17552

SENADOR SIBÁ MACHADO – Balanço das atividades do governo na área da reforma agrária..... 17553

SENADOR RAMEZ TEBET – Apelo aos Líderes para a votação das medidas provisórias que obstruem a pauta do Senado. Comentários à resolução do Tribunal Superior Eleitoral que reduz o número de vereadores..... 17559

SENADOR PEDRO SIMON – Expectativas de solução para os problemas enfrentados pela Companhia de Petróleo Ipiranga. 17561

1.2.10 – Aviso do Tribunal de Contas da União (autuação)

Nº 12, de 2004-CN (nº 747-SGS-TCU/2004, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 558, de 2004-TCU (Plenário), com os respectivos Relatório e Proposta de Deliberação que os fundamentam, referente à Auditoria nas obras de “Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia” – Tocantins – BR – 080/GO – Padre Bernardo – Uruaçu – São Miguel do Araguaia”, Programa de Trabalho nº 26.782.0237.5730.0109. 17566

Nº 13, de 2004-CN (nº 818-SGS-TCU/2004, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 592, de 2004-TCU (Plenário), com os respectivos Relatório e Proposta de Deliberação que os fundamentam, referente à Auditoria nas obras de “Adequação de Trechos Rodoviários no

Corredor Araguaia” – Tocantins – BR – 080/GO – Padre Bernardo – Uruaçu – São Miguel do Araguaia”, Programa de Trabalho nº 26.782.0237.5730.0109. 17566

Nº 14, de 2004-CN (nº 843-SGS-TCU/2004, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 638, de 2004-TCU (Plenário), com os respectivos Relatório e Voto que os fundamentam, referente à Auditoria realizada nas obras relativas ao Programa de Trabalho nº 26.782.0236.1354.0002 – Construção de Trechos Rodoviários na BR-364, no Estado do Mato Grosso – Construção do Trecho Diamantino-Sapezal-Comodoro..... 17566

Nº 15, de 2004-CN (nº 844-SGS-TCU/2004, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 645, de 2004-TCU (Plenário), com os respectivos Relatório e Voto que os fundamentam, referente à Auditoria realizada nas obras de Construção de Trechos Rodoviários na BR-429 no Estado de Rondônia Construção do Trecho Presidente Médici – São Miguel do Guaporé..... 17566

Nº 16, de 2004-CN (nº 890-SGS-TCU/2004, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 650, de 2004-TCU (Plenário), com os respectivos Relatório e Voto que os fundamentam, referente à Auditoria Especial CGU-CE nº 119355, dando conta de supostas irregularidades nos procedimentos licitatórios (Concorrência nº 20/2002) que resultaram no Contrato nº PGE-46/2002 para a execução das obras civis, fornecimento e montagem dos equipamentos da 2ª Etapa do Perímetro de Irrigação do Baixo Acaraú..... 17566

1.2.11 – Leitura de requerimento

Nº 704, de 2004, de autoria do Senador Crisóstvam Buarque, solicitando Voto de pesar pelo falecimento do Sr. George Lederman no dia 04/06/2004, na cidade de Recife. 17566

1.2.12 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Preocupação sobre o futuro da Fundação Nacional do

Índio – Funai, que está sendo questionada em sua atuação..... 17567

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Possibilidade de fraude na administração da limpeza de São Paulo..... 17568

SENADOR LEONEL PAVAN – Comentários ao artigo “Lula evita falar com imprensa”, publicado no jornal **Correio Braziliense**, de 24 de maio do corrente..... 17571

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Elogio e registro do artigo intitulado “O paz e amor se acabou”, de autoria do Senador José Agripino, publicado no **Jornal do Brasil**, de 31 de maio último. 17572

1.2.13 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 17573

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

3 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

7 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

8 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

11 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 72ª Sessão não Deliberativa, em 7 de junho de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos,
da Sra. Serys Shhessarenko, e dos Srs. Álvaro Dias e Efraim Moraes.*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, pareceres de Comissões que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 502, DE 2004

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 55-A, de 2001, que modifica a redação do art. 29-A e acrescenta art. 29-B à Constituição Federal para dispor sobre o limite de despesas e a composição das Câmaras de Vereadores e dá outras providências.

Relator do Vencido: Senador **Antonio Carlos Valadares**

I - Relatório

Originário da Câmara dos Deputados, vem ao exame desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 55-A (PEC nº 55-A), que tem por objetivo alterar o art. 29-A da Constituição Federal (CF/88), fruto da Emenda Constitucional nº 25/2000, que trata dos subsídios dos vereadores, e acrescenta o art. 29-B no Texto Constitucional, disciplinando o número de vereadores por habitantes e, por isso mesmo, revoga o inciso IV do art. 29 da CF/88.

Ademais, a PEC nº 55-A estabelece em seu art. 3º que para os fins do art. 29-B, então criado, a população de cada município será a constante da estimativa mais atualizada do órgão oficial de estatística.

Por fim, o art. 4º da PEC em apreço determina que o Tribunal Superior Eleitoral adotará as medidas necessárias à aplicação da Proposta para as eleições de 2004.

O relatório apresentado pelo Senador Jefferson Peres não foi aprovado por esta Comissão, motivo pelo qual, se confecciona o respectivo voto do vencido, em

decorrência da designação do seu ilustre Presidente, em atendimento ao preceituado no art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

II – Análise

Primeiramente esclareço que fazem parte integrante e complementar desta peça as argumentações por mim desenvolvidas quando da discussão da matéria perante esta Comissão, motivo pelo qual devem ser consideradas como se transcritas aqui estivessem, sendo que tais argumentações estão consolidadas nas respectivas gravações e notas taquigráficas.

Verifica-se que a PEC nº 55-A dá nova disciplina à questão do número de vereadores e respectivos subsídios, de modo a tolher os abusos hoje existentes, que são do conhecimento de todos, de modo a alterar o art. 29-A e introduzir um novo dispositivo constitucional, consubstanciado no art. 29-B.

O número de vereadores, hoje, é disciplinado pelo inciso IV do art. 29 da CF/88. Por provocação do Ministério Público, o Supremo Tribunal Federal (STF) exarou decisão no Recurso Extraordinário (RE) nº 197.917, e que amparou decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que via Resolução nº 21.702/2004, definiu o número de vereadores que cada município pode ter, reduzindo em quase 9 mil o número total de vereadores existentes.

É importante dizer, para perfeito esclarecimento da matéria, que recentemente tramitou nesta Comissão a PEC nº 7/92, também oriunda da Câmara dos Deputados e de autoria do ex-Deputado Genebaldo Corrêa. Esta PEC conta com 2 artigos. O primeiro artigo determina a supressão do inciso IV do art. 29 da CF/88 e dá nova disciplina à questão do número de vereadores. O segundo artigo determina que essa nova regra iria valer para as eleições de 1992. A matéria está em fase de segundo turno. Diga-se de passagem, que a PEC nº 7/92 aumenta em mais 5 mil o número de vagas de vereadores em todo o País.

Desta feita, a PEC nº 55-A, que englobou na Câmara dos Deputados outras PEC que também visam melhor regular a matéria, e inclusive corrige as distorções da aludida decisão do TSE. Vejamos a tabela a seguir:

Tabela de Vereadores

Projeção do nº total de Vereadores

População		Número de Vereado res	Total de Municípi os			
De	Até			Atual	PEC nº 55-A	Res. TSE
	7.000	7	2.029	18.659	14.203	18.261
7.001	15.000	9	1.460	14.318	13.140	13.140
15.001	25.000	11	862	9.482	9.482	7.758
25.001	50.000	13	656	8.381	8.528	5.927
50.001	75.000	15	201	3.025	3.015	2.010
75.001	100.000	17	108	1.751	1.836	1.098
100.001	250.000	19	148	2.619	2.812	1.743
250.001	500.000	21	57	1.156	1.197	889
500.001	600.000	23	7	140	161	138
600.001	700.000	25	4	84	100	84
700.001	800.000	27	5	105	135	105
800.001	900.000	29	2	42	58	42
900.001	1.000.000	31	2	42	62	42
1.000.001	1.400.000	33	5	153	165	172
1.400.001	1.800.000	35	3	109	105	111
1.800.001	2.200.000	37				
2.200.001	3.000.000	39	3	113	117	123
4.500.001	6.000.000	43	1	42	43	50
10.000.001		55	1	55	55	55
Total:			5.554	60.276	55.214	51.748

* fonte: IBGE e União de Vereadores do Brasil (UVB) – para efeito estatístico, foram excluídos, além de Brasília que não possui vereadores, 10 municípios que não possuem número de vereadores, segundo a UVB, ou não estão no cadastro do IBGE.

A tabela demonstra, de um lado as novas faixas populacionais, e do outro o número de Vereadores, na hipótese de aprovação definitiva da PEC nº 55-A. Ademais, a tabela demonstra, ainda, o número de Municípios que se enquadram em cada faixa e o número total de Vereadores em cada faixa.

Portanto, vislumbra-se de modo cristalino que:

1. há uma redução de 5.062 Vereadores em relação ao total existente hoje;
2. há aumento, significativo, do número de faixas populacionais.

Ora, este aumento no número de faixas faz com que a relação entre o número de representantes e representados sofra menos distorção em relação aos critérios adotados pelo TSE, que criou faixas muito amplas. Para se ter uma idéia, a primeira faixa abrange a grande maioria dos Municípios brasileiros, pois incide em Cidades de até 47.619 habitantes.

Assim, para exemplificar, cito exemplos de Municípios no meu Estado de Sergipe, vejamos: o Município de Amparo de São Francisco, com 2.182 habitantes, com a aprovação da PEC nº 55-A, continuará com 7 Vereadores, mas pela Resolução do TSE ele deverá ter 9 Vereadores, situação similar ao Município de São Cristóvão, com 74.647; ou ainda, ao Município de Simão Dias, com 36.813 habitantes, que também teria 9 Vereadores. Portanto, há uma distorção que, imperiosamente, precisa ser corrigida.

Cabe ilustrar que a Resolução do TSE diz que os Municípios com população entre 571.429 até 1.000.000 terão 21 Vereadores. Contudo, basta um único habitante a mais, a fim de que se adentre na faixa populacional de 1.000.000 até 1.121.95, para se ter 33 Vereadores, isto é, um aumento de 12 Vereadores!

Por fim, esclareço que a PEC entelada não é uma revogação da decisão do TSE, que procedeu tal medida com base na legislação constitucional vigente, pois esta é que precisa ser retificada. Por conseguinte, o papel do Poder Legislativo é, justamente, corrigir as distorções que induzem o Judiciário a explanar um direito muitas vezes desajustado com a realidade. Ora, o papel fundamental do Congresso Nacional, enquanto detentor do poder constituinte derivado, é corrigir e atualizar o Texto

Constitucional com a vontade do povo, para que o Judiciário propale um bom direito.

III – Voto

Em face de todo o exposto, manifestamo-nos pela aprovação integral, sem emendas, da Proposta de Emenda à Constituição nº 55-A.

Sala da Comissão, 3 de junho de 2004. – **Edison Lobão**, Presidente – **Antônio Carlos Valadares**, Relator – **Magno Malta** – **Leomar Quintanilha** – **Garibaldi Alves Filho** – **João Batista Motta** – **Pedro Simon** – **Antonio Carlos Magalhães** – **Tasso Jereissati** – **Arthur Virgílio** – **Jefferson Péres** – **Ana Júlia Carepa** – **João Ribeiro** – **Rodolpho Tourinho** – **Antero Paes de Barros**.

VOTO VENCIDO EM SEPARADO DO SENADOR JEFFERSON PÉRES

Relator: Senador Jefferson Péres

I – Relatório

Em dezembro de 2001, o Senador Leomar Quintanilha apresentou a Proposta de Emenda à Constituição nº 55, que alterava os termos do art. 29-A da Carta Magna, com o intuito de restringir mais os limites constitucionais aos gastos com o Poder Legislativo municipal. Aprovada nesta Casa em novembro de 2002, a PEC foi enviada à Câmara dos Deputados, onde passou a tramitar com o nº 574, de 2002.

Em agosto de 2003, a Presidência da Câmara dos Deputados houve por bem constituir uma Comissão Especial para emitir parecer sobre a PEC nº 574, de 2002. No interior dessa Comissão, juntar-se as PECs nº 89, de 1995, e 353, de 2001, a PEC nº 574 ganhou um importante acréscimo em sua substância: ao invés de limitar-se a restringir os gastos com o Poder Legislativo municipal, alterando os termos do art. 29-A, alterava também o inciso IV do art. 29 da Lei Magna, estabelecendo faixas numericamente precisas para a determinação do número de Vereadores em cada Câmara Municipal. Assim, nos termos de uma emenda aglutinativa global que consubstanciou as PECs nº 353, de 2001, e nº 574, de 2002, foi aprovada, na referida Comissão Especial, a PEC nº 574, de 2002.

Tendo retornado modificada a esta Casa, foi renumerada como PEC nº 55-A, de 2001. Em sua versão modificada, a PEC nº 55-A acrescenta duas novas faixas populacionais ao art. 29-A e reduz os

limites de despesas com o Poder Legislativo municipal que cada faixa prescreve. Outrossim, como já dito, revoga o inciso IV do art. 29 da Lei Maior, e passa a regular a matéria no art. 29-B, que cria para tal fim. Neste artigo, as antigas três faixas do inciso IV são substituídas por vinte e duas novas faixas, cujo intuito é o de não mais permitir ao legislador municipal a determinação autônoma do número de seus edis, substituindo tal autonomia do poder local por uma determinação matemática do poder central.

II – Análise

A autonomia para a determinação do número de Vereadores deve ser exercida segundo o critério da proporcionalidade, conforme reza o texto do inciso IV do art. 29 da Constituição Federal. Por sinal, o Tribunal Superior Eleitoral, através da Resolução nº 21.702, de fevereiro deste ano, esclareceu os critérios de proporcionalidade, de modo a estabelecer que a Constituição Federal considera que deve haver um Vereador para cada quarenta e sete mil, seiscentos e dezenove brasileiros, respeitado o piso de nove edis. Quer-me parecer que a interpretação do Tribunal Superior Eleitoral é adequada e justa, não necessitando, portanto, reparos. Sendo assim, o art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 55-A, de 2001, que acrescenta o art. 29-B à Carta Magna, é desnecessário e capaz de induzir a erros, na medida em que não tem o alcance econômico que tem a mencionada resolução do Tribunal Superior Eleitoral.

Em nome do mesmo espírito econômico, parece-me, aí sim, adequado o art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 55-A, de 2001, que determina a redução da parte da receita municipal a ser empregada com o Poder Legislativo local.

Outrossim, observo que a proposição está vazada em boa técnica legislativa e não padece de vício de inconstitucionalidade ou atenta contra qualquer princípio geral de direito, o que assegura sua juridicidade.

III – Voto

Em razão do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação da Proposta de Emenda

à Constituição nº 55-A, de 2001, nos termos do seguinte substitutivo:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55-A (SUBSTITUTIVO), DE 2001

**Modifica a redação do art. 29-A da
Constituição Federal para dispor sobre
o limite de despesas com as Câmaras
de Vereadores.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 29-A da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 29-A

I – sete inteiros e cinco décimos por cento para Municípios com população de até cem mil habitantes;

II – seis inteiros e cinco décimos por cento para Municípios com população de mais de cem mil e de até duzentos e cinquenta mil habitantes;

III – cinco inteiros e cinco décimos por cento para Municípios com população de mais de duzentos e cinquenta mil e de até quinhentos mil habitantes;

IV – cinco por cento para Municípios de mais de quinhentos mil e de até um milhão e quinhentos mil habitantes;

V – quatro inteiros e cinco décimos por cento para Municípios com população de mais de um milhão e quinhentos mil e de até três milhões de habitantes;

VI – quatro por cento para municípios com população acima de três milhões de habitantes.

.....(NR) ”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.

Sala da Comissão, Presidente Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 55-A, DE 2001

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SLHESARENKO					1 - EDUARDO SUPLICY	X			
ALOIZIO MERCADANTE					2 - ANA JÚLIA CAREPA		X		
TIÃO VIANA	X				3 - SIBA MACHADO	X			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X			4 - DUCIOMAR COSTA				
MAGNO MALTA					5 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X			
FERNANDO BEZERRA					6 - JOÃO CAPIBERIBE				
MARCELO CRIVELLA					7 - AELTON FREITAS				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LEOMAR QUINTANILHA		X			1 - NEY SUASSUNA				
GARIBALDI ALVES FILHO		X			2 - LUIZ OTÁVIO				
JOSÉ MARANHÃO	X				3 - RENAN CALHEIROS				
JOÃO BATISTA MOTTA		X			4 - JOÃO ALBERTO SOUZA				
ROMERO JUCA					5 - MAGUITO VILELA				
PEDRO SIMON		X			6 - SÉRGIO CABRAL				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES		X			1 - PAULO OCTÁVIO				
CÉSAR BORGES					2 - JOÃO RIBEIRO		X		
DEMÓSTENES TORRES					3 - JORGE BORNHAUSEN				
EDISON LOBÃO					4 - EFRAIM MORAIS				
JOSE JORGE					5 - RODOLPHO TOURINHO		X		
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÁLVARO DIAS	X				1 - ANTERO PAES DE BARROS	X			
TASSO JEREISSATI					2 - EDUARDO AZEREDO				
ARTHUR VIRGÍLIO		X			3 - LEONEL PAVAN				
TITULAR - PDT					TITULAR - PDT				
JEFFERSON PÉRES	X				1 - ALMEIDA LIMA				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1 - PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 49 SIM: 8 NÃO: 40 ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 / 06 / 2004

Senador EDISON LOBÃO

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (§ 8º, art. 132, do RISF)

U:\CCJ2003\Votação nominal.doc (atualizado em 12/03/2004)

VOTO EM SEPARADO DO SENADOR ANTERO PAES DE BARROS REJEITADO NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Há mais de 30 anos, o Brasil discute diferentes soluções para a definição do número de vereadores nas Câmaras Municipais e mecanismos de fixação dos subsídios dos edis. O assunto tem sido objeto de ações judiciais de iniciativa de cidadãos que defendem não apenas redução do número de cadeiras nos Legislativos Municipais, mas também a limitação do percentual de verbas a eles destinados, por considerá-los grandes ralos pelos quais escoam recursos que faltam para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para os investimentos sociais destinados ao atendimento das camadas mais pobres da população. Aqui no Congresso, até pelas ligações políticas que temos com os vereadores, o debate do assunto tem sido permanente.

Em dezembro de 2001, o Senador Leomar Quintanilha apresentou a Proposta de Emenda à Constituição nº 55, que alterava os termos do art. 29-A da Carta Magna, com o intuito de restringir mais os limites constitucionais aos gastos com o Poder Legislativo municipal. Aprovada nesta Casa em novembro de 2002, a PEC foi enviada à Câmara dos Deputados, onde passou a tramitar com o nº 574, de 2002.

Em agosto de 2003, a Presidência da Câmara dos Deputados houve por bem constituir uma Comissão Especial para emitir parecer sobre a PEC nº 574, de 2002. No interior dessa Comissão, juntar-se as PECs nº 89, de 1995, e 353, de 2001, a PEC nº 574 ganhou um importante acréscimo em sua substância: ao invés de limitar-se a restringir os gastos com o Poder Legislativo municipal, alterando os termos do art. 29-A, alterava também o inciso IV do art. 29 da Lei Magna, estabelecendo faixas numericamente precisas para a determinação do número de Vereadores em cada Câmara Municipal. Assim, nos termos de uma emenda aglutinativa global que consubstanciou as PECs nº 353, de 2001, e nº 574, de 2002, foi aprovada, na referida Comissão Especial, a PEC nº 574, de 2002.

Tendo retornado modificada a esta Casa, foi renumerada como PEC nº 55-A, de 2001. Em sua versão modificada, a PEC nº 55-A acrescenta duas novas faixas populacionais ao art. 29-A e reduz os limites de despesas com o Poder Legislativo municipal que cada faixa prescreve. Outrossim, como já dito, revoga o inciso IV do art. 29 da Lei Maior, e passa a regular a matéria no art. 29-B, que cria para tal fim. Neste artigo, as antigas três faixas do inciso IV são substituídas por vinte e duas novas faixas, cujo intuito é o de não mais permitir ao legislador municipal a determinação autônoma do número de seus edis, substituindo tal

autonomia do poder local por uma determinação matemática do poder central.

III – Voto

Em conclusão, considerando-se as razões expostas, concluímos pela apresentação de três emendas à Proposta de Emenda Constitucional nº 55-A de 2001:

EMENDA Nº

Suprima-se o art. 2º da Proposta de Emenda Constituição nº 55-A, de 2001.

EMENDA Nº

Dê-se ao art. 1º da Proposta de Emenda Constituição nº 55-A, de 2001, a seguinte redação:

Art. 1º O **caput** do art. 29-A da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação, suprimindo-se os incisos de I a VI:

“Art. 29-A O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar a 4% da receita líquida do município realizada no exercício anterior.”

EMENDA Nº

Acrescente-se à Proposta de Emenda Constituição nº 55-A, de 2001, os seguintes dispositivos:

Art. 1º As alíneas **a** e **b** do inciso VI do art. 29 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29.
VI –

a) em Municípios de até quinze mil habitantes, o cargo eletivo de vereador será considerado honorífico, vedada a percepção de remuneração ou ajuda de custo de qualquer espécie, assegurada a contagem do tempo de exercício do mandato como primeiro critério de desempate na hipótese de empate em número de votos na disputa de cargos eletivos e como título nos concursos públicos para cargos ou empregos públicos municipais ou estaduais.” (NR)

b) em Municípios de quinze mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.

Art. 2º Fica assegurado o direito dos atuais vereadores de perceberem o subsídio fixado até o final do mandato.

Justificação

A primeira emenda visa a suprimir da Proposta em exame nesta Comissão o artigo 2º, que fixa o número de Vereadores de acordo com a população dos Municípios, por entendermos que a solução que melhor atende aos interesses nacionais e à realidade sócio-econômica dos municípios brasileiros é a resolução 21.702 do Tribunal Superior Eleitoral, que reduz consideravelmente o número de vereadores. Dos atuais 60.276 vereadores, pela resolução do TSE ficaríamos reduzidos a 51.748 vereadores. Ou seja, havia uma diminuição de 8.528 cadeiras nas Câmaras Municipais. A alternativa contida na PEC 55-A é um paliativo, que reduz o número de vereadores a 55.214, ou seja, 5.062 vereadores. Ou seja, a PEC 55-A preserva 3.466 vereadores que seriam cortados pela resolução do TSE.

A segunda emenda que estou apresentando visa a limitar a 4% da receita líquida dos municípios os gastos com as Câmaras dos Vereadores. A sistemática atual e a solução apresentada na PEC 55-A nos parecem inadequadas. Não considero justo o critério de estabelecer limites de gastos com o Poder Legislativo municipal proporcionalmente à população dos municípios. Primeiro, porque há cidades com grande número de habitantes e, portanto, com grandes demandas sociais a serem atendidas e, ao mesmo tempo, com receita própria diminuta. De outro lado, temos cidades com população menor e com alto grau de industrialização, que lhes garante arrecadação tributária expressiva, e que seriam obrigadas a destinar menor parcela de suas receitas para a manutenção do Poder Legislativo Municipal. Minha proposta é que os gastos com as Câmaras de Vereadores não possam, em nenhuma hipótese, ultrapassar a 4% da receita, seja qual for a receita municipal. Assim, os municípios vão dispor de maiores verbas para investir na melhoria da qualidade de vida de suas populações e terão de recorrer cada vez menos a financiamentos e empréstimos para atender às necessidades de seus habitantes.

Finalmente, estamos apresentando ainda emenda que visa a tornar honorífico o cargo de vereador nas cidades com até 15 mil habitantes. Entendemos que nas cidades pequenas os vereadores podem conciliar sua atividade política com as suas atividades profissionais ou comerciais. Afinal, as Câmaras Municipais se reúnem a cada 15 dias, às vezes uma vez por mês, apenas. De outro lado, objetivamos com essa proposta resgatar as vocações políticas municipais e acabar com o carreirismo, desestimulando aqueles candidatos que buscam a vere-

ança como fonte de renda e de promoção social. Esse dispositivo atingirá 60 por cento dos municípios brasileiros, os quais passarão a gastar menos com as Câmaras Municipais e terão, portanto, maior volume de recursos para investimentos em benefício de suas populações.

Apresento, portanto, neste voto as três propostas de alterações a PEC 55-A, de 2001, convencido de estar cumprindo com o meu dever de contribuir para aprimorar a qualidade da representação política nos Municípios, de auxiliar na redução das despesas municipais com o funcionamento das Câmaras de Vereadores e de buscar o aperfeiçoamento das instituições políticas em nosso País.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2004. – Senador **Antero Paes Barros**.

PARECER Nº 503, DE 2004

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2002, de autoria do Senador Francelino Pereira, que dispõe sobre a profissão de Artesão.

Relator: Senador Demóstenes Torres

I – Relatório

É submetido ao exame da Comissão de Assuntos Sociais

O Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2002, que tem por finalidade regulamentar o exercício da profissão de artesão.

Na sua parte substancial, a proposição prevê a regulamentação do exercício da profissão de artesão ou produtor artesanal, bem como dispõe sobre o aprendiz de artesão.

Ao justificar sua iniciativa, o autor do projeto alega:

O artesanato é a origem de muitas das melhorias da vida humana. E é provavelmente um dos ofícios mais antigos conhecidos mundialmente. Foi e continua sendo usado de modo instrumental, através de produtos que facilitam a vida, contribuindo para o aperfeiçoamento da própria organização social.

Ao projeto, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – Análise

A proposição em apreço, na verdade, está mais preocupada em dispor sobre o trabalho do aprendiz de artesão do que tratar da regulamentação do exercício da profissão de artesão ou produtor artesanal.

Em que pese à boa intenção do autor em estabelecer regras para o trabalho do aprendiz de artesão, entendemos que a Consolidação das Leis do Trabalho e o Estatuto da Criança e do Adolescente já dispõem adequadamente sobre a situação do menor aprendiz. Julgamos desnecessárias as regras propostas, pois não trazem nenhum avanço relativamente à legislação vigente.

No que se refere à regulamentação do exercício da profissão de artesão ou produtor artesanal, vale ressaltar que a regra básica da Constituição brasileira é a liberdade de exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão.

Há uma falsa suposição de que o poder e a proteção de determinada categoria reside na possibilidade de que dispõe para obter do Estado a sua regulamentação profissional. É de salientar que profissões regulamentadas e com direitos cativos são instituições recentes e herdeiras dos aspectos menos nobres das antigas corporações medievais. Como é sabido, há categorias profissionais fortes, embora não sejam amparadas por lei especial.

Ultimamente, o Congresso Nacional vem aprovando inúmeras leis de regulamentação de profissões que mais se prestam a criar privilégios para os que as exercem, impedindo ou dificultando indevidamente o seu livre exercício.

É o que muito bem observa Eduardo G. Saad:

Percebe-se que ele (o legislador) age sob a pressão de pequenos grupos interessados na proteção de certas vantagens e de certos privilégios, mediante a eliminação de eventuais concorrentes. É o renascimento do movimento que, nos séculos XVII e XVIII, levou os artesãos a bloquear o acesso dos companheiros ao grau de mestria. Cerrando as portas das corporações para todos aqueles que queriam conquistar melhores condições de vida, os artesãos criaram uma das mais poderosas causas da velha ordem social. A sociedade moderna tem, como traço marcante, a mobilidade de seus membros através das vias de comunicação entre os vários planos da vida coletiva. Essas vias de comunicação não podem ser fechadas por atos do legislador, só justificáveis à luz das conveniências do bem comum. Se persistir em tão perigosa prática, o legislador estará agindo de forma nociva ao

desenvolvimento social (CLT Comentada, 21ª ed., 1988, pp. 172-3).

Na Constituição Federal, a liberdade de profissão está expressa em seu art. 5º, inciso XIII: *é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.*

A restrição da qualificação profissional estabelecida em lei fundamenta-se no princípio de que o Estado regulamente tão-só as profissões cujo exercício esteja intimamente ligado à *vida, saúde, educação, liberdade ou segurança das pessoas*. É esse, portanto, o motivo de a lei exigir determinadas condições de capacitação para o exercício de tais atividades. Daí por que a regulamentação de uma determinada profissão não pode prescindir de um órgão de natureza estatal, com poderes para exercer as atribuições normativas e fiscalizadoras do exercício profissional.

Não se configuram, a nosso ver, na profissão de artesão, as restrições ao exercício de profissões que estejam estritamente ligadas à saúde, à segurança, à liberdade e aos valores morais da sociedade. Não se justifica, portanto, interferência do Estado no exercício dessa atividade, por meio de legislação regulamentadora.

É de se ressaltar também a velocidade com que se processam substanciais inovações tecnológicas na área profissional, o que, mais uma vez, não recomenda a existência de lei regulamentadora das profissões. Em lugar de proteger o mercado de trabalho desses profissionais, a lei pode transformar-se em obstáculo ao aprimoramento profissional das diferentes categorias de trabalhadores, engessando-as em definições inadequadas, que passarão a exigir reformulações legais a pequenos intervalos de tempo.

Não é demais lembrar ainda que uma excessiva regulamentação de profissões atenta contra a universalidade do direito do trabalho, contra a eficiência na alocação dos recursos humanos e, conseqüentemente, contra o interesse público.

III – Voto

Feitas essas considerações, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2002.

Sala da Comissão, 20 de maio de 2004. – **Augusto Botelho**, Presidente – **Demóstenes Torres**, Relator – **Ana Júlia Carepa** – **Flávio Arns** – **Aelton Freitas** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Leomar Quintanilha** – **José Agripino** – **Eduardo Azeredo** – **Teotônio Vilela Filho** – **Reginaldo Duarte** – **Augusto Botelho** – **Juvêncio da Fonseca** – **Antônio Carlos Valadares** – **Garibaldi Alves Filho** – **César Borges** – **Demóstenes Torres** – **Efraim Moraes** – **Leonel Pavan**.

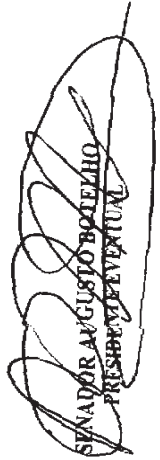
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - I T A DE VOTAÇÃO

PLS Nº 57, DE 2002.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo.	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo.	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANA JÚLIA CAREPA (PT)		X			1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)				
IDELI SALVATTI (PT)					2- FERNANDO BEZERRA (PTB)				
FÁTIMA CLEIDE (PT)					3- TIÃO VIANA (PT)				
FLÁVIO ARNS (PT)		X			4- ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)		X		
SIBA MACHADO (PT)					5- DUCIOMAR COSTA (PTB)				
AELTON PREITAS (PL)		X			6- VAGO				
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSB)		X			7- SERY S LHISSARENKO (PT)				
DELCLIDIO AMARAL (PT)		X			8- VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MAO SANTA					1- GARIBALDI ALVES FILHO		X		
LEOMAR QUINTANILHA		X			2- HÉLIO COSTA				
MAGUITO VILELA					3- VAGO				
SÉRGIO CABRAL					4- JOSE MARANHÃO				
NEY SUASSUNA					5- PEDRO SIMON				
RAMEZ TEBET					6- ROMERO JUCA				
PAPALÉO PAES					7- GERSON CAMATA - LICENCIADO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDISON LOBÃO					1- ANTONIO CARLOS MAGALHÃES				
JONAS PINHEIRO					2- CÉSAR BORGES		X		
JOSÉ AGRIPINO		X			3- DEMÓSTENES TORRES - RELATOR		X		
PAULO OCTÁVIO					4- EFRAIM MORAIS		X		
MARIA DO CARMO ALVES					5- JORGE BORNHAUSEN				
ROSEANA SARNEY					6- JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO AZEREDO		X			1- TASSO JEREISSATI				
LÚCIA VÂNIA					2- LEONEL PAVAN		X		
TEOTÔNIO VILELA FILHO		X			3- SÉRGIO GUERRA				
ANTERO PAES DE BARROS					4- ARTHUR VIRGÍLIO				
REGINALDO DUARTE		X			5- MARCOS GUERRA				
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO Presidente Eventual					1- OSMAR DIAS				
JUVÊNCIO DA FONSECA		X			2- VAGO				
TITULARES - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PATRICIA SABOYA GOMES					1- MOZARILDO CAVALCANTI				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: 16 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 20/05/2004.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)



SENADOR AUGUSTO BOTELHO
PRESIDENTE EVENTUAL

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, e à propriedade, nos termos seguintes:
.....

XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;
.....

PARECER Nº 504, DE 2004

**Da Comissão de Assuntos Sociais,
sobre o Projeto de Lei do Senado nº 297,
de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim,
que altera a redação dos arts. 60 e 64 da Lei
nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe
sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.**

Relator: Senador Garibaldi Alves Filho

I – Relatório

É submetido ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2003, de iniciativa do Senador Paulo Paim, que tem por objetivo alterar a redação dos arts. 60 e 64 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

As alterações propostas pelo projeto têm por objetivo, conforme justifica o autor, adequar esses dispositivos à redação dada ao inciso XXXIII da Constituição Federal, pela EC 20/98.

Assevera o autor que, após a promulgação da referida Emenda, surgiu a necessidade de adequação da legislação infraconstitucional, sendo que o texto da Consolidação das Leis do Trabalho que trata da matéria, art. 403, já foi devidamente retificado, por intermédio da Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000.

Afirma a necessidade de se tomar a mesma medida no que importa ao Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual, até o momento, não teve sua redação alterada.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

II – Análise

A iniciativa está em harmonia com os preceitos constitucionais, jurídicos e regimentais e foi elaborada com observância dos pressupostos relativos à iniciativa e à competência para legislar (art. 61 e **caput** do art. 64 da Carta Magna, respectivamente).

Quanto ao mérito, a iniciativa promove a harmonização legislativa, mostrando-se, portanto, oportuna e salutar.

A EC 20/98 promoveu alterações no limite etário para o trabalho, passando a proibir o trabalho aos menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir do 14 anos. Anteriormente o texto constitucional estabelecia proibição do trabalho a menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz.

A legislação infraconstitucional que rege a matéria ficou a necessitar de alteração para se harmonizar com as novas diretrizes lançadas. De fato, o texto celetista já foi devidamente retificado.

Todavia, os arts. 60 e 64 da Lei nº 8.069, de 1990, ainda ostentam redação anacrônica em face do texto constitucional. Assim sendo, a iniciativa é pertinente na medida em que sana um problema de integração legislativa, corrigindo a contradição que se estabeleceu após a promulgação da EC 20/98.

III – Voto

Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2003, com o teor da emenda oferecida em 7 de outubro pela Sra. Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Sala da Comissão, 20 de maio de 2004. – **Garibaldi Alves Filho**, Relator.

EMENDA Nº 1-CAS

O art. 64 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, na redação dada pelo art. 1º do projeto, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

Art. 60.

Art. 64. Ao adolescente aprendiz, é assegurado o salário mínimo hora, salvo condição mais favorável.”

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2003. – **Augusto Botelho**, Presidente Eventual – **Garibaldi Alves Filho**, Relator – **Ana Júlia Carepa** – **Flavio Arns** – **Antonio Carlos Valadares** – **Aelton Freitas** – **Geraldo Mesquita Junior** – **Leomar Quintanilha** – **César Borges** – **José Agripino** – **Demóstenes Torres** – **Efraim Moraes** – **Eduardo Azeredo** – **Leonel Pavan** – **Teotônio Vilela Filho** – **Reginaldo Duarte** – **Augusto Botelho** – **Juvêncio da Fonseca**.

PLS Nº 297, DE 2003.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo.		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo.		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANA JÚLIA CAREPA (PT)		X				1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)					
IDELI SALVATTI (PT)						2- FERNANDO BEZERRA (PTB)					
FÁTIMA CLEIDE (PT)						3- TIÃO VIANA (PT)					
FLÁVIO ARNS (PT)		X				4- ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)		X			
SIBA MACHADO (PT)						5- DUCIOMAR COSTA (PTB)					
AELTON FREITAS (PL)		X				6- VAGO					
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSB)		X				7- SERY S L HESSARENKO (PT)					
DELÍCIO AMARAL (PT)						8- VAGO					
TITULARES - PMDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MÃO SANTA						1- GARIBALDI ALVES FILHO - RELATOR		X			
LEOMAR QUINTANILHA		X				2- HÉLIO COSTA					
MAGUITO VILELA						3- VAGO					
SÉRGIO CABRAL						4- JOSÉ MARANHÃO					
NEY SUASSUNA						5- PEDRO SIMON					
RAMEZ TEBET						6- ROMERO JUCA					
PAPALÉO PAES						7- GERSON CAMATA - LICENCIADO					
TITULARES - PFL		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDISON LOBÃO						1- ANTONIO CARLOS MAGALHÃES					
JONAS PINHEIRO						2- CÉSAR BORGES		X			
JOSE AGRIPIÑO		X				3- DEMOSTENES TORRES		X			
PAULO OCTÁVIO						4- EFRAIM MORAIS		X			
MARIA DO CARMO ALVES						5- JORGE BORNHAUSEN					
ROSEANA SARNEY						6- JOÃO RIBEIRO					
TITULARES - PSDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO AZEREDO		X				1- TASSO JEREISSATI					
LÚCIA VÂNIA						2- LEONEL PAVAN		X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO		X				3- SÉRGIO GUERRA					
ANTERO PAES DE BARROS						4- ARTHUR VIRGÍLIO					
REGINALDO DUARTE		X				5- MARCOS GUERRA					
TITULARES - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO Presidente Eventual						1- OSMAR DIAS					
JUVÊNCIO DA FONSECA		X				2- VAGO					
TITULARES - PPS		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPS		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PATRICIA SABOYA GOMES - AUTORA						1- MOZARILDO CAVALCANTI					

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 20/05/2004.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)


 SENADOR AUGUSTO BOTELHO
PRESIDENTE EVENTUAL

**TEXTO FINAL DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 297, DE 2003,
APROVADO PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SO-
CIAIS EM REUNIÃO DO DIA 20 DE MAIO DE 2004**

**Altera a redação dos artigos 60 e 64,
da Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que
“dispõe sobre o Estatuto da Criança e do
Adolescente e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os Arts. 60 e 64 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos” (NR)

“Art. 64. Ao adolescente aprendiz, é assegurado o salário-mínimo hora, salvo condição mais favorável” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Sala da Comissão, 20 de maio de 2004. – Senador **Augusto Botelho**, Presidente Eventual – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Art. 64. A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20,
DE 15 DE DEZEMBRO DE 1998

**Modifica o sistema de previdência so-
cial, estabelece normas de transição e dá
outras providências.**

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 7º

XII – salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;

.....
XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

LEI Nº 10.097, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000

**Altera dispositivos da Consolida-
ção das Leis do Trabalho – CLT, aprovada
pelo Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de
1943.**

.....
“Art. 403. É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.” (NA)

.....
Documento anexado nos termos do art. 250, parágrafo único, do Regimento Interno.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Garibaldi Alves Filho**

I – Relatório

É submetido ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2003, de iniciativa do Senador Paulo Paim, que tem por objetivo alterar a redação dos arts. 60 e 64 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

As alterações propostas pelo projeto têm por objetivo, conforme justifica o autor, adequar esses dispositivos à redação dada ao inciso XXXIII da Constituição Federal, pela EC 20/98.

Assevera o autor que, após a promulgação da referida Emenda, surgiu a necessidade de adequação da legislação infraconstitucional, sendo que o texto da Consolidação das Leis do Trabalho que trata da matéria, art. 403, já foi devidamente retificado, por intermédio da Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000.

Afirma a necessidade de se tomar a mesma medida no que importa ao Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual, até o momento, não teve sua redação alterada.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

II – Análise

A iniciativa está em harmonia com os preceitos constitucionais, jurídicos e regimentais e foi elaborada com observância dos pressupostos relativos à iniciativa e à competência para legislar (art. 61 e **caput** do art. 64 da Carta Magna, respectivamente).

Quanto ao mérito, a iniciativa promove a harmonização legislativa, mostrando-se, portanto, oportuna e salutar.

A EC 20/98 promoveu alterações no limite etário para o trabalho, passando a proibir o trabalho aos menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir do 14 anos. Anteriormente o texto constitucional estabelecia proibição do trabalho a menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz.

A legislação infraconstitucional que rege a matéria ficou a necessitar de alteração para se harmonizar com as novas diretrizes lançadas. De fato, o texto celetista já foi devidamente retificado.

Todavia, os arts. 60 e 64 da Lei nº 8.069, de 1990, ainda ostentam redação anacrônica em face do texto constitucional. Assim sendo, a iniciativa é pertinente na medida em que sana um problema de integração legislativa, corrigindo a contradição que se estabeleceu após a promulgação da EC 20/98.

III – Voto

Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2003.

Sala da Comissão, Presidente, Relator, **Garibaldi Alves Filho**.

PARECER Nº 505, DE 2004

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador Arthur Virgílio que dispõe sobre as cooperativas de crédito, como previsto no art. 192 da Constituição Federal.

Relator: Senador **Geraldo Mesquita Júnior**

I – Relatório

Está em pauta o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que dispõe sobre as cooperativas de crédito, como previsto no art. 192 da Constituição Federal.

Está dito na Justificação que esta proposta legislativa procura regular o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo para que ele atinja os seguintes objetivos:

1. propiciar às comunidades organizadas em cooperativas o acesso a créditos adequados, de forma simplificada e a um custo mais baixo;

2. atuar no desenvolvimento dos seus segmentos na busca da valorização das atividades econômicas ; e

3. assegurar liquidez e segurança para as operações e serviços prestados pelas cooperativas de crédito.

Em seu art. 1º, as cooperativas de crédito são definidas como “instituições financeiras destinadas a promover, mediante a prestação de serviços financeiros, o desenvolvimento das atividades econômicas exploradas por seus cooperados”.

O funcionamento das cooperativas de crédito dependerá de prévia autorização do Banco Central do Brasil, a qual será concedida sem ônus e por prazo indeterminado. Elas deverão atender aos mesmos requisitos exigidos das demais instituições financeiras, especialmente no que se refere a capital social e patrimônio líquido. Além disso, as cooperativas de crédito poderão ter acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro.

A cooperativa singular de crédito somente pode realizar operações de crédito com seus associados, admitida a aplicação de suas disponibilidades de caixa em títulos e valores mobiliários no mercado financeiro.

As cooperativas de crédito poderão ter estrutura e praticar operações ativas e passivas próprias de instituição financeira, especialmente no que se refere a:

I – modalidades de operações, negócios, serviços e demais atividades;

II – encaixe técnico, índice de imobilizações, requisitos de diversificação e de composição de riscos, limite máximo de operações passivas, normas de contabilidade e requisitos para a instalação de dependências;

III – controles administrativos, normas básicas operacionais, auditoria e prestação de informações aos associados e aos órgãos públicos.

Nos termos do art. 2º, as cooperativas de crédito singulares poderão constituir cooperativas centrais de crédito.

O art. 3º lista os objetivos das cooperativas centrais de crédito: organizar, em comum e em maior escala, os serviços financeiros de interesse das cooperativas singulares filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca de serviços.

As cooperativas centrais de crédito poderão, em relação às suas filiadas, exercer as seguintes funções:

I – estabelecer normas referentes à estrutura administrativa e operacional, operações, prestação de serviços e demais atividades, auditoria e controles;

II – promover a execução de investimentos de uso comum, inclusive desenvolvimento gerencial e treinamento de pessoal;

III – assegurar, mediante assistência recíproca, a liquidez e a segurança das operações das cooperativas filiadas;

IV – incentivar a utilização racional de recursos tecnológicos e a modernização dos serviços prestados.

As cooperativas centrais de crédito terão âmbito estadual. Somente às cooperativas singulares de crédito filiadas a cooperativa central é permitido admitir, no seu quadro de associados, pessoas físicas ou jurídicas de diferentes atividades econômicas.

O art. 4º regulamenta a atuação dos bancos cooperativos. Eles são definidos como “instituições finan-

ceiras privadas, constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, tendo como acionistas controladores, obrigatoriamente, cooperativas singulares de crédito, cooperativas centrais de crédito, federações e confederações de cooperativas constituídas no País". O uso da expressão "banco cooperativo" é obrigatório e exclusivo da denominação desse tipo de banco.

Qualquer pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira, poderá participar do capital social de banco cooperativo. Mas fica estabelecido que pelo menos 80% (oitenta por cento) do capital votante do banco cooperativo deverá pertencer às cooperativas.

A cooperativa central de crédito e suas filiadas só poderão participar do capital votante de um único banco cooperativo. Outra restrição importante é que somente às cooperativas singulares de crédito filiadas a cooperativa central de crédito é permitido participar do capital votante de banco cooperativo.

Os bancos cooperativos têm a prerrogativa de emitir até o limite de 50% (cinquenta por cento) de seu capital social em ações preferenciais sem direito a voto. Só é permitido ao banco cooperativo operar na área de atuação das cooperativas centrais de crédito que participam do seu capital votante.

Ressalvadas as disposições especiais deste PLS, aplicam-se ao banco cooperativo todas as demais disposições legais aplicáveis às instituições financeiras.

O art. 5º determina que as cooperativas singulares de crédito depositem nas cooperativas centrais de crédito, a título de reservas, o equivalente a 80% (oitenta por cento) do percentual estabelecido pelo Banco Central do Brasil para depósito compulsório das instituições financeiras bancárias. O parágrafo único determina que, dos depósitos recebidos das cooperativas singulares de crédito, as cooperativas centrais de crédito devam manter, como reservas, o equivalente a 70% (setenta por cento) em instituição financeira bancária.

O art. 6º regulamenta as cooperativas de crédito mútuo fechadas. Elas são definidas como "aquelas que se destinam a fornecer crédito pessoal aos funcionários de uma única entidade, empresa ou grupo de empresas sob controle comum"

Elas independem de prévia autorização do Banco Central do Brasil para seu funcionamento, desde que atendam às seguintes condições:

I – conste, em suas normas constitutivas, a responsabilidade solidária da entidade, empresa ou grupo empresarial da qual fazem parte seus associados; e

II – limitem-se a operar com recursos captados junto a seus associados e à entidade, empresa ou grupo empresarial patrocinador, sendo vedada a emissão de títulos para a captação de recursos.

O art. 7º veda a representação, sob qualquer forma, de associado de cooperativa de crédito na sua assembléia geral.

O art. 8º fixa o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a vigência desta lei complementar, para que

as seções de crédito existentes em cooperativas mistas sejam extintas ou transformadas em cooperativas de crédito autônomas.

O art. 9º determina que as cooperativas de crédito não tenham obrigatoriamente a forma de sociedade anônima, observadas as disposições desta lei complementar.

O art. 10 diz que a lei complementar entrará em vigor a partir de 90 (noventa) dias de sua data de publicação.

II – Análise

Inicialmente cabe observar que o projeto tem sua origem em uma minuta de PLS apresentadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Na época em que foi elaborado, o projeto era representativo das reivindicações das entidades do setor.

Mas devemos lembrar que uma proposta semelhante foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos: o Projeto de Lei nº 293, de 1999 – Complementar, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. Este PLS foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão não-terminativa, em 7 de outubro de 2003, sendo aprovado o Substitutivo integral de minha autoria. O projeto se encontra atualmente na Mesa, aguardando desobstrução da pauta para ser apreciado pelo Plenário.

Ambas as propostas tiveram origem comum: foram elaboradas a partir de uma minuta de PLS com reivindicações da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Mas o simples fato de o PLS nº 293 (Substitutivo), de 1999 – Complementar, ter sido apresentado como conclusão de um parecer que transitou durante vários anos e teve vários relatores já dá idéia da longa negociação realizada. O Substitutivo aprovado por esta Comissão foi fruto não só de reuniões com representantes das cooperativas, como reflete também recomendações de representantes do Banco Central.

Comparando os dois projetos, é possível observar que, apesar das semelhanças, as disposições do PLS nº 293 (Substitutivo), de 1999, são em geral mais restritivas. As cooperativas não têm o mesmo grau de liberdade concedido pelo PLS nº 336, de 2003, ora em apreço. Tais restrições foram introduzidas após negociação com representantes do Banco Central.

No PLS nº 336, de 2003, está dito, por exemplo, que satisfeitos os mesmos requisitos exigidos das demais instituições financeiras, especialmente no que se refere a capital social e patrimônio líquido, as cooperativas de crédito poderão ter acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro...

As disposições do PLS nº 293 (Substitutivo), de 1999, são mais rigorosas:

as cooperativas de crédito terão acesso aos instrumentos do mercado financeiro utilizados pelos bancos comerciais, na forma e nas condições a serem estabelecidas pelos órgãos regulador e fiscalizador.

As disposições do PLS nº 293 (Substitutivo), de 1999, caracterizam, no geral, uma regulamentação mais enxuta e menos ambiciosa para as cooperativas. O PLS nº 336, de 2003, se caracteriza pela inclusão de vários dispositivos, merecendo destaque os seguintes:

Art. 1º

§ 1º O funcionamento das cooperativas de crédito dependerá de prévia autorização do Banco Central do Brasil, a qual será concedida sem ônus e por prazo indeterminado.

§ 4º As cooperativas de crédito poderão ter estrutura e praticar operações ativas e passivas próprias de instituição financeira, na conformidade com esta lei complementar, especialmente no que se refere a:

I – modalidades de operações, negócios, serviços e demais atividades;

II – encaixe técnico, índice de immobilizações, requisitos de diversificação e de composição de riscos, limite máximo de operações passivas, normas de contabilidade e requisitos para a instalação de dependências;

III – controles administrativos, normas básicas operacionais, auditoria e prestação de informações aos associados e aos órgãos públicos.”

Art. 4º

§ 2º É facultado aos bancos cooperativos a prerrogativa de emitir ações preferenciais sem direito a voto, até o limite de cinquenta por cento de seu capital social.

§ 3º Pelo menos oitenta por cento do capital votante do banco cooperativo deverá pertencer aos controladores referidos no caput deste artigo.

Art. 5º As cooperativas singulares de crédito depositarão nas cooperativas centrais de crédito, a título de reservas, o equivalente a oitenta por cento do percentual estabelecido pelo Banco Central do Brasil para depósito compulsório das instituições financeiras bancárias.

Parágrafo único. Dos depósitos recebidos das cooperativas singulares de crédito, as cooperativas centrais de crédito manterão, como reservas, o equivalente a setenta por cento em instituição financeira bancária.

Art. 6º As cooperativas de crédito mútuo fechadas são aquelas que se destinam a fornecer crédito pessoal aos funcionários de uma única entidade, empresa ou grupo de empresas sob controle comum.

Parágrafo único. As cooperativas mencionadas no caput independem de prévia autorização do Banco Central do Brasil para seu funcionamento, desde que atendam às seguintes condições:

I — conste, em suas normas constitutivas, a responsabilidade solidária da entidade, empresa ou grupo empresarial da qual fazem parte seus associados; e

II — limitem-se a operar com recursos captados junto a seus associados e à entidade, empresa ou grupo empresarial patrocinador, sendo vedada a emissão de títulos para a captação de recursos.

Art. 7º É vedada a representação, sob qualquer forma, de associado de cooperativa de crédito na sua assembléia geral.

Art. 8º No prazo de cento e oitenta dias, contados a partir da vigência desta lei complementar, as seções de crédito existentes em cooperativas mistas serão extintas ou transformadas em cooperativas de crédito autônomas.

Art. 9º As cooperativas de crédito não terão obrigatoriamente a forma de sociedade anônima, observadas as disposições desta lei complementar.

Outra diferença significativa está na ampliação das funções das cooperativas centrais que, na versão do PLS nº 293 (Substitutivo), de 1999, passam a incluir as seguintes:

- supervisionar o funcionamento e realizar auditoria em suas filiadas, bem como, neste âmbito, coordenar a implementação de sistemas de controles internos;
- ocupar-se da formação e capacitação de membros de órgãos estatutários, executivos e associados das filiadas.

Enquanto o PLS nº 293 (Substitutivo), de 1999, permite que as cooperativas centrais de crédito tenham abrangência interestadual e autoriza que suas atribuições sejam delegadas às confederações de cooperativas de crédito, o PLS nº 336, de 2003, determina que elas tenham âmbito estadual.

Diante do exposto, não podemos recomendar a aprovação do PLS nº 336, de 2003, uma vez que a Comissão de Assuntos Econômicos já aprovou um projeto sobre o mesmo tema, o PLS nº 293 (Substitutivo), de 1999-Complementar, o qual é tecnicamente mais consistente e politicamente mais viável, entre outros motivos porque permite maior margem de manobra para os órgãos fiscalizadores.

III – Voto

Dessa forma, somos pela rejeição do Projeto de Lei nº 336, de 2003 – Complementar.

Ramez Tebet, Presidente – **Geraldo Mesquita Júnior**, Relator – **Ideli Salvatti** – **Roberto Saturnino** – **Aelton Freitas** – **Fernando Bezerra** – **Garibaldi Alves Filho** – **João Alberto Souza** – **Valdir Raupp** – **Rodolpho Tourinho** – **Marcos Guerra** – **Sérgio Guerra** – **Almeida Lima** – **Mozarildo Cavalcanti**.

SENADO FEDERAL

PARECER Nº 1.933, DE 2003 (Da Comissão Diretora)

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 293, de 1999 – Complementar.

A Comissão Diretora apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 293, de 1999 – Complementar, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.

Sala de Reuniões da Comissão, de de –
Eduardo Siqueira Campos – Romeu Tuma
(Relator) – **João Alberto Souza – Heráclito Fortes**

ANEXO AO PARECER Nº , DE 2003

Redação do Vencido, para o ^{IV}turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 293, de 1999 – Complementar.

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, integrante do Sistema Financeiro Nacional, é constituído das seguintes entidades:

- I – cooperativas singulares de crédito;
- II – cooperativas centrais de crédito;
- III – confederações de cooperativas de crédito;
- IV – bancos cooperativos.

Parágrafo único. As entidades componentes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo podem ter o controle de outras instituições.

Art. 2º As cooperativas singulares de crédito são entidades destinadas a estimular a formação

de poupança e, através da mutualidade, oferecer assistência financeira aos associados, além de prestar serviços inerentes à sua vocação societária.

Art. 3º As cooperativas de crédito terão acesso aos instrumentos do mercado financeiro utilizados pelos bancos comerciais, na forma e nas condições a serem estabelecidas pelos órgãos regulador e fiscalizador.

Art. 4º As cooperativas singulares de crédito somente poderão realizar operações de crédito com associados, admitida a aplicação de suas disponibilidades de caixa em títulos e valores mobiliários e demais opções de investimento oferecidas pelo mercado.

Art. 5º Somente às cooperativas de crédito filiadas a centrais é permitida a adoção, no respectivo estatuto, da condição de livre admissão de associados, nos termos e condições estabelecidos pela lei geral das sociedades cooperativas, bem como pelos órgãos regulador e fiscalizador.

Art. 6º As cooperativas singulares de crédito poderão constituir cooperativas centrais de crédito, com o objetivo de organizar, em comum acordo e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das cooperativas singulares filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços.

§ 1º Compete às cooperativas centrais de crédito, sem prejuízo das competências dos órgãos regulador e fiscalizador, e observando ainda as demais atribuições previstas na regulamentação específica e no seu estatuto social:

I – estabelecer normas referentes à estrutura administrativa e operacional, operações, prestação de serviços e demais atividades relativas às suas filiadas;

II – supervisionar o funcionamento e realizar auditoria em suas filiadas, bem como, neste âmbito, coordenar a implementação de sistemas de controles internos;

III – promover a execução de serviços e investimentos de uso comum;

IV – ocupar-se da formação e capacitação de membros de órgãos estatutários, executivos e associados das filiadas;

V – assegurar, mediante assistência recíproca, a liquidez e a segurança das operações das filiadas;

VI – incentivar a utilização racional de recursos tecnológicos e modernização dos serviços prestados.

§ 2º As funções mencionadas no § 1º deste artigo podem ser delegadas às confederações de cooperativas de crédito.

§ 3º As cooperativas centrais de crédito poderão ter abrangência interestadual.

Art. 7º As confederações de cooperativas de crédito, constituídas de cooperativas centrais de crédito, têm por objetivo orientar, coordenar e executar as atividades destas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos e a natureza das atividades transcender o âmbito de capacidade ou a conveniência de atuação das associadas.

Art. 8º Os bancos cooperativos são instituições financeiras, constituídas sob a forma de sociedades por ações, servindo especialmente de veículos de acesso das cooperativas de crédito ao mercado financeiro.

§ 1º Os bancos cooperativos terão como acionistas controladores, obrigatoriamente, cooperativas singulares

de crédito, cooperativas centrais de crédito ou confederações de cooperativas de crédito constituídas no País.

§ 2º É permitida a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, a participação no capital social dos bancos cooperativos, respeitado o disposto no art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 3º As confederações de cooperativas de crédito, as cooperativas centrais de crédito e as cooperativas singulares de crédito não poderão participar simultaneamente do capital votante de mais de 1 (um) banco cooperativo.

§ 4º Somente às cooperativas singulares de crédito filiadas a cooperativas centrais de crédito é permitida a participação no capital votante dos bancos cooperativos.

§ 5º O uso da expressão “bancos cooperativos e obrigatório e exclusivo da denominação dos bancos criados nos termos deste artigo.

Art. 9º Ressalvadas as disposições especiais desta Lei, aplicam-se aos bancos cooperativos a regulamentação geral referente a bancos comerciais e múltiplos, sem discriminação.

Art. 10. As cooperativas de crédito, respeitadas as disposições específicas desta Lei, continuam sujeitas, especialmente nos seus aspectos societários, à legislação que regula as sociedades cooperativas em geral, bem como, na qualidade de instituições financeiras, à legislação específica e à regulamentação do respectivo órgão regulador.

Art. 11. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os pareceres lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, avisos de Ministros de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS

DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 106/2004, de 21 de maio último, do Ministro das Comunicações, encaminhando as informações adicionais em resposta ao Requerimento nº 37, de 2004, do Senador Geraldo Mesquita Júnior;

Nº 126/2004, de 1º do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.727, de 2003, do Senador Eduardo Azeredo;

Nº 128/2004, de 1º do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 179, de 2004, do Senador Augusto Botelho;

Nº 129/2004, de 1º do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 376, de 2004, do Senador Arthur Virgílio;

Nº 130/2004, de 1º do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 326, de 2004, do Senador Almeida Lima; e

Nº 131/2004, de 2 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.613, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– **O Requerimento nº 37, de 2004**, ficará na Secretaria-Geral da Mesa à disposição do requerente.

As demais informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os demais requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofícios de Ministros de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS

DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 80/2004, de 31 de maio último, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 268, de 2004, do Senador Flávio Arns; e

Nº 536/2004, de 31 de maio último, do Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, encaminhando as informações

em resposta ao Requerimento nº 103, de 2004, do Senador Arthur virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 71, DE 2004

(Nº 294/2004, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Solicito a Vossas Excelências, de conformidade com a Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, a retirada do Projeto de Lei nº 16, de 2004 (nº 6.765/02 na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre a utilização do Cadastro Nacional de Informações Sociais para fins de cálculo do salário-de-benefício, comprovação de filiação ao

Regime Geral de Previdência Social, tempo de contribuição e relação de emprego”, enviado à Câmara dos Deputados com a Mensagem nº 337, de 2002.

Brasília, 3 de junho de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

MPS Nº15- EM

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para solicitar a retirada do Projeto de Lei nº 6.765/02 (na Casa de Origem), que posteriormente passou a tramitar como Projeto de Lei da Câmara, sob o nº 16, de 2004.

2. Referido Projeto dispõe sobre a utilização do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS como fonte primária e exclusiva de dados que servirão de base à concessão de benefícios previstos no Regime Geral de Previdência Social, ostentando em seu art. 1º **caput**, a seguinte redação final:

Art. 1º O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS utilizará, para fins de cálculo do salário-de-benefício, comprovação de filiação ao Regime Geral de Previdência Social, tempo de contribuição e relação de emprego, informações constantes no Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS, a partir de 1976, sobre os vínculos e as remunerações dos segurados.

3. A solicitação de retirada do aludido projeto de lei justifica-se pelos motivos a seguir elencados.

4. De início, verifica-se uma impropriedade formal em sua veiculação através de lei específica e autônoma, na medida em que a matéria abordada já vem sendo tratada sistematicamente no bojo da legislação de benefícios relativos ao Regime Geral de Previdência

Social (art. 29-A, Lei nº 8.213/91), e a modificação do atual Regime recomenda que as alterações se façam diretamente nos dispositivos de seu corpo e não por lei esparsa que a ela não faça remissão.

5. Assim, muito embora a nova lei venha a implicar em revogação tácita ao dispositivo mencionado (art. 29-A, da Lei nº 8.213/91), atentando-se à melhor técnica legislativa, a nova lei deveria alterar/acrescentar/suprimir dispositivos na própria legislação já consolidada, e não criando outra à margem, dispersando a matéria em diplomas legais esparsos o que sem dúvida dificulta o manuseio e consulta por parte dos operadores do direito.

6. Outrossim, no que pertine ao mérito, afigura-se inoportuno o prosseguimento da tramitação do Projeto sob análise pelo fato de a matéria já vir tratada, embora sob espectro mitigado, no art. 29-A da Lei nº 8.213/91, com seguinte teor:

Art. 29 –^a O INSS utilizará, para fins de cálculo do salário-de-benefício, as informações constantes no Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS sobre as remunerações dos segurados.

7. Verifica-se que a inovação que se pretendia levar a efeito, estenderia a utilização dos dados do CNIS para outras finalidades além da apuração do salário-de-benefício já contemplada na legislação atual, passando a servir também para fins de comprovação de filiação ao Regime Geral de Previdência Social, do tempo de contribuição e relação de emprego.

8. Todavia, tal alargamento não se mostra conveniente nem oportuno no atual momento, porquanto a experiência cotidiana, mesmo se considerando que os dados são utilizados apenas à apuração do salário-de-benefício, tem trazido à tona a ocorrência de diversas inconsistências entre as informações declaradas e a realidade fática, quando confrontados esses dados alimentados no CNIS com outros documentos em poder dos segurados ou por fiscalização **in loco**.

9. Verifica-se, pois, que o sistema informatizado não está imune a fraudes, pois os dados que povoam o CNIS são fornecidos unilateralmente pelos empregadores, não havendo a possibilidade de conferência simultânea dessas informações, por exemplo, com o sistema de arrecadação das contribuições.

10. Afigura-se, desse modo, que os dados lançados no CNIS não apresentam ainda um grau de confiabilidade e veracidade tal que os habilitem a serem considerados como prova plena e praticamente absoluta, seja em favor do segurado ou em seu desfavor.

11. Diga-se ainda que pela sistemática atual – utilização dos dados do CNIS apenas para fins de apuração do salário-de-benefício – sendo obrigatória a apresentação de outros elementos por parte do

segurado para comprovação dos demais requisitos à concessão de benefícios (comprovação de filiação ao RGPS, tempo de contribuição e relação de emprego), é possível, desde um primeiro momento, fazer um confronto direto entre os dados inseridos no CNIS com a documentação física apresentada, o que coíbe sobremaneira a possibilidade de prática de fraudes, uma vez verificada a presença de informações controvertidas entre estes e aqueles.

12. A vigorar a sistemática que havia sido proposta no projeto de lei – concessão de benefícios com base exclusivamente no banco de dados do CNIS, sem a apresentação de qualquer outro elemento de verificação – não seria permitido à Administração sequer a possibilidade de levantar alguma dúvida quanto à correção dos dados declarados unilateralmente nas informações que alimentam o aludido sistema informatizado, abrindo-se assim uma larga via para atuação de fraudadores, e sem a possibilidade de responsabilização de Servidores eventualmente envolvidos na prática delituosa, que se restringirão a alegar que os dados já constavam do banco de dados e não estariam obrigados a exigir dos segurados outros elementos de comprovação das informações.

13. Não prevalecendo o **caput** do art. 1º retro mencionado, restam prejudicados os demais dispositivos que a ele se conectam, impondo-se a retirada da íntegra do projeto de lei em referência.

Estas, Excelentíssimo Senhor Presidente, são as razões que justificam o presente pedido de retirada do Projeto de Lei nº 6.765/02.

Respeitosamente, **Amir Lando**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A mensagem que acaba de ser lida será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, ofícios do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. nº 26/04-PRES/CAS

Brasília, 26 de maio de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião no dia 20 de maio de 2004, rejeitou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2002, que “Dispõe sobre a profissão de Adesão”, de autoria do Senador Francelino Pereira.

Atenciosamente, – Senador **Augusto Botelho**, Presidente Eventual.

OF. nº 27/04 - PRES/CAS

Brasília, 26 de maio de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião no dia 20 de maio de 2004, aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2003, que altera a redação dos artigos 60 e 64 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Paim, com a Emenda nº 1 – CAS.

Atenciosamente, – Senador **Augusto Botelho**, Presidente Eventual.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os ofícios lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 57, de 2002, e 297, de 2003**, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Foi encaminhado à publicação o **Parecer nº 505, de 2004**, da Comissão de Assuntos Econômicos, lido anteriormente, concluindo contrariamente ao Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que “dispõe sobre as cooperativas de crédito, como previsto no art. 192 da Constituição Federal.

De acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Há oradores inscritos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Exª tem a palavra, pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT

– MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Exª tem a palavra pela ordem.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT

– MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha

inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exªs, Senadoras Heloísa Helena e Serys Slhessarenko, estarão inscritas para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, nos termos do art. 14, VII, do Regimento Interno, intercalando com os oradores inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho à tribuna, nesta tarde, com grande satisfação, trazer notícias que demonstram o êxito que vem sendo logrado no meu Estado, a Bahia, ao longo de quatro administrações consecutivas do PFL baiano, agora sob o competente comando do Governador Paulo Souto.

Ao verificarmos as realizações do Poder Executivo baiano ao longo dos anos, podemos constatar avanços muito significativos em todas as áreas.

A Bahia tem sido um exemplo em reforma agrária, como já pude registrar, desta tribuna, em pronunciamento anterior, na execução de programas sociais e na indução do crescimento econômico no Estado, com a realização de projetos e atração de investimentos que têm gerado emprego e renda para a nossa população.

No âmbito dos programas sociais, é bastante oportuno registrar os avanços alcançados no Estado, pois, na Conferência promovida pelo Banco Mundial – Bird, que ocorreu em Xangai recentemente, apenas três programas sociais do Brasil foram selecionados, sendo um do Governo Federal e dois do Governo da Bahia:

O Programa Bolsa Família, de responsabilidade do Governo Federal;

O Programa Crédito Fundiário do Estado da Bahia; e

O Programa Produzir, também do Governo baiano.

Cumprе salientar que, no mês de março, a Bahia foi visitada por uma comitiva com 31 representantes do Bird, com o propósito de identificar e conhecer experiências exitosas de combate à exclusão.

Além dos programas escolhidos para a citada Conferência, a imprensa local também registrou o encantamento, em especial da Diretora-Gerente da instituição, Srª Mamphela Ramphele, com o Projeto Axé. A sul-africana destacou a presença da cultura negra no cotidiano do programa e ressaltou a importância do projeto que transforma a vida das crianças beneficiadas, do desespero das ruas, para o aprendizado

e a possibilidade de mostrar toda sua criatividade e potencial.

A Bahia foi escolhida pelo Banco Mundial como modelo de combate à pobreza em razão do conjunto de ações que envolvem as prefeituras, as organizações não-governamentais, a sociedade civil e o Estado na luta contra a exclusão social.

Com relação aos projetos baianos escolhidos para representar o Brasil em Xangai, seus objetivos principais são oferecer a infra-estrutura mínima necessária para agricultores, em sua maioria assentados rurais e pequenos produtores, para sua produção.

Noventa e um Municípios mantêm os dois programas, levando energia elétrica e telefonia rural a agricultores que vivem em comunidades rurais com menos de cinco mil habitantes.

Com relação às ações de indução ao crescimento da economia e do emprego no Estado, é imperioso ressaltar o empenho do Governo estadual, iniciado em 1991, com o Governo do atual Senador Antonio Carlos Magalhães, e continuado pelos demais governadores e hoje pelo Governador Paulo Souto, em atrair investimentos diretos para a instalação de novos empreendimentos no Estado.

No momento, poderia citar as negociações em andamento com o grupo alemão Continental, segundo maior produtor de pneus da Europa e quarto do mundo, para instalação do que será a primeira fábrica de pneus no Estado. O projeto prevê um investimento de US\$ 270 milhões, que terá a capacidade de produzir, anualmente, entre 5 e 8 milhões de pneus, absorvendo cerca de 1,2 mil empregos diretos.

Além disso, com enorme satisfação, registro a recente descoberta, que certamente repercutirá em significativos ganhos para a nossa economia, de jazidas de ferro no semi-árido baiano, o que provavelmente nos colocará entre os grandes produtores de minérios do País.

Segundo o nosso Governador, a descoberta e a reação dos investidores demonstram que o Estado está preparado para os desafios da tecnologia e do desenvolvimento. Afinal, a Bahia é hoje um dos principais destinos de investimentos industriais do País, sem falar na força de sua agricultura e do pólo coureiro-calçadista, além da sua área crescente de turismo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, afirmo que esse trabalho que vem sendo realizado desde 1991, com o qual obtemos todos esses frutos, aconteceu em função de um grande ajuste fiscal iniciado naquele ano, quando era Governador o Senador Antonio Carlos Magalhães. Mas também passou pela renegociação das dívidas dos Estados, um ponto absolutamente fundamental para se manter o crescimento normal do

Estado e para atender todos os seus compromissos, e pelo atendimento do Governo do Estado aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

E complementando toda essa parte, existe algo muito importante e que se refere à atitude dos governantes, que, nos últimos 13 anos, tem sido exatamente a de deixar o Estado ajustado a fim de retirar ganhos deste ajuste: ganho de credibilidade e também de fazer investimentos. Não é por outra razão que o Estado, há mais de 10 anos, investe acima de R\$ 1 bilhão, todo ano, com tendência crescente, apesar das dificuldades por que passa a economia do País. Assim que a economia do País retomar o crescimento, a Bahia estará preparada para retomar, com mais força, todas essas realizações.

Aproveitando o pronunciamento, chamo a atenção para o fato de que quando me refiro à Lei de Responsabilidade Fiscal, a investimentos e à renegociação das dívidas, trago um ponto extremamente importante e atual para o Senado Federal, que é a discussão das parcerias públicas-privadas. Precisamos ter muito cuidado nesse sentido. O projeto deverá ser votado amanhã na Comissão de Assuntos Econômicos e, na próxima semana, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Nós Senadores temos a responsabilidade de não permitir que sejam retirados os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso é muito importante porque, embora não deva ser tomado como endividamento, se não houver limites em relação a isso, em um futuro não muito longínquo, voltaremos a ter problemas nas contas dos Estados, como tivemos até meados dos anos 90.

Gostaria de chamar a atenção para este ponto, com o qual temos grande responsabilidade: com a proximidade da votação, teremos que atentar para as parcerias público-privadas, importantes para que se façam investimentos nas áreas de infra-estrutura, energia elétrica, transportes, estradas, portos; no entanto, é preciso que sejam respeitados os limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pois fugir dos compromissos dessa lei ou das limitações impostas às licitações pela Lei de Licitações, a Lei nº 8.666, seria um retrocesso muito grande. E esse retrocesso seguramente nos levaria à posição anterior à da renegociação das dívidas dos Estados e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na medida em que forem atendidos esses pressupostos, teremos um grande projeto, que é a PPP, capaz de provocar a retomada do ritmo de investimento de que o País precisa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Rodolpho Tourinho, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente,

deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Paulo Paim, 1º Vice-Presidente desta Casa, por cessão da nobre Senadora Serys Slhessarenko.

V. Exª dispõe de até vinte minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a minha companheira de Partido, Senadora Serys Slhessarenko, e cumprimento-a pela postura que tem assumido publicamente no debate sobre o salário mínimo, apontando caminhos para construirmos uma alternativa de forma a não ficar no tudo ou nada. Esperamos que amanhã, na reunião que teremos com o Bloco de Apoio ao Governo, em que estarão presentes os Ministro Antonio Palocci e Aldo Rebelo, possamos chegar a um entendimento, demonstrando que é possível aprovar um salário mínimo acima de R\$ 260,00. E já afirmamos que é impossível acompanhar a votação da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, escrevi um artigo sobre o salário mínimo para jornais de grande parte do Estado do Rio Grande do Sul, por solicitação da imprensa, e quero transformá-lo no meu pronunciamento de hoje. O título do meu artigo é: “O salário mínimo é a minha biografia, mesmo remando contra a correnteza”.

A aprovação pela Câmara dos Deputados, na semana passada, da medida provisória que fixou em R\$260,00 o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio não encerra essa questão. A palavra final ainda será dada pelo Senado, em cujo plenário muitos Senadores já se manifestaram contrários ao valor fixado.

É bom ressaltar que a aprovação da MP pelos Deputados não se deu com a tranquilidade anunciada. Mais de 30 Deputados – da Base que faço parte – que haviam anunciado voto contrário ao mínimo de R\$ 260,00 acabaram recuando, muito mais pela pressão do que pela mudança de suas convicções.

No Senado, essa história não se deverá repetir. Já demonstramos, por todos os meios, a existência dos recursos necessários para um reajuste do salário mínimo superior ao que foi aprovado na Câmara, sem causar prejuízos às contas públicas. Além do aumento da arrecadação, de R\$3,5 bilhões, segundo a Receita Federal, houve a ampliação do recolhimento da Cofins em R\$7 bilhões, sem falar no remanejamento de mais de R\$40 bilhões de recursos da Seguridade Social para o Orçamento Fiscal de diversos órgãos, já

por mim aqui comentado, bem como pela Senadora Serys Slhessarenko.

Já se passou um mês da edição da medida provisória que fixou o novo salário mínimo, e até hoje o seu valor não está definido. Desde que foi criado pelo Presidente Getúlio Vargas, esta é a primeira vez que chegamos ao meio do ano sem saber quanto vale o salário mínimo.

A mesma espada que estava sobre a cabeça dos Deputados agora está no pescoço de alguns Senadores. Assim mesmo, reafirmo que não adianta, em hipótese alguma, dizer que não aprovarão alguns projetos de nossa autoria. Por exemplo, aquele que estabelece regras definitivas para a correção e recuperação do valor de compra do salário mínimo, que deve fazer parte de uma política salarial permanente. O salário mínimo subiria no próximo ano o correspondente à inflação mais o dobro do PIB. Podem dizer que vai subir o PIB. Se isso ocorrer, vai significar 1,5%. É importante que, se o País crescer, se o PIB avançar, que o salário mínimo receba o dobro do PIB. Por exemplo, se o PIB crescesse 3%, o salário mínimo teria um aumento real de 6%. Se o PIB crescesse 2%, o salário mínimo teria um aumento real de 4%.

Outro exemplo é o nosso projeto de redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salário. Se reduzirmos também as horas extras, poderão ser gerados três milhões de novos empregos.

Então, não aprovar esses projetos não é retaliar o Senador Paulo Paim, mas, sim, a sociedade. Dizer sim ou não para tentar me atingir é um equívoco. Aceito argumentos técnicos, mas que não sigam a linha da retaliação. Isso poderá até mesmo gerar solidariedade dos Senadores e Deputados. Na base da retaliação, não se consegue nada.

Há, também, o Estatuto da Igualdade Racial, que beneficia 90 milhões de pessoas. Será que alguém tentará derrubar a verdadeira carta de alforria dos afro-brasileiros? Esse Estatuto não é só de minha autoria, já que foi aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados, por todos os partidos. Então, todos somos autores. E ele seria rejeitado só porque leva nosso nome? Não acredito que isso aconteça.

O Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, também de minha autoria, beneficia 25 milhões de pessoas. Será que não vamos conseguir aprová-lo só porque leva o nome de um Senador que votará contra os R\$ 260,00? Isso seria trabalhar contra a população, e não contra este ou aquele Parlamentar.

Os que não querem a tramitação rápida desses projetos esquecem-se de que estão investindo contra a própria população brasileira, contra milhões de traba-

lhadores cujo salário não cobre sequer suas despesas básicas; contra milhões de desempregados que estão sem a perspectiva de um novo posto de trabalho; contra os quase 90 milhões de afro-descendentes, contra os 25 milhões de portadores de deficiência. Enfim, Sr. Presidente, entendo que não é esse o caminho do bom e qualificado debate no campo das idéias.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concedo um aparte a V. Ex^a, Senadora Serys Slhessarenko, que tem sido uma lutadora nesta Casa. Sei o quanto V. Ex^a trabalhou na apreciação da reforma da Previdência, para que a PEC paralela – que espero seja votada na Câmara esta semana – aqui fosse aprovada.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Muito bem lembrado, Senador Paulo Paim. Aliás, todos nós, Senadores, nos momentos em que assumíssemos a tribuna, deveríamos cobrar a aprovação da PEC paralela. Afinal ela foi votada por unanimidade – se não estou equivocada – ou quase unanimidade, ainda em dezembro, com a certeza de que seria aprovada pela Câmara ainda em 2003. Não foi votada em dezembro e nem na convocação extraordinária de janeiro. Estamos no mês de junho e ainda não foi votada. Essa uma matéria importante para nós, Senadores, que somos cobrados permanentemente em nossos Estados, embora não tenhamos conta a pagar, pois fizemos o nosso papel em relação à PEC paralela, votando-a. Tem de ser cobrado, realmente, da Câmara. E espero que a votação ocorra o mais rápido possível. Senador Paulo Paim, a Lei maior do País, a Constituição, assegura a harmonia e independência entre os Poderes. Não estou com a Constituição aqui, mas entendo que a harmonia e a independência entre os Poderes têm de ser demonstradas em ações concretas do dia-a-dia. Para que essa harmonia exista, é necessário espaço para que haja discussão e participação dos Poderes. Que não venha para o Congresso a coisa pronta do Executivo e nós tenhamos simplesmente de votar, como se estivesse determinado. Assim como nós também não podemos ignorar a situação do Poder Executivo e votar o que bem entendermos. Não pode ser uma coisa nem outra, tenho certeza. Entendo que o projeto estabelecendo um salário mínimo de R\$260,00, Senadores Paulo Paim e Eduardo Siqueira Campos, está em pleno momento de discussão. O Senado faz parte do Parlamento, um dos Poderes da República. Este é o momento de discutir. Fomos chamados para discutir antes? Eu não fui e, pelo que eu saiba, ninguém foi chamado para discutir antes. Então, temos de ter o espaço para a discussão, sob pena de que o Parlamento tenha simplesmente de dizer amém. Por-

tanto, este é o momento de discussão no Senado da República da questão do salário mínimo e de outras matéria que estão postas. Sabemos, como V. Ex^a muito bem disse, quanto de recursos arrecadou o Governo com a Cofins e com o aumento da arrecadação. No entanto, sabemos também, Senador Paulo Paim, que para aumentarmos em R\$10 o salário mínimo, para que chegue a R\$270,00, a conta será aumentada em R\$2 bilhões. E são tantos bilhões que se arrecadam e estão à disposição! Isso deve ficar muito claro aqui, para que votemos esse salário mínimo. Tanto eu como V. Ex^a temos uma posição clara em relação a esse salário mínimo de R\$260,00. O que precisa ficar esclarecido é: quais os recursos que são arrecadados para a Previdência? De onde eles vêm e quanto somam? Para onde eles devem ir e se estão indo para o seu destino? Ou se estão indo para outros lugares? Se não estão indo para a Previdência, será que vão para o superávit? Eu não sei. Não vou nem discutir isso. A dúvida é se a entrada e a saída da Previdência estão ocorrendo em conformidade com a legislação brasileira. Essa é a grande pergunta. Se não estiver, então, há recursos para resolver a questão do salário mínimo. Muito obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço à Senadora Serys Slhessarenko pelo aparte muito transparente e que vai na linha de que a seguridade social tem um superávit de R\$31 bilhões, embora alguns insistam em nos dizer que há déficit.

Eu sempre repito essa história. Eu tive uma reunião com o Ministro da área e S. Ex^a dizia-me que eu não havia considerado a Saúde. Eu disse que S. Ex^a poderia incluir a Saúde, a Assistência e a Previdência. S. Ex^a dizia-me que eu não havia considerado a DRU. Então eu respondi que ele poderia colocar a DRU também. Ainda sobraram R\$12,8 bilhões. S. Ex^a disse-me que esses recursos iriam para outras dívidas e nós precisamos de R\$2 bilhões.

Senador João Capiberibe, com muito orgulho concedo um aparte a V. Ex^a. Confesso que, antes ainda de me tornar Senador da República, já acompanhava a sua caminhada, a sua história, e tenho orgulho em dizer que sou seu discípulo aqui na Casa, pela sua postura firme e clara, como o seu projeto que prevê total transparência nas contas públicas, tudo que é arrecadado e gasto neste País, que não sei por que até hoje não foi aprovado.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Senador Paulo Paim, muito obrigado. Eu gostaria de dizer-lhe que o nosso Partido, o Partido Socialista Brasileiro, está acompanhando de perto a sua luta pelo salário mínimo, pela desconcentração da renda, porque aumentar salário mínimo, estabelecer um piso mais justo,

significa aumentar o consumo, aumentar a circulação de mercadorias e pulverizar um pouco o dinheiro. Na sociedade brasileira as riquezas estão muito concentradas nas mãos de poucos e uma das maneiras de desconcentrar renda é aumentar o piso salarial mínimo deste País. Essa é uma luta que V. Ex^a trava há anos e que eu acompanho também ainda antes de me tornar Senador, no sentido de um salário mínimo mais digno e mais justo. Esta é uma sociedade de extremos, de um lado há uma elite extremamente rica, que hoje já não consegue usufruir da sua riqueza, porque a violência urbana não permite. Estamos nos transformando em várias cidades, guetos onde vivem pessoas cercadas por seguranças de todos os lados, com território delimitado que não pode ser ultrapassado. Essa situação é resultado da desigualdade brutal da sociedade brasileira e o nosso Partido está considerando e discutindo a possibilidade de apoiar as suas teses do salário mínimo e estarmos juntos nessa decisão. Quero lhe comunicar isso. Temos uma admiração muito grande pela sua persistência e entendo que o País precisa persistir, principalmente na hora de melhorar a vida dos excluídos, dos mais pobres. São poucos os que persistem e V. Ex^a persiste e está ganhando a simpatia deste Plenário e do nosso Partido em particular. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço a V. Ex^a, Senador João Capiberibe, o aparte e a intenção demonstrada pelo PSB nessa questão do salário mínimo, que mexe, queiramos ou não, com as nossas vidas, com os nossos sentimentos, com a nossa emoção. Mesmo os que nasceram em berço de ouro devem olhar para o lado e ver como vivem as pessoas que ganham salário mínimo. Essa questão mexe com todos nós, não apenas com aquele que passou mais dificuldades na infância. Isso significa solidariedade, espírito de justiça, generosidade com aqueles que talvez não tenham tido as mesmas oportunidades que nós, que chegamos, de uma forma ou de outra, ao Senado da República.

Cumprimento V. Ex^a e lembro ainda que muitos dizem que sou eu quem está dizendo que há tantos votos contrários. Não sou eu que estou dizendo, todos os jornais estão fazendo pesquisa, estão consultando os Senadores e, cumprindo com o seu dever de informar, estão montando a sua grade. Nenhum jornal apresenta um número menor do que 41 ou 42 votos, uns falam em 47, outros em 43, outros em 50, outro em 41. Bom, com 41 votos, conseguimos alterar o valor do salário mínimo proposto.

Eu não estou articulando nada. E agradeço a V. Ex^a por dizer que estou insistindo e que sou persistente. Mas essa é a vontade soberana de cada Senador e

de cada partido, que estão tomando as suas posições democraticamente.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Elifas.

O Sr. Paulo Elifas (PMDB – RO) – Também acreditamos que oferecer um salário mínimo de R\$260,00 é uma crueldade que se faz com o povo brasileiro, que depende do salário mínimo para a sua sobrevivência. No entanto, o que também nos causa muita preocupação é que exatamente a Base de sustentação do Governo, ao longo desses últimos dias, vem debatendo esse assunto; e V. Ex^a tem sido um importante membro dessa Base de aliança que se indispõe com o valor do salário mínimo oferecido pelo Governo. Reconhecemos que o salário mínimo oferecido está muito aquém das necessidades de sobrevivência de quem o recebe. Mas também nós, que fazemos parte da Base de sustentação do Governo, devemos reconhecer que o Governo não representa um Estado cruel, capaz de limitar o salário mínimo a um valor que vá realmente depauperar aqueles que dependem desse dinheiro para sobreviver. Devemos reconhecer que o Governo estudou todas as possibilidades para oferecer esse salário. E estamos fazendo aqui exatamente o que a Oposição deseja, que é desestabilizar, desacreditar, fazer a opinião pública crer que o nosso Governo é cruel e não está trabalhando para melhorar a condição de vida do povo brasileiro. Além do mais, as propostas de aumento do salário mínimo são irrisórias. O valor de R\$260,00 é uma mixaria, e R\$275,00 continua sendo uma mixaria. Concordaríamos plenamente com a alteração se houvesse uma discussão muito ampla em relação ao salário mínimo, se este fosse realmente estipulado em níveis mais condizentes com as necessidades de alimentação e de habitação do povo que o recebe, se pudessem receber um valor que lhes permitisse ter uma vida um pouco mais digna. Mas esse valor, como todos sabemos, está muito aquém. Atualmente, o valor de um salário mínimo digno deveria ser superior a R\$1.000,00. Então, não vemos muita utilidade em discutir um aumento de R\$15,00 para o salário mínimo, quando o Governo propõe R\$260,00 e afirma que é o que pode dar. Ele está respeitando os recursos de que dispõe com a arrecadação e a situação da própria Previdência Social.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Elifas, na vida, aprendi a conhecer dois tipos de Parlamentares. Há aqueles que analisam essas concessões de aumento sob a seguinte ótica: “Se o Governo diz que não dá é porque não dá”. E, dessa forma, acomodam-se, ficam sentados muito tranquilos e bem com o Governo. Mas há outros Parlamentares, entre os quais me incluo, que têm a ousadia de apresentar propostas. Há outros ainda que entendem que

o Governo não é Deus, pois só existe um Deus. Há outros que acreditam no Congresso. Historicamente, este Congresso sempre contribuiu, inclusive com mudanças, para um aumento digno do salário mínimo. E os projetos foram aprovados por unanimidade inúmeras vezes.

Lembro o ano de 2002, quando, no projeto encaminhado pelo Governo, o salário mínimo era de R\$214,00; nós o passamos para R\$240,00. Também lembro o do ano anterior. No projeto apresentado, o salário mínimo ficava em torno de R\$140,00, e nós o passamos para R\$180,00; ficou aprovado no valor US\$100.00 à época.

Portanto, há Parlamentares que criam, que mostram fontes de recursos, que estudam o Orçamento e apontam alternativas e que dizem: “Sr. Presidente, vamos construir um grande entendimento”? E o Presidente fica feliz, porque tem um Congresso atuante, e não aquele que age como vaca de presépio – desculpe-me a expressão, sei que não é o caso de V. Ex^a –, que diz “amém” a tudo. Então, para que o Congresso, se ele existisse apenas para dizer: “Mas isso veio do Governo!” Sim, isso veio do Governo, e quero ser parceiro do Governo. Portanto, vou apontar outras fontes de recursos para ajudá-lo a alavancar recursos para aumentar o valor do salário mínimo. Isso é bom, mas é bom que haja posições como a de V. Ex^a, que fica em um campo, e que haja posições diferentes.

Quantas e quantas vezes mudamos aqui totalmente as medidas provisórias! V. Ex^a se lembra de uma medida provisória que o Congresso aprovou e sobre a qual diziam: “deveria ter sido aprovada na íntegra!” E por que não se aprovou? Porque ela era do interesse do Poder Econômico. Então, o *lobby* aqui dentro era enorme – quando digo “aqui dentro” refiro-me ao Congresso! E, muitas vezes, tratava-se de um *lobby* correto; não pensem que sou contra. Por exemplo, houve o *lobby* para se diminuir a carga tributária em alguns casos em que havia excesso. E daí? E se o Governo estivesse certo, deveríamos ter alterado a medida provisória, diminuindo a carga tributária em algumas áreas? Não. Deveríamos dizer o seguinte: “O Governo já estudou muito! E, como ele tem sempre razão, vamos votar direitinho com ele”. Mas nós nos damos o direito democrático de pensar de forma diferente, de fazer o bom debate e de tentar colaborar com o Governo, que, para mim, é isso o que o Senado está fazendo.

Mas agradeço o aparte de V. Ex^a, porque enriquece o debate.

Senador Pedro Simon, ouço V. Ex^a.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É importante ver V. Ex^a, já na segunda-feira, como primeiro orador inscrito, para iniciar este debate nesta semana, tal-

vez, definitiva – o Governo pode querer votar a matéria na quarta-feira ou coisa que o valha, seguro que está, pelos cálculos que faz, de que vai ganhar aqui. Aliás, V. Ex^a deve ter estranhado – eu estranhei muito – o fato de sabermos como no Rio Grande do Sul a promessa é coisa mais séria: a palavra empenhada, a palavra dita! Mas li, na publicação do **Zero Hora**, domingo retrasado, artigo que mostrava que toda a Bancada do PT votaria contra os R\$260,00. E, para surpresa minha, toda a Bancada do PT votou a favor dos R\$260,00. Chamo a atenção para esse fato, mas espero que V. Ex^a entenda o que quero dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a está relatando fatos que estão no meu pronunciamento também.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Estou querendo apenas dizer que isso é muito sério, porque a Bancada do Rio Grande do Sul, principalmente a do PT – e, modéstia à parte, a minha também, a do meu Partido – é muito firme nas suas decisões. Então, no **Zero Hora**, de sábado para domingo, li essa matéria. Telefonaram para mim também e me falaram sobre a convicção do Partido. No entanto, dois dias depois, mudaram! Fico pensando como sofreram essas pessoas, como esses Parlamentares devem ter sido machucados! Fizeram uma afirmação num sentido e logo após mudaram para outro. Que cruzada fizeram com eles, deixando-os entre a cruz e a espada, obrigando-os a recuar sem dar-lhes nenhuma oportunidade de sair numa boa! Não houve uma chance, um gesto de grandeza que lhes propiciasse justificar a razão da mudança. Não houve uma nota que pudesse esclarecer essa decisão. Não lhes deram chance nenhuma. “Vocês vão votar contra e está acabado!” Digo a V. Ex^a, Senador, que o PT tem dois baluartes em cima dos quais ele se mantém: a ética e a defesa do social. Essas são as duas grandes bandeiras que agitaram, que fizeram com que o Presidente Lula tivesse essa vitória espetacular. Foi em cima disso que o Partido ganhou as eleições. Há muitos outros pontos, mas a essência do PT é o primordial. “O PT é um Partido ético, é um Partido de gente séria. Nesse dá para acreditar. Nas horas difíceis, estão ali, firmes. Estão do lado dos procuradores para defenderem as denúncias; estão do lado da CPI para pedir que se apurem os fatos. O PT é o PT!” Por outro lado, o PT luta até o fim por um salário mais justo, por uma reformulação social, por uma reforma agrária; o PT é o Partido das questões sociais. Ficamos, de um lado, com a questão da ética, o arquivamento da CPI, que ocorreu. Quanto à questão social, Senador, ouvi o Líder do Governo, ao procurar os Líderes da Câmara e do Senado, dizer uma frase que achei da maior importância: “Nós temos questões

que são do Governo; nós temos questões que são da Oposição e nós temos questões que são do País. Eu vim chamar os amigos para que, quando se tratar de questão do País, nós nos entendamos". Eu pensei que ele teria dado uma prévia, que teria vindo preparar o caminho para uma negociação. Vou ser sincero com V. Ex^a: não pensei em R\$275,00, em R\$270,00 ou em R\$268,00, mas em algo que mostrasse o seu gesto, ao contrário do que está acontecendo agora. Na reportagem de ontem, de três páginas, a **Veja** retrata o Ministro da Fazenda como um deus. Caiu o Ministro-Chefe da Casa Civil e entrou nas alturas o Ministro da Fazenda, que, agora, é o mais popular, o mais correto, o mais positivo, porque esmagou a Câmara, votou o salário e vai esmagar o Senado. Não sei se vai esmagar o Senador. Eu não voto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu também não.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Serei muito sincero. Poderiam ter vindo aqui, ter sentado conosco e dito: "Vamos conversar. A coisa está assim, está mal, estamos prometendo para o ano que vem, vamos votar os R\$270,00". "Vamos" – e nós teríamos sido respeitados. Agora, sem nos dar satisfação, pisando em cima, não tem lógica. Não tem lógica o que ele está fazendo. Com toda sinceridade, ele não se está dando conta de um detalhe. É uma vitória? É uma vitória. Poderão esmagar o Senado onde dizem? Poderão esmagar o Senado. Mas não há o que festejar, porque, em se tratando de PT, vai estar marcado no carimbo, assim como no caso daquela CPI que negaram, com os líderes dizendo, tendo à frente o Senador Aloizio Mercadante: "CPI só com o apoio dos Líderes da Maioria". Quer dizer, o artigo da Constituição que diz que CPI é um direito sagrado, as Minorias, que um terço basta, não existem mais. Para o Presidente José Sarney, como para o Líder Aloizio Mercadante, é um direito dos líderes... Calma, Senadora, há poucas pessoas. Calma. Já chegamos lá... Logo V. Ex^a, uma mulher brilhante e inteligente!

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Não estou discutindo com V. Ex^a, Senador. Calma.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A nossa Presidente está conosco na caminhada do salário mínimo, Senador.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Eu sei. Por isso estou falando com essa calma com S. Ex^a. Agora entendi. Peço desculpas. V. Ex^a, que tem tido coragem exemplar, merece respeito. Ainda é tempo. Eles que venham aqui e nos procurem, façam o diálogo, façam o entendimento, porque estamos todos de acordo com um salário mínimo de R\$270,00. Estamos todos jun-

tos, respeitando-nos reciprocamente. Mas V. Ex^a tem o mérito, Senador, porque está na mesma posição. E tem uma coisa: podem votar o salário mínimo, podem dobrar esta Casa, mas V. Ex^a tem outro mérito. Desculpe-me V. Ex^a, Senador, mas, na verdade, é o Senador Paulo Paim. Desta vez, não tiveram a coragem de falar em expulsão do Senador Paulo Paim, porque a história seria muito diferente. O PT sem V. Ex^a teria que tirar a estrela da sua bandeira.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, muito obrigado pela forma gentil como fez seu aparte, apontando o caminho. O Senado, nessa matéria, fará um bom debate e não será esmagado. Estou convicto disso, até porque, no âmbito da Justiça, sou obrigado a lembrar que, na Câmara dos Deputados, praticamente a metade da Bancada do PMDB votou por um salário mínimo maior. Se, no Senado, um quarto da Bancada do PMDB acompanhar V. Ex^a – não vou citar nomes para não haver comprometimento, porque não falei pessoalmente com nenhum outro Senador –, com certeza absoluta, modificaremos esse quadro e aprovaremos, como disse muito bem o Senador Simon, uma alternativa. Será muito bom para o Palácio, bom para o Congresso, mas será bom, mesmo, para os milhões de aposentados e pensionistas que estão nessa expectativa.

Dizia-me um Deputado que viajou para Lajeado que, quando desceu do avião, uma senhora de idade lhe perguntou: "Mas, afinal, quem tem razão, o Senado ou o Governo?" S. Ex^a, naturalmente, que tem uma posição semelhante à minha, disse que o Senado iria fazer com que o salário mínimo avançasse.

Para muitos dá a impressão, Senador Pedro Simon, de que R\$15,00, R\$20,00 ou R\$30,00 não são nada. Não são nada para nós, para mim. Mas pensem bem o que são R\$10,00 no bolso de quem não tem nada e está com fome. Essa pessoa mata a sua fome naquele dia. Não estou propondo R\$10,00, pois todos sabem que a nossa proposta para o salário mínimo é de R\$300,00. Mas mesmo que fossem R\$10,00, R\$15,00, R\$20,00 ou R\$30,00, com certeza absoluta, a pessoa mataria a fome naquele dia. Nem que fossem R\$40,00, que gastamos num almoço, praticamente.

Fiz um cálculo e somente não fui lá para não criar mais problemas. Se acompanharmos um casal com dois filhos a uma lanchonete, com R\$260,00, a família não teria direito a três refeições por dia, correspondentes a um pão seco e a um cafezinho. Descontando-se 8%, sobram R\$240,00. Este é o País em que vivemos. E temos de refletir sobre isso.

Pediram-me que eu escrevesse algo a respeito do salário mínimo e da minha caminhada. Se me for

permitido, eu gostaria de encerrar lendo a última frase do meu artigo:

A história da minha luta pela dignidade do salário mínimo e a defesa dos direitos da minoria se confunde com a minha vida parlamentar, que já ultrapassa duas décadas no exercício de quatro mandatos de Deputado Federal e este de Senador da República. É impossível dissociar uma da outra, como pretendem alguns que mudam de opinião ao sabor do vento.

Navegar é preciso, mesmo contra a correnteza, para evitar a queda no precipício depois da curva do rio.

Era o que eu tinha a dizer, Sr^a Presidente.
Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR PAULO PAIM**

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

O salário mínimo é a minha biografia, mesmo remando contra a correnteza

Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr. Senadores, a aprovação pela Câmara dos Deputados, na semana passada, da Medida Provisória que fixou em R\$260,00 o valor do salário mínimo a partir do último dia 1º de maio não encerra a questão. A palavra final ainda será dada pelo Senado, em cujo plenário muitos Senadores já se manifestaram contrários ao valor fixado para o salário mínimo.

É bom ressaltar que a aprovação da MP pelos Deputados não se deu com a tranqüilidade anunciada. Mais de 30 Deputados do Partido dos Trabalhadores que haviam anunciado voto contrário ao mínimo de R\$260,00 acabaram recuando porque não suportaram as pressões a que foram submetidos, com punições ou negativas de apoio eleitoral ou na tramitação de projetos de lei de autoria ou de interesse do Parlamentar.

No Senado essa história não deverá se repetir. Já demonstramos por todos os meios a existência dos recursos necessários para um reajuste do salário mínimo superior ao que foi proposto pelo Governo, sem causar prejuízos às contas públicas. Além do aumento da arrecadação, de R\$3,5 bilhões segundo a Receita Federal, houve a ampliação do recolhimento da Cofins em R\$7 bilhões, sem falar no remanejamento de quase R\$40 bilhões de recursos da Seguridade Social para o Orçamento Fiscal de diversos órgãos.

Já se passou um mês da edição da MP que fixou o novo mínimo e até hoje o seu valor não está definido. Desde que foi criado pelo Presidente Getúlio Vargas,

essa é a primeira vez que chegamos ao meio do ano sem saber quanto vale o salário mínimo.

A mesma espada que estava sobre as cabeças dos Deputados agora pende sobre a deste Senador. Projetos de minha autoria, como o que estabelece regras definitivas para a correção e recuperação do valor de compra do salário mínimo, o que reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais, o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, podem estar com a tramitação atrasada pela indefinição da votação da MP que fixou o salário mínimo em R\$260,00.

Os que não querem a tramitação rápida desses projetos se esquecem que estão investindo contra a própria população brasileira, contra milhões de trabalhadores cujo salário não cobre suas despesas básicas; contra milhões de desempregados que estão sem a perspectiva de um novo posto de trabalho; contra os quase 90 milhões de afro-descendentes ou os 25 milhões de portadores de deficiência que integram a nossa população e vivem limitados em seus direitos de cidadãos.

A história da minha luta pela dignidade do salário mínimo e a defesa dos direitos das minorias se confunde com a minha vida parlamentar, que já ultrapassa duas décadas no exercício de quatro mandatos de Deputado federal e este de Senador da República. É impossível dissociar uma da outra, como pretendem alguns que mudam de opinião ao sabor do vento.

Navegar é preciso, mesmo contra a correnteza, para evitar a queda no precipício depois da curva do rio.

O segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, diz respeito aos resultados que os jornais divulgaram no sábado da pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, realizada nas seis principais regiões metropolitanas do País.

A pesquisa retoma os dados sobre as desigualdades raciais no mercado de trabalho, voltando a apontar que os negros têm taxa de desemprego maior e renda menor quando são comparados aos brancos.

Enquanto a renda média de um trabalhador branco é de R\$1.096,00 mensais, os trabalhadores negros e pardos têm uma renda de R\$535,00 mensais. A renda de um trabalhador branco é 105% maior que a de um trabalhador negro ou pardo.

A taxa de desemprego, segundo a pesquisa do IBGE, também é maior entre negros e pardos. A mulher negra sofre dupla discriminação, de cor e de gênero. Estão na base da pirâmide salarial e a maioria trabalhando como doméstica ou no setor informal.

Um dado que choca e configura um verdadeiro *apartheid*: embora sejam maioria em Salvador, negros e pardos ganham um terço da renda dos brancos.

Os negros e pardos se concentram na faixa salarial até três salários mínimos. São a maioria esmagadora dos trabalhadores que recebem um salário. Lutar por um salário mínimo decente é lutar contra as desigualdades raciais.

Para aqueles que não querem discutir racismo e preconceito, as desvantagens dos afro-brasileiros no mercado de trabalho são atribuídas à educação, ao nível de escolaridade.

Mas a discriminação racial é um obstáculo real. Com o mesmo nível de educação, muitas vezes os negros são preteridos.

Uma boa notícia vem de São Paulo. Os comerciantes de São Paulo fecharam um acordo com duas grandes redes de lojas, estabelecendo que 20% das contratações sejam de funcionários negros.

As pesquisas se repetem mostrando as diferenças e ninguém faz nada. A iniciativa do Sindicato dos Empregados do Comércio de São Paulo é uma iniciativa concreta, que deverá ser assumida também por outras categorias.

A sociedade vai encontrando o caminho, como na questão das cotas para o acesso à Universidade. O Capítulo VI do Estatuto da Igualdade Racial está dedicado a iniciativas de políticas para a inclusão de afro-brasileiros no mercado de trabalho, no setor público e no setor privado.

A pesquisa do IBGE, divulgada com o merecido destaque pela mídia, deveria estimular o Congresso Nacional a priorizar o debate em torno do Estatuto da Igualdade Racial. Precisamos nos posicionar contra uma discriminação que afeta a vida de milhões de brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Na forma do Regimento Interno, será considerado como lido o seu discurso, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão

do orador.) – Sr^a Presidente, Senador Paulo Paim, Senador Pedro Simon, nobres Pares, telespectadores da TV Senado, já tendo ultrapassado em 15 minutos o importante pronunciamento do Senador Paulo Paim, entendi que não seria oportuno o meu aparte. S. Ex^a talvez seja o Parlamentar com maior volume de informações e que tenha desempenhado a maior luta, dentro do Parlamento brasileiro, com relação ao salário mínimo. Tenho a impressão de que eu pouco acrescentaria se apartasse S. Ex^a, mas, diante do que disse o Senador Pedro Simon e do que discutem a Nação e os grandes jornais brasileiros, e tendo em vista a postura que sempre adotei nesta Casa, entendi que era meu dever ensinar ao atual Governo a aprovação das reformas no primeiro ano. Penso que aquilo era, entre outras coisas, emblemático. Senador Pedro Simon, o meu Partido se reuniu para tratar da questão da Previdência. Recordo-me inclusive que V. Ex^a, em determinada reunião do PSDB, entrou na sala para dar um abraço, se não me engano, no Governador Aécio Neves, que visitava a Bancada. Ouvimos os nossos Governadores, os nossos Parlamentares e os nossos Prefeitos e tomamos uma posição. Qual a posição do PSDB? Deixamos nossa Bancada livre, diante de um Governo eleito pelo voto popular, aliás, o PSDB vinha de uma derrota, daquelas que nos engrandecem e nos deixam honrados por integrar os seus quadros. Não nos envergonhamos, em nenhum momento, de termos perdido essa eleição, esse embate. Pelo contrário, nos orgulhamos da transição democrática que soube fazer o nosso ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, ex-membro desta Casa durante muitos anos.

Senador Paulo Paim, quero falar a V. Ex^a, ao Senador Pedro Simon e ao Senador Ramez Tebet, tendo em vista, principalmente, as palavras do Senador Pedro Simon que, depois de ter dado minha contribuição sobre as reformas da Previdência e tributária, não direi que a minha quota com este Governo se esgotou; não diria isso. Não vou pretender também, Senador Paulo Paim, assumir uma posição para tirar proveito político em função de eleições municipais. Não sou candidato a Prefeito. No Município de Palmas já existe um teto mínimo de R\$300,00. Portanto, para os servidores municipais, não estaríamos alterando nada. No Estado do Tocantins também há um piso que é superior ao salário mínimo. Então, aqui, vou iniciar esse raciocínio me baseando nas palavras de V. Ex^a, Senador Paulo Paim, para dizer que esses R\$15,00 que tanto discutimos, no bolso daquele que paga passagem em transporte coletivo urbano ou daquele que pode comprar um pão a mais, isso faz uma grande diferença. Melhor se fosse mais, porém faz diferença.

Senador Pedro Simon, vou antecipar um pensamento de V. Ex^a que acredito ser da maior importância: não vejo, no Senado, condição de qualquer Senador alterar sua posição por pressão, seja do Palácio do Planalto, seja da Coordenação Política ou de quem quer que seja. Isso não vai acontecer nesta Casa. Aliás, tenho ouvido muitas reclamações de Parlamentares integrantes da Câmara dos Deputados dizerem que a Câmara tem sido a madrastra da população brasileira; e o Senado tem consertado. Os Deputados reclamam da pressão feita pelo Governo para a aprovação de matérias naquela Casa, enquanto que nós, aqui, a alteramos, como se estivéssemos fazendo a parte errada da coisa. Não, Senador Pedro Simon! Não, Senadora Serys Slhessarenko! Vimos a Câmara dos Deputados aprovar a reforma da Previdência sem alterá-la em nenhum ponto. E nós, sim, a alteramos. Se ainda não prevaleceu, é porque ela ainda está na Câmara. Mas o Senado fez a sua parte.

Aliás, Senador Pedro Simon, V. Ex^a que tantos anos tem nesta Casa, penso que não vai encontrar na história do Senado um período em que – fruto da sua comunicação, do nosso trabalho e das posturas –, esteve tão próximo da população brasileira. Esse é o momento de afirmarmos a condição do Senado como a Casa que tem mantido uma posição.

Portanto, quero anunciar antecipadamente, até para poupar trabalho ao Governo quando ele diz que “não vamos empenhar as emendas; vamos perseguir os projetos dos Senadores”. Poupo esse trabalho ao Governo. As minhas, podem cancelar hoje. Porque, com a mesma firmeza de quem apoiou as reformas e disse que votaria a favor delas, estou dizendo, hoje, que voto pelo salário de R\$ 275,00 e não pelo de R\$ 260,00.

Senador Pedro Simon, seria muito interessante se o próprio Presidente da República, que não deixou outra instância de negociação, avocasse a si, viesse a esta Casa e trouxesse uma alternativa. Não vejo outra alternativa, sob pena de cairmos no obscuro quadro dos indecisos, que não sabem como vão votar. Até respeito a indecisão de alguns, mas declaro aqui a minha posição, antecipando o meu voto, a não ser que, pelo desejo de Deus, eu me retire desta Casa por outra razão qualquer, porque, Senadores Pedro Simon e Paulo Paim, é muito ruim dizer que não vota os R\$260,00 e não comparecer à votação. Para mim, não vir é sempre o pior. Venha: vote a favor; venha: vote contra; mas, não vir é ruim. Para mim, a ausência é uma forma de não votar, a qual também não vou censurar. Mas entendo que todos, assumindo uma ou outra posição, devemos estar aqui. Já fiz algumas declarações, Senador Paulo Paim, em conversa com o

meu Líder, e sempre digo que é muito ruim fechar a questão dentro do Partido, porque parece uma imposição. Sou contra essas questões que podem expressar, depois, uma expulsão. Não entendo ser esse o caminho que vai reforçar a fidelidade partidária. Mas, nesse caso específico, os doze, tomamos uma decisão. Não sei se é uma decisão inócua, porque, se a posição é dos doze, nem precisaríamos fechar a questão. Mas estamos fazendo isso como um ato afirmativo do nosso Partido. Vamos votar pela proposta dos R\$275,00. Nós não votaremos a proposta dos R\$260,00, e estaremos todos presentes. Esse é um compromisso que o PSDB está assumindo. Não vamos obstruir nenhuma votação. Vamos procurar construir um calendário que nos permita limpar a pauta, desobstruí-la e votar o salário mínimo, já que o Governo não pode reeditar essa medida, porque, se decorrido o prazo, Senador Paulo Paim, caberia ao Presidente do Congresso prorrogar por igual período de 60 dias. Aí a pauta já estaria trancada. Não vamos dar esse prejuízo aos trabalhadores e ao Legislativo brasileiro.

Por isso, Senador Sibá Machado, entendo que o Senado não terá nova oportunidade. Não é uma postura contra o Governo. Eu não vou entrar nos números, Senador Paulo Paim, porque no meu entendimento – talvez eu entenda pouco –, o Governo tem um superávit primário histórico, o Governo tem um excesso de arrecadação indiscutível e dizer que não dispõe dos recursos necessários, que não há o dinheiro necessário?! Eu não vou entrar nessa discussão. Prefiro dizer que dá para ser pago, o que já entendo ser pouco. Este o nosso entendimento, que pretendo claro.

Por isso não quero que percam tempo comigo nenhum coordenador político, nenhum Ministro de articulação ou alguém encarregado de falar pelo Governo. Não venham a este Parlamentar trazer qualquer tipo de argumentação que não seja uma negociação aberta, clara. Só esta cabe.

Respeitarei a posição dos que virão aqui votar os R\$260,00. Essa é a posição e o entendimento da Bancada do Governo. Prefiro que venham votar favoravelmente aos R\$260,00 do que os que não virão, os que, por uma razão ou outra não querem se desgastar por preferirem a abstenção, a ausência, o não-votar. Eu os respeitarei também. Mas nós do PSDB temos um compromisso.

Sempre elogiei desta tribuna a posição do Coordenador Político, com quem mais convivi neste Governo, o Ministro José Dirceu, que não exerce mais essa função. Digo com certeza absoluta que ele, da forma como negociou todas as reformas aprovadas nesta Casa, jamais ouvi dele uma palavra de constrangimento, ainda mais por integrar a Oposição, no sentido de

que o Governo iria endurecer, retirar ou dar benefícios. Não espero isso. S. Ex^a, o Ministro José Dirceu não é mais o Ministro da Coordenação Política.

Portanto, no que diz respeito a essa questão específica, eu, como disse, Senador Paulo Paim, estou antecipando o meu voto para poupar trabalho à articulação política do Governo. Procurem outros Parlamentares sobre essa questão dos R\$260,00 a mim não. A não ser que seja sobre a proposta do Senador Pedro Simon, qual seja, de o Presidente Lula vir a esta Casa e dizer às Sr^{as} e aos Srs. Senadores para dizer-lhes que não dá a proposta de R\$ 275,00, mas, sim, a de R\$ 270,00, mas – como deseja o Senador Cristovam Buarque – haveremos de encontrar outras fórmulas. Dessa forma, ninguém pode se recusar ao debate. Eu não serei radical, Senador Pedro Simon, dizendo que não farei acordo e não votarei. Não! Se o Presidente da República ensejar uma negociação, nós participaremos dela. Mas, sinceramente, depois do que ocorreu na Câmara, Senador Pedro Simon, não acredito que o Governo escolha esse caminho. O Governo quer impor os R\$260,00. Alguns integrantes desta Casa, que entendem, dizem que o Governo tem forças. Mas, vejo declarações de Parlamentares e aqui faço a minha. Como mudar isso, Senador Paulo Paim? A que pretexto? Se disserem: “Vão prejudicar o Tocantins”. Será possível? Ora, em verdade, Senadora Serys Slhessarenko, as obras da Ferrovia Norte-Sul continuam no mesmo ritmo; as obras da eclusa sobre o rio Tocantins, na Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, estão paradas. Eles não têm muito o que tirar do Tocantins. Mas estarão tirando algo importante, a meu ver, dos trabalhadores que moram no Tocantins e dos trabalhadores brasileiros.

Nesta hora, muito mais pela posição que tem assumido o Senado, esta Casa tem a oportunidade ímpar de mostrar, mais uma vez, à opinião pública nacional, que há conserto, sim. Eu tenho muito respeito pela Câmara dos Deputados e me orgulho de ter sido Deputado também. Mas entendo que aquela Casa vai mal, não pelo seu dirigente maior, o Presidente João Paulo. Não por S. Ex^a. Mas creio que essas mudanças, essas vitórias de trator que o Governo tem obtido em certas questões são ruins tanto para o Governo quanto para a Câmara. Feliz do povo brasileiro que tem o Senado da República para consertar essa situação, e não vamos negar isso. Por esta Casa, a não ser que alguns venham a mudar de opinião – que se expliquem depois –, salário mínimo de R\$ 260,00 não passa.

Obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela Liderança do

PMDB, ao Senador Ney Suassuna, por cinco minutos e, em seguida, ao Senador Paulo Elifas.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, estive ausente dos trabalhos da Casa porque estava em missão na Suíça, juntamente com o Senador Eduardo Azeredo. Na oportunidade, repassamos a pauta entre os dois países, não só ao Senado, mas também à Câmara dos Deputados da Suíça, e ao seu próprio Presidente.

Há várias potencialidades para expansão do nosso comércio, como é o caso do álcool, que, com o Protocolo de Kyoto, deve ser adicionado à gasolina, o que poderá abrir um espaço muito grande para nós, brasileiros, no comércio europeu, e essa porta poderia ser a Suíça. Analisamos o problema de bitributação e também a garantia de investimentos que a Suíça já assinou com a Argentina, Chile e México. Agora busca assinar com o Brasil.

Foi uma pauta importante, pois são muitas as empresas suíças com presença no Brasil e que lá estiveram e colocaram, lado a lado, tanto para o Governo suíço quanto para nós, pontos que precisam ser analisados e definidos.

Da Suíça, fui direto para a minha Paraíba. Ao chegar, Sr^a Presidente, que tristeza! Descobri que a violência que está espalhada no Sul e Sudeste do Brasil já chegou também à minha querida Paraíba.

Na quinta-feira, um bando armado chegou à cidade de Areia. Invadiu o Fórum, matou um policial e feriu outro na delegacia. Os bandidos não se esconderam; foram direto para a delegacia, atiraram nos policiais e assaltaram o Banco do Brasil. Os moradores da cidade, que se viram, de repente, inteiramente desprotegidos, ficaram traumatizados. O dinheiro prometido pelo Governo Federal até hoje não chegou. Não há sequer uma viatura para perseguir os bandidos. Mas o que é pior: no dia seguinte, outra cidade, Catolé do Rocha foi atingida. Assaltaram a casa do gerente do Banco do Brasil, fizeram-no refém e a família dele. Foram ao Banco do Brasil, Sr^a Presidente, e o assaltaram. Novamente, o terror em toda a cidade. Por último, na capital do Estado. A instituição chamada Multibancos, que recebe contas de luz, água etc., também foi assaltada.

Então, cada vez que se pressiona o crime, no Rio de Janeiro e em São Paulo, ele se espalha pelo Brasil inteiro.

Muitos podem dizer que se trata de um problema econômico, de muita dificuldade de vida, porque não há emprego etc. Mas a verdade é que a nossa legislação continua frouxa. As nossas penitenciárias não cumprem o seu dever e são, na verdade, universida-

des do crime. Quem lá entra passa a fazer parte de facções de uma forma tal – seja do 3º Comando, seja do Comando Vermelho – que, quando se encontram, como ocorreu lá, no Rio de Janeiro, a mortandade é enorme. Como ocorreu na rebelião no Rio de Janeiro, em que morreram 39 pessoas de modo bárbaro: decapitadas e esquartejadas.

Não sei o que está havendo no nosso Brasil. Mas sei que precisamos tomar medidas urgentes, porque, no exterior, o que ouvimos, como presenciei nesta viagem, é que “não se pode conhecer o Brasil, um país tão bonito, por causa da insegurança”. Esse é o exemplo, a imagem do Brasil que vai, hoje, pelo mundo todo.

Li uma estatística que mostra algo impressionante. Entre 1980 e 2000, no Brasil, morreram dois milhões e sete mil pessoas de causas violentas. Esse número equivale à metade da população do meu Estado. De 1999 a 2000, o número registrado de mortes por armas de fogo foi de 1.993. Esta situação que estamos vivendo é muito complexa.

Pergunto qual é a causa: a polícia é ineficiente? O sistema carcerário é ineficiente? A causa é a demora na punição? É a legislação? Seja qual for o motivo, devemos ter coragem de enfrentá-lo, com urgência.

Já não há mais lugares tranquilos. A Paraíba sempre foi um Estado tranquilo com relação a assaltos. De repente, em uma semana, ocorrem três assaltos. Não é diferente no Rio Grande do Norte ou no Piauí. Precisamos tomar providências.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em alguns lugares, não se pode mais viajar sozinho de carro, principalmente se for preciso atravessar regiões, como ocorre no polígono da maconha. Entre Bahia, Pernambuco e Ceará, é preciso andar em comboio e com a ajuda da polícia, porque a região é extremamente perigosa.

Como poderemos incentivar o turismo dessa maneira? Que exemplos podemos dar à juventude se o crime passa a compensar?

Não sei onde está o maior erro, mas sei que a polícia tem dificuldade – faltam viaturas e armamento. Para os bandidos, não faltam nem viaturas, nem equipamentos modernos, como granadas e rojões ou bazucas. Enfim, eles têm armamento de último tipo. Muitas vezes, soldados são obrigados a enfrentá-los portando apenas um revólver 38 velho. O sistema penitenciário não funciona; permanentemente há revoltas. Quando se vai investigar, verifica-se que, num lugar em que cabem 30, há mais de 100.

É difícil! Nos meus 60 anos de idade, eu nunca tinha visto tanta gente esquartejada. O único exemplo de esquartejamento público no Brasil que eu tinha era o

de Tiradentes. Hoje, a cada momento, há um caso novo. Em Rondônia e no Rio de Janeiro, esquartejam-se as pessoas. Chegou-se ao ponto de os bandidos dizerem que jogaram futebol com a cabeça do opositor.

Eu não sei aonde vamos chegar. Falo da tristeza de quem sai de um país como a Suíça, com tudo organizado, funcionando, uma renda **per capita** de US\$38 mil anuais, e chega a um Brasil, que tem tudo a mais – recursos naturais, beleza, um povo dócil -, e encontra essa barbárie, seja no Rio de Janeiro, com essa mortandade, seja na minha Paraíba, onde os assaltos também estão ocorrendo. Lamento.

Era essa a satisfação que eu queria dar: o relatório da viagem à Suíça e a tristeza por ter encontrado meu País vivendo uma onda de violência nunca vista.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Paulo Elifas, por 20 minutos.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uma das principais palavras-chaves na construção da harmonia na convivência entre povos e nações é a cooperação. Cooperar significa contribuir com trabalho e esforço no sentido de se alcançar um objetivo comum.

Pois bem, Srªs e Srs. Senadores, a palavra “cooperação” – e todo o sentimento que a envolve – deu suporte ao acordo assinado, no último dia 2 de junho, entre o Ministério do Meio Ambiente e o Governo do Estado de Rondônia. Por esse acordo, estabelecido entre a Srª Ministra e o Sr. Governador, buscar-se-á, em um trabalho conjunto e cooperativo entre a União e o Estado, fixar as condições necessárias para a compatibilização da legislação estadual referente ao Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico às normas vigentes, em especial à Lei nº 4.771, de 1965, também chamada de Código Florestal, modificada pela Medida Provisória nº 2.166, e ao Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002.

A falta de sintonia existente, até aqui, entre a legislação estadual relativa ao zoneamento de Rondônia e as leis federais, em especial o Código Florestal, têm a ver, principalmente, com os percentuais de área destinada à manutenção da reserva legal nas propriedades rurais, isto é, o quanto os agricultores têm, por lei, que manter como reserva legal, na limpeza do solo para o plantio.

Pelo Zoneamento Socioeconômico-Ecológico elaborado pelo Governo do Estado, que se transformou na Lei Estadual nº 233, de junho de 2000, Rondônia foi dividida em três zonas e nove subzonas, por meio de critérios técnicos relativos à aptidão de uso

do solo e às características ambientais, além de outras informações obtidas por intermédio de amplas discussões com instituições governamentais e privadas e com organismos representativos da sociedade civil rondoniense.

Cada uma dessas zonas e subzonas foi minuciosamente diagnosticada e, para cada uma delas, foram estipulados usos do solo que maximizam os potenciais locais em termos de produção e produtividade. Assim, dependendo da melhor utilização da terra (seja por meio da agropecuária, seja pelo manejo sustentável das florestas estaduais e das chamadas reservas extrativistas ou, ainda, pelo manejo das áreas de uso restrito e controlado pela União, pelo Estado e pelos Municípios, previstas em lei, como as áreas indígenas), a Lei Estadual nº 233 determina percentuais diferenciados de cobertura florestal nas propriedades rurais. Por exemplo, nas áreas de maior potencial para a produção agropecuária, a Lei de Zoneamento estipula que a cobertura florestal de cada propriedade rural, mantida ou recuperada, pode variar entre 20% e 40%.

Ocorre que o Código Florestal, ou a Lei nº 4.771, de 1965, já estipulava, à época da mesma Lei Estadual nº 233, no seu art. 44, que “na região Norte e na parte norte da Região Centro-Oeste, enquanto não for estabelecido o decreto de que trata o artigo 15, a exploração a corte raso só é permissível desde que permaneça, com cobertura arbórea, pelo menos 50% da área de cada propriedade”. Não há, nessa mesma lei federal, qualquer diferenciação espacial no tratamento da Amazônia, como se a região fosse totalmente homogênea, sem qualquer diferença na tipologia florestal, desconsiderando-se, por exemplo, as áreas típicas de cerrado. Portanto, com essa falta de diferenciação sub-regional do Código Florestal, o Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado de Rondônia já entrava em choque com a lei federal, por exigir, em algumas subáreas, menos que os 50% de permanência da cobertura florestal, apesar de que, em outras subáreas, esse percentual seja maior que o estipulado no Código Florestal.

Para piorar esse choque entre as legislações estadual e federal, a Medida Provisória nº 2.166, de 24 de agosto de 2001, alterou artigos do Código Florestal, especialmente no que diz respeito às exigências de manutenção de cobertura florestal. O art. 16 estipula que “as florestas e outras formas de vegetação nativa, ressaltadas as situadas em área de preservação permanente, assim como aquelas não sujeitas ao regime de utilização limitada ou objeto de legislação específica, são susceptíveis de supressão, desde que sejam mantidas, a título de reserva legal, no mínimo:

I – oitenta por cento, na propriedade rural situada em área de floresta na Amazônia Legal”.

Nesse caso da medida provisória, abre-se exceção para as áreas de cerrado, na mesma Amazônia Legal, com, no mínimo, 35% de manutenção da reserva. Nesse sentido, o novo texto legal da Medida Provisória nº 2.166 agudiza o desacordo entre as leis estadual e federal.

Ocorre, também, que é exatamente na chamada Subzona 1.1, do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia, que se adensa a população do interior do Estado. Essa subárea corresponde a 25,75% da extensão geográfica total de Rondônia, com aptidão agrícola das mais consideráveis, com solos de baixa vulnerabilidade, portanto, pouco propensos à erosão, onde se concentra a pequena produção rural, fruto do processo histórico de ocupação de Rondônia.

Como sabem as Sr^{as} e os Srs. Senadores, Rondônia foi objeto de grande atração de pequenos produtores rurais, principalmente na década de 70, por meio dos projetos de assentamento dirigido e dos projetos integrados de colonização, estes em áreas de 100 hectares, que se estenderam ao longo da BR-364, exatamente onde se configura a Subzona 1.1. Os pequenos agricultores de todo o País que se deslocaram para o Estado – talvez como última fronteira para se resolverem os focos da tensão social que pipocavam nas mais diferentes regiões brasileiras – tinham permissão para desmatar metade de suas glebas para o plantio, principalmente de arroz, feijão, milho e, posteriormente, café e cacau. Nessa subzona, segundo o último censo agropecuário, dois terços das propriedades rurais estão nos estratos de área abaixo dos 100 hectares.

Nesse sentido, a legislação federal, além de contrastar com a legislação estadual, embutida no Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico, vai de encontro ao próprio processo histórico de ocupação de Rondônia, cujo resultado, em termos da ocupação produtiva da terra, é amplamente reconhecido. Os projetos de colonização de Rondônia são o exemplo mais que evidente do sucesso de uma reforma agrária que, ao contrário de gerar conflitos, resolveu tensões pela posse da terra de outras regiões do País, além de criar empregos, que, já naquela época, minguavam nas outras regiões brasileiras.

Mas essa realidade, tão bem captada no diagnóstico que deu suporte ao Zoneamento de Rondônia, não impediu o embargo, por ação judicial, da lei estadual, por estar em contradição com o Código Florestal e com a Medida Provisória nº 2.166, que o reformulou. A tribuna do Congresso Nacional, durante todo esse período, foi palco de manifestações dos Parlamentares, principalmente os do Estado de Rondônia. O reclamo

da população rondoniense ocupou todas as discussões no nosso Estado durante todos esses anos. Os agricultores, por não terem o documento de averbação da sua reserva legal, não podiam obter créditos de bancos oficiais porque não cumpriam o que determina a lei e passaram a viver numa espécie de ilegalidade, porque não dispunham de documentos hábeis para se beneficiarem dos programas federais de incentivo à produção e à produtividade agrícola.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não se quer, evidentemente, descartar a importância da floresta. Não há, e nem é esse o desejo, qualquer confronto com as teses ambientalistas, seja do Ministério do Meio Ambiente, seja das organizações não-governamentais, em defesa do meio ambiente. Até porque, se fossem consideradas todas as áreas de zoneamento de Rondônia, 68,7% do total manter-se-iam intactas ainda sob o título de vegetação preservada. O Estado de Rondônia, portanto, apesar de tamanha migração e do conseqüente crescimento explosivo da sua população, manteria, após a realização total do projeto, mais de dois terços de sua vegetação intacta. Poder-se-ia dizer que o choque maior entre as legislações federal e a estadual está no fato de que, enquanto a primeira diz respeito às áreas das propriedades rurais, a segunda trata de zonas definidas por critérios de homogeneidade, numa visão de planejamento de curto, médio e longo prazos. A lei federal tem uma incidência micro de propriedade rural, enquanto a lei estadual tem uma concepção mais macro de áreas geográficas homogêneas.

O propósito maior é o de sanar um problema que surgiu alheio à vontade dos produtores rurais, principalmente os de pequeno porte. É que eles não possuem condições concretas de recuperar, por conta própria, o que foi desmatado, muitas vezes sem o devido conhecimento legal. O reflorestamento de parte da propriedade fere de morte os pequenos agricultores, inviabilizando a produção e, conseqüentemente, a renda. Esses agricultores ocupam exatamente a zona 1, ao longo da BR-364. Essa resolução, fatalmente, fará com que tenhamos em Rondônia o êxodo rural, em que as pequenas propriedades serão substituídas por grandes latifúndios, como já está ocorrendo.

A assinatura do acordo, mesmo que indiretamente, pode fortalecer teses no sentido da defesa da soberania nacional. Os interesses enraizados na discussão da preservação da Amazônia são sabidamente muito antigos e ambíguos. Por isso, estou ciente de que se trata de uma questão polêmica. Há quem afirme – e o Congresso Nacional já instituiu até mesmo uma Comissão Parlamentar de Inquérito para estudar o assunto – que há em Rondônia e na Amazônia interesses nem

sempre confessáveis que ferem a nossa soberania na defesa de organizações não-governamentais do meio ambiente amazônico. Tudo isso porque a floresta esconde riquezas incalculáveis, principalmente para a medicina do futuro e para a tecnologia de ponta que ainda necessitará, por muito tempo, dos recursos minerais abundantes no solo amazônico.

Há pouco tempo, a título de exemplo, circulou pelas mãos de Parlamentares deste Congresso cópia de uma ata de reunião, realizada em Berna, na Suíça, de um tal “Conselho Mundial das Igrejas Cristãs” que, dentre outras orientações aos seus “missionários” enviados para a Amazônia, preconizava que “o meio ambiente dessa região (a Amazônia), que, pretensamente, pertence ao Brasil, deve ser mantido no seu estágio atual, e os índios que lá habitam devem permanecer em estágio de letargia, para que eles preservem a Amazônia para os povos europeus do futuro”.

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, a soberania nacional somente será respeitada se a Amazônia for ocupada pelos brasileiros, que lá habitam e trabalham. É neste contexto que emergiu um novo conceito-chave nas discussões das melhores teses para a ocupação da Amazônia, sem ferir o meio ambiente: o desenvolvimento sustentável. Por ele é possível preservar a soberania nacional da Amazônia, produzindo os alimentos e os empregos que o País tanto necessita, sem destruir o meio ambiente. E é exatamente este o objetivo do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia, incluído no texto da Lei nº 233, art. 2º: “O Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia, doravante chamado ZSEE, constitui-se no principal instrumento de planejamento da ocupação e controle de utilização dos recursos naturais do Estado”. Mais ainda, no art. 3º: “O ZSEE tem por objetivo orientar a implementação de medidas e elevação do padrão socioeconômico das populações, por meio de ações que levem em conta as potencialidades, as restrições de uso e a proteção dos recursos naturais, permitindo que se realize o pleno desenvolvimento das funções sociais e do bem-estar de todos, de forma sustentável”. Com esse objetivo, não há como se imaginar, como parece óbvio, que haveria outro intuito da lei, a não ser o de produzir, utilizando-se dos recursos naturais do Estado, mas sem ferir de morte o meio ambiente. O desenvolvimento planejado e sustentável, portanto.

O acordo, assinado na última semana, visa, exatamente, a compatibilizar as leis estadual e federal, estipulando obrigações de ambas as partes. Caberá à União, entre outras ações, o apoio técnico e financeiro ao Estado, para equipar-se institucionalmente e para implantar programas de Recuperação de Reserva Legal e de Preservação Permanente, além de incentivos

aos produtores e de campanhas educativas junto às organizações da sociedade civil.

Ao Governo do Estado de Rondônia, além de estruturar órgãos ambientais e fortalecer o Conselho Estadual de Política Ambiental – Consepa, bem como outros procedimentos que visem a defesa do meio ambiente, cabe, também, adequar a sua legislação aos ditames das leis federais, por meio, principalmente, da exclusão de parágrafos que permitem percentuais de reserva legal inferiores a 80%. Deverá ser incluído, também na lei estadual, um parágrafo no sentido de que “para fins de recomposição florestal da reserva legal, deve-se averbar, observando o mínimo de 50% da propriedade, excluídas, em qualquer caso, as áreas de preservação permanente, os ecótonos, os sítios ecossistemas especialmente protegidos, os locais de expressiva biodiversidade e os corredores ecológicos”, o que é permitido na Medida Provisória 2.166, § 5º, inciso I, que tem esse mesmo teor. Os agricultores rondonienses terão um prazo de até 30 anos para recompor tal reserva legal, com plantio de um décimo a cada três anos da área total necessária à complementação devida.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, para o mundo rural rondoniense, para o povo e os agricultores de Rondônia o acordo significa um avanço e uma trégua importantes. Eu diria, neste momento, principalmente ao povo do meu Estado, que o acordo não pode ficar aí, como definitivo, e sim como uma pequena vitória, pois restaura a posse da terra em 30%, mas precisamos de mais. Por conseguinte, continuaremos a luta para que o Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico seja aceito na sua plenitude, para que se faça justiça ao povo de Rondônia. Queremos que a Ministra do Governo nos mande plantar “batatas” e não florestas.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena por cinco minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro na Casa um evento extremamente importante que aconteceu no último fim de semana: o lançamento do P–SOL – Partido do Socialismo e da Liberdade. Partilho com a Casa e com os que acompanham nosso mandato na TV Senado e na Rádio Senado que estamos muito felizes. É um momento muito especial das nossas vidas.

Senador Pedro Simon, estamos entregando ao povo brasileiro um abrigo para a esquerda socialista, democrática, que não faz a medíocre opção de se lam-

buzar no banquete farto do poder ou de ser prisioneira dos cárceres dos palácios.

Neste primeiro semestre, todos conhecemos o que é o monstro da legislação eleitoral, da qual não estamos a reclamar. Sua aprovação no Congresso visava justamente a impedir o aparecimento de tantos dos chamados partidos nanicos, que acabam se submetendo simplesmente a fazer negócios no período eleitoral. Não estamos reclamando da legislação eleitoral. Certamente, será o primeiro Partido a conquistar um registro sob a égide da nova legislação eleitoral, porque nenhum dos partidos que estão hoje apresentados ao povo brasileiro teve de submeter-se à estrutura burocrática a que vamos ter que nos submeter.

No entanto, estamos muito felizes, porque não vendemos as nossas convicções e não rompemos com a tradição da esquerda socialista e democrática. Há o cansaço e a exaustão física, pois montamos um fórum de debates durante todo o primeiro semestre. Percorremos o Brasil todo estabelecendo concessões coletivas nos agrupamentos de esquerda para a construção do nosso programa provisório, do nosso estatuto.

Identificamos como está maravilhosamente enraizado na alma do povo brasileiro o sentido democrático. Das pessoas mais simples, como o camelô nas praças e o catador de lixo, às pessoas mais sofisticadas nos saguões dos aeroportos, como elas entendem que temos o direito de defender aquilo em que efetivamente acreditamos!

Ao se transformar na ferramenta triunfalista do neoliberalismo; ao trair a esquerda socialista e democrática e aprofundar o modelo neoliberal, negando todas as concepções programáticas acumuladas por meio da dor, do sofrimento, das lágrimas e do suor de milhares de militantes da esquerda socialista e democrática na América Latina, no Brasil e no mundo; ao mudar de lado, se alguns pensavam que conseguiriam liquidar com o que existe de mais belo e precioso na esquerda socialista e democrática, enganaram-se redondamente, porque a ninguém são dadas as bandeiras históricas. Ninguém, nenhum Partido – nem o novo Partido estará –, nenhuma Liderança está ungida pelos deuses do universo ou autorizada pela classe trabalhadora a liquidar as bandeiras históricas e as concepções programáticas acumuladas pela esquerda socialista e democrática.

Então, se o que era o maior Partido de esquerda da América Latina se transformou na ferramenta da propaganda triunfalista do neoliberalismo, e o Governo Lula, que se comprometeu com mudanças estruturais profundas, hoje nada mais é do que o aprofundamento do modelo neoliberal, estamos entregando

ao povo brasileiro o P–SoL, o Partido do Socialismo e da Liberdade.

Espero que o povo brasileiro, que renasce a cada dia com o sol, em coragem, solidariedade e esperança, possa estar nos ajudando a fazer com que o P–SoL, Partido do Socialismo e da Liberdade, o novo Partido, consiga as 438 mil assinaturas necessárias do ponto de vista da legislação eleitoral.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muitos Senadores, independentemente das convicções ideológicas e da identidade, bem como os funcionários da Casa e muitos que acompanham o nosso mandato parlamentar, sabem como ficou profundamente marcado, na nossa alma e no nosso coração militante, o processo de expulsão. Então, eu não poderia deixar de partilhar com esta Casa a minha alegria de entregar ao povo brasileiro o P–SoL, Partido do Socialismo e da Liberdade, um abrigo para a esquerda socialista e democrática, para a esquerda livre que – volto a repetir – não se predispõe a ser prisioneira dos cárceres do poder e nem a se lambuzar no banquete farto dos palácios, por mais sedutores e cômodos que eles efetivamente sejam.

É só, Sr^a Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela Liderança do PFL, por cinco minutos, ao Senador José Agripino.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr^a Presidente, estou inscrito pela Minoria para falar.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Imediatamente depois, fará uso da palavra pela Liderança da Minoria o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr^a. Presidente, se o Senador Antonio Carlos Magalhães quiser falar logo agora, com o maior prazer, cedo o lugar a S. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – A prioridade é de V. Ex^a, Senador José Agripino.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela Liderança do PFL, por cinco minutos, ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço um registro, ainda que rápido, sobre matéria publicada na semana passada na revista **ISTOÉ**, que tece considerações sobre as relações sobre Brasil e China, enfatizando o crescimento da China e as peculiaridades do país. Fez um comparativo

com o Brasil, mostrando um quadro em que pergunta por que o prometido espetáculo do crescimento não aconteceu.

Ademais, relacionou alguns pontos de cunho econômico e político: o que o Brasil precisaria fazer e não está fazendo para que o espetáculo do crescimento tivesse acontecido ou estivesse acontecendo? Condições ou condicionamentos do campo econômico. É preciso que o equilíbrio fiscal esteja sendo obtido. Está, até com sobras. A taxa de juros deveria estar baixa. Baixa não está; poderia estar muito mais baixa, mas está em processo de queda. O risco Brasil precisaria estar em nível compatível. Até está em nível compatível, por conta do esforço fiscal das metas de superávit primário que, às custas do emprego, têm sido obtidas – noticia-se no exterior que o Brasil pratica uma política fechada de equilíbrio fiscal e que merece fé o Governo que é capaz de receber investimentos com credibilidade.

Fala em eficiência administrativa do Governo e em provisão de infra-estrutura. Nota zero para o Governo nisso aí. O Governo não sabe nem gastar e não tem sequer capacidade de gasto. As estradas estão esburacadas, e os portos entupidos. Fala em carga tributária. Nota zero para carga tributária. Ao invés de parar e tentar diminuir, pelo contrário, sobe Cofins, sobe Contribuição Social sobre Lucro Líquido das Empresas, não corrige a tabela do Imposto de Renda e espanta o crescimento.

Condicionamentos de ordem política: agilidade nas respostas às crises, nota zero. O caso Waldomiro Diniz, o “caso vampiro”, tudo transforma-se, Senador Almeida Lima, em crise potencializada, porque o Governo não tem a capacidade de absorver a crítica e não é rápido na solução dos problemas, dando respostas convincentes à opinião pública. Isso dificulta, no campo político, a retomada do crescimento e a concretização do espetáculo do crescimento.

Base parlamentar sólida – nem é sólida, nem é líquida.

A Sr^a Heloísa Helena (S/ Partido – AL) – É gasosa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – É, como diz Senadora Heloísa Helena, gasosa. E verá aqui, no Senado, como vai ocorrer a apreciação do salário mínimo. O salário mínimo é o último condicionante a que a revista se refere. Senador João Ribeiro, o espetáculo do crescimento pressupunha um salário mínimo decente. Sabe por quê? Porque todos entendem que salário mínimo é a melhor forma que se pode estabelecer para se redistribuir renda. É um “não” à caridade.

Entre os seus eleitores, Senador João Ribeiro, V. Ex^a se relaciona com pessoas modestas, pobres. Eu

privo da intimidade da vida de muitas pessoas, amigas minhas, de poder aquisitivo modesto, e sei como R\$15,00, R\$20,00 ou R\$30,00 são importantes para o dia-a-dia delas. Sei como elas reagem. Claro que elas recebem, de bom grado, um botijão de gás; a mesadinha do Bolsa Escola; do Bolsa Família etc. Mas também sei como ficariam felizes se houvesse uma retribuição à altura da dignidade que querem para o salário como retribuição ao seu trabalho. Sei como ficariam felizes em poder ganhar um pouco mais, legalmente, sem depender de favor, de caridade, de Bolsa Família, de botijão de gás, que são dados porque é o jeito. Um Governo que se elegeu dizendo-se pelo social não poderia jamais trocar o Bolsa Escola ou o Salário-Família por R\$15,00 a mais no salário mínimo.

Isso falta, Senador Mão Santa, no elenco do que é colocado pela revista **ISTOÉ**; talvez seja a maior das lacunas para a ocorrência do prometido espetáculo do crescimento.

Os integrantes do Governo dizem que não há condições de pagar um salário mínimo superior a R\$260,00. Ainda hoje, um repórter da Rádio Senado me entrevistava a respeito deste assunto. Ele me perguntou: Por que será que o Governo só pode pagar, ou diz que só pode pagar R\$260,00? Eu disse que R\$260,00 equivaliam a US\$86.00 e respondi falando sobre o levantamento que mandei fazer, pois fala por si.

Senador Mão Santa, a Colômbia é mais rica do que o Brasil? Tem melhores condições do que o nosso País? Pois, na Colômbia, o salário mínimo equivale a US\$150.00. A Costa Rica é um país mais fulgurante ou mais equilibrado do que o Brasil? Suas finanças públicas são mais liberadas? Não, mas na Costa Rica o salário mínimo é de US\$347.00. A Argentina está quebrada. Como dizem alguns, está só o coio. Sabem quanto é o salário mínimo lá? São US\$122.00. El Salvador é um país pequeno, muito menor do que o Piauí do Senador Mão Santa, talvez seja do tamanho do meu Estado, o Rio Grande do Norte, e o salário mínimo de lá é de US\$154.00. Eles podem pagar esse valor lá e nós não podemos pagar nem US\$100.00 no nosso País? Em Honduras, o valor é de US\$113.00. Conheço esse país, é muito pobre, paupérrimo, mas paga ao seu trabalhador uma retribuição mínima equivalente a US\$113.00 em moeda nacional. A Venezuela, país em crise permanente, paga US\$156.00.

E estou me referindo somente a países da América do Sul.

Então, o Brasil não pode pagar nem os US\$100.00 que o Senador Antonio Carlos Magalhães, a Senadora Heloísa Helena e eu batalhamos há tanto tempo? Tem de ser US\$86.00? Por quê? Dêem uma razão plausível. Por que vão se gastar R\$2,2 bilhões a mais? Basta

que se baixe meio por cento da taxa de juros Selic, para que se economize esse dinheiro e se retribua ao pobre, ao trabalhador do Brasil, não com a esmola do vale-gás, mas com a dignidade de um salário mínimo um pouco maior.

Vamos brigar e vamos oferecer alternativas.

Quero oferecer uma alternativa que não é minha, mas do meu Partido. Aliás, Senadora Heloísa Helena, Senador Antonio Carlos Magalhães, esta é uma alternativa do nosso amigo comum, o Deputado Ney Lopes de Souza, um brilhante Parlamentar. Há anos, S. Ex^a apresentou um projeto de lei que promove a atualização do salário mínimo permanentemente, fazendo a correção do valor por um índice sugerido pelo Deputado. O índice seria o IPSM, em que a cesta de elementos que vão avaliar a correção do salário mínimo seria composta por aluguel, educação, cesta alimentar, vários componentes que configuram, na verdade, as despesas básicas de uma família. A correção seria anual, para apenas atualizar o valor do salário mínimo por este IPSM, que seria uma espécie de inflação voltada para o salário mínimo. A grande novidade que o Deputado propõe e que está sendo plagiada pelos que fazem o Governo hoje é a correção da atualização: corrige-se o valor pela inflação, medida pelo Índice de Preço do Salário Mínimo (IPSM), e faz-se a correção anual por um percentual que pode ser de 1%, 2%, 0,5% ou 0,3% do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

O Governo faz ouvido de mercador a esse assunto há muito tempo. Agora, em função da dificuldade em aprovar o salário mínimo de R\$260,00, que não vai ser aprovado aqui no Senado Federal, está propondo, por intermédio do Deputado Paulo Bernardo – palmas para a iniciativa de S. Ex^a! Apenas desejo creditar o mérito ao PFL, ao Deputado Ney Lopes de Souza, que há mais de dois anos apresentou essa idéia e que vai reiterá-la.

Aliás, para encerrar, Sr. Presidente, o Governo do PT está pródigo, está “gordulho” de plágios, o último deles é o Bolsa Atleta. Sabe de quem é o projeto original do Bolsa Atleta? Da Deputada Nice Lobão, que tem um projeto tramitando. Aqui está ele: é o PLC nº 3.113, de 2000. S. Ex^a apresenta um projeto de lei que fala exatamente o que o Ministro Agnelo Queiroz está propondo agora como uma grande novidade. E desde o ano 2000, a Deputada Nice Lobão, dos quadros do PFL, apresentou esse projeto, que não anda; anda agora, quando o Governo toma a iniciativa. Vamos cuidar de fazer com que o apensamento desse projeto aconteça.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que na verdade eu queria hoje era apresentar uma *avant-première* do que vai ser nossa discussão com relação ao salário mínimo. Senador João Ribeiro, não cabe em

minha cabeça – esses dados foram levantados pelo Parlamento Latino-Americano – que, depois de declarar que o salário mínimo de El Salvador é US\$154.00, o da Colômbia é US\$150.00, o da Costa Rica é US\$347.00, e o da Argentina é US\$122.00, o Governo fique contra o salário mínimo que vou votar e que, tenho certeza, V. Ex^a vai votar também, que é de R\$275,00, para fazer justiça ao trabalhador brasileiro que não quer esmola, mas dignidade.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Agripino, o do Chile é de US\$250.00; o dos Estados Unidos é de US\$890.00; e o da França, US\$1.000.00.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, a Sra. Serys Silhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, que falará pela Liderança da Minoria.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a minha longa vida pública me fez lidar com governos os mais variados e dos mais diferentes partidos. Entretanto, jamais assisti desconsideração igual como vem ocorrendo no Cerimonial do Palácio do Planalto com os Parlamentares deste País.

Quero lançar um protesto com relação à viagem do Senhor Presidente da República à minha terra, onde já deveria ter ido há muito tempo pela votação expressiva que lá recebeu: um subordinado do Cerimonial informou-me, na sexta-feira, sobre a ida do Presidente. Como era natural, não respondi. Pedi a minha Assessora Parlamentar que respondesse que eu tinha um compromisso assumido com esta Casa, onde tenho a obrigação de estar.

O Governador do Estado também recebeu o convite de última hora, nem sequer foi convidado. Choveu muito hoje – foi um fracasso a primeira manifestação do Presidente na Bahia, a farmácia no estabelecimento da irmã Dulce – e, talvez por isso, Sua Excelência tenha convidado o Governador e o Prefeito para o almoço. Mas, para o almoço, nem o Governador estava convidado. S. Ex^a nem sequer foi comunicado da viagem do Presidente. Isso é inacreditável! É falta de educação política! Qualquer presidente, indo a um Estado, até mesmo de seu maior adversário, tem o dever de co-

municar sua viagem ao Governador e ao Prefeito da cidade. Isso, porém, foi o mínimo. Se o Presidente fosse inaugurar uma grande estrada, que bom! Se fosse dar o dinheiro do metrô, que nunca sai, que ótimo! Não foi fazer nada de importante. Foi ao meu Estado, em uma comitiva que não tem um certo pudor – é essa a palavra da qual não fugirei –, porque quem vai orientar e comandar o processo dessas farmácias é a Ágora, do Sr. Mauro Dutra. Já foi feito o contrato para isso.

Além do mais, o Presidente não devia prestigiar o Ministro da Saúde, enquanto não for apurado todo o processo da Operação Vampiro que, dizem, vem de longe. Venha de onde vier, o fato é que quem veio para coibir a operação vampiro foram pessoas de confiança do Ministro, pessoas do Partido dos Trabalhadores. Como vampiro não pode ver sangue, o resultado foi que aumentou em muito o problema cruel contra os hemofílicos, contra aqueles que precisam de sangue.

Enquanto isso, alguns rapazes de Pernambuco, amigos do Ministro que trabalharam intensamente com S. Ex^a anteriormente e eram pobres, ficaram ricos. Será possível que esses homens eram honestos antes e se tornaram desonestos no Governo de Lula? Façam o juízo que quiserem, vejam quaisquer das fórmulas possíveis: se eram honestos, o Governo atual os contaminou; se eram desonestos, contaminaram mais ainda o Governo atual.

Sr. Presidente, chegou o momento de consertar as coisas. Não apenas as que se referem à educação política de que o Presidente é vítima. Ninguém poderia esperar do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva gestos de alta educação, já que essa não era a formação de Sua Excelência. Mas existem os auxiliares, principalmente do Itamaraty, órgão às vezes desnecessário, pois os embaixadores têm pouca valia à medida que os Ministros se dirigem diretamente aos países estrangeiros. O que se gasta no Itamaraty poderia ser melhor aproveitado. Essa é uma situação, diria, dramática. O Governo precisa tratar bem seus aliados em particular, mas também seus adversários.

Outro dia, ouvi uma frase inteligente do Líder Roberto Jefferson, do PTB, que disse, com muita simplicidade: este Governo não conhece a expressão “muito obrigado”. Duvido que um dos senhores – é pena que não estejam presentes os líderes do PT – tenha recebido qualquer agradecimento por parte do Governo. É preciso mudar. É preciso saber o tratamento que se dispensa ao Parlamentar, que é o representante do povo. Quando ele realmente deixa de representar o povo, porque participa da Operação Vampiro ou coisa equivalente, aí sim, pode perder o respeito do Governo. Mas, fora daí, tem que ser respeitado.

Sr. Presidente, apelo a V. Ex^a que transmita ao Presidente José Sarney e ao Presidente João Paulo que exijam do Governo um tratamento melhor aos Parlamentares, porque senão ele não vai se dar bem. Com o povo, o tratamento já é ruim.

Recebi, há pouco, a informação de que Sua Excelência foi vaiado na Bahia. Lamento, eu não gostaria que nenhum baiano vaiasse o Presidente da República, mas estão fazendo uma farmácia que venderá remédios mais baratos ao lado do hospital de Irmã Dulce, que dá remédios gratuitamente. Vejam que confusão! Acredito até que consigam vender remédios mais baratos, mas é da gratuidade que necessita a gente pobre, que não pode mais comprar remédios neste País, sobretudo com esse salário mínimo.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, vamos tomar consciência dos nossos deveres e mostrar nosso caráter no dia da votação do salário mínimo. Vão utilizar a Mesa do Senado para protelar a votação e o povo se esquecer, para nos esquecermos, para alguém viajar e voltar nesse dia. De maneira que V. Ex^a, Sr. Presidente, já está avisado dessa manobra. Se ela for feita, diga ao Presidente José Sarney que a impeça.

Vamos votar no dia certo, e que ninguém tenha a covardia de deixar de vir aqui para votar a favor do trabalhador brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Senador Almeida Lima, do PDT de Sergipe.

S. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senadora Heloísa Helena, minhas homenagens pelo novo partido. V. Ex^a se referiu ao Sol algumas vezes, parece-me ser a simbologia. Que seja uma estrela sempre florescente, diferente da outra, cadente.

Feita essa homenagem à minha colega Senadora, trago à tribuna mais uma entre tantas reflexões acerca do salário mínimo proposto pelo Presidente da República ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira.

Fazendo um reflexão histórica, recordamo-nos que, no final da primeira metade do século XIX, a Europa vivia um clima de revolução industrial. Nesse época, deu-se início à formação da classe operária, dos trabalhadores, procurando estabelecer a sua organização e, a partir daí, buscando-se direitos reconhecidos pela classe produtora, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos.

Contrapondo-se às idéias liberais de então, os trabalhadores, os operários que se organizavam procuraram a constituição de partidos. E não por outra razão, Karl Marx e Friedrich Engels, no Manifesto do Partido Comunista, fazem referência ao salário e ao trabalho assalariado:

O preço médio do trabalho assalariado é o mínimo de salário, ou seja, a soma dos meios de subsistência necessários para que o operário viva como operário. Portanto, o que o operário assalariado obtém com sua atividade apenas é suficiente para reproduzir sua pura e simples existência. De modo algum pretendemos abolir essa apropriação pessoal dos produtos do trabalho necessários à reprodução da vida imediata, apropriação essa que não deixa nenhum lucro líquido capaz de conferir poder sobre o trabalho alheio. Queremos apenas abolir o caráter miserável dessa apropriação, que fez com o operário viva unicamente para aumentar o capital e só viva na medida em que o exige o interesse da classe dominante.

Assim se expressaram Marx e Engels no Manifesto de lançamento do Partido Comunista, em 1848: o salário médio, o salário miserável, que serviu, sem dúvida, como base teórica da luta dos trabalhadores de todo o mundo. Eles preconizavam exatamente isto: não visavam lucro, mas apenas a vida digna e um salário que não fosse miserável.

Hoje, como antes, vivemos em um País cujo salário mínimo é aviltante e miserável. Como decorrência, o nosso povo, os trabalhadores vivem uma vida miserável. O IBGE revelou, recentemente, que, de cada dez brasileiros, oito dizem não ter dinheiro suficiente para chegar ao fim do mês e quatro afirmam que não comem a quantidade de alimentos que consideram adequada. As conclusões fazem parte da Pesquisa de Orçamento Familiar – POF, 2002-2003, realizada pelo IBGE. De acordo com o levantamento, 85% dos entrevistados afirmam ter dificuldades para chegar ao fim do mês com sua renda, enquanto 15% disseram ter facilidade. Das famílias com renda de até R\$ 400,00, 51,5% dizem ter muita dificuldade para chegar ao fim do mês com o rendimento que recebem.

A pesquisa que o IBGE chama de avaliação subjetiva das condições de vida investigou também o consumo de alimentos. Entre os entrevistados, 46,7% declararam ser insuficiente a quantidade de alimentos consumida por suas famílias, e os gastos com habitação consomem a maior parte do orçamento das famílias brasileiras. Segundo a POF-IBGE, esse grupo, que inclui

aluguéis e tarifas, representam 35,5% das despesas monetárias e não-monetárias dos brasileiros.

Esses dados revelam a situação de miserabilidade do trabalhador brasileiro. Os dados do IBGE quanto habitação e alimentação são gritantes e falam por si só, não bastassem o nível de desemprego alarmante, o número de desempregados que se amplia a cada dia, as dificuldades com habitação e com a própria alimentação.

Fazemos aqui um paralelo histórico dos dias atuais com relação ao início da segunda metade do século XIX, citando documentos escritos por Marx e o Manifesto de Lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores, de 28 de setembro de 1864. Reparem V. Ex^{as} como os trechos que passarei a ler são extremamente atuais, dando a demonstração de que a realidade do operário do Brasil e do mundo é perene, permanente, projeta-se no tempo.

Deslumbrado com as características do Progresso da Nação, que dançam diante de seus olhos, o chanceler do Erário exclama com arrebatamento infrene: “De 1842 a 1852, a renda tributária do país aumentou em 6 por cento, nos oito anos compreendidos entre 1853 e 1861, aumentou de 20 por cento!... Esse extasiante aumento de riqueza e de poder – acrescenta Mr. Gladstone – restringe-se exclusivamente às classes possuidoras.”

Ou seja, são as riquezas produzidas na era industrial, na Revolução Industrial, na Inglaterra, apenas para ampliar cada vez mais os bens, as riquezas das classes possuidoras.

Segue:

É um fato incontestável que a miséria das massas trabalhadoras não diminuiu entre 1848 e 1864 e, não obstante, esse período não tem paralelo no que diz respeito ao desenvolvimento da indústria e à expansão do comércio. Em 1850, um órgão moderado da burguesia britânica, (...) predisse que, se as exportações e as importações da Inglaterra aumentassem em 50%, o pauperismo inglês desceria a zero. Céus! A 7 de abril de 1864, o chanceler do Erário deleitou seus ouvintes parlamentares com a declaração de que o total das importações e exportações da Inglaterra haviam aumentado em 1863(...)! Soma extraordinária, equivalente a cerca de três vezes o total das trocas verificadas no período relativamente recente de 1843!

Com tudo isso, ele mostrou-se eloquente sobre a “miséria”. “Pensai [exclamou] naqueles que se en-

contram à beira desse abismo”, nos “salários... que não foram aumentados”; sobre “a vida humana... que, na esmagadora maioria dos casos, não passa de uma luta pela sobrevivência!”

E acrescenta:

Durante essa época extasiante de progresso econômico, a morte por inanição tornou-se quase uma instituição na metrópole do Império Britânico. Essa época está assinalada nos Anais da história do mundo pela repetição cada vez mais freqüente, pela extensão cada vez maior e pelos efeitos cada vez mais mortíferos da praga da sociedade denominada crise comercial e industrial.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é como se estivéssemos lendo o texto de um editorial atual de um dos jornais brasileiros.

As classes trabalhadoras permanecem pobres em meio ao aumento da riqueza e do luxo. As privações materiais que sofrem diminuem tanto o ânimo quanto a estatura física desses trabalhadores.

Esse documento data de meados do século antepassado, mas se aplica, com toda a certeza, aos dias atuais do nosso País. Se, naquela época, as classes possuidoras se agigantavam com a Revolução Industrial, em contraposição à classe operária, que morria de inanição, hoje, no Brasil, o que estamos vendo? Os bancos ampliam, cada vez mais, os seus lucros, sem paralelo na história; o Governo mostra que a balança comercial é superavitária, o que representa produção, riqueza, receita tributária.

Conforme inúmeras matérias veiculadas por nossos jornais, os impostos pagos entre janeiro e abril ficaram R\$1,6 bilhão acima da previsão do Governo. Amplia-se, pois, a concentração de riquezas nas mãos dos mais ricos. Bancos têm tido os maiores lucros da história. A balança comercial está superavitária; a receita tributária, em ampliação. E tudo isso é sinônimo de riqueza, de ampliação da riqueza. Em compensação, aquele que disse que representava os trabalhadores deste País assumiu a Presidência da República traindo a sociedade, mais de perto os trabalhadores, e apresenta-se agora oferecendo um salário mínimo que sintetiza a verdadeira espoliação do operário brasileiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, não há nada que justifique a proposta desse salário mínimo de R\$260,00 a não ser a verdadeira característica deste Governo e, especialmente, o perfil do atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que, de operário, transforma-se em pequeno burguês; que, de operário que representava a esperança do

povo brasileiro, transforma-se em pequeno burguês que semeia a desesperança, tal qual aquele outro da Polônia, Lech Walesa, que teve a sua origem em um estaleiro em Guidanski, no Sindicato Solidariedade, assumiu o comando daquele País e, da mesma forma, levou a desesperança ao seu povo.

Essa é a postura de traição que jamais poderíamos esperar do Presidente da República, operário no passado e, portanto, conhecedor da labuta, do trabalho, do sacrifício do trabalhador brasileiro. Como já dizia Marx no século antepassado, no Manifesto Comunista, no Manifesto da Associação Internacional dos Trabalhadores, operários viveram e morreram de inanição pela condição de miserabilidade imposta pelo vil salário mínimo. E a história o registra com muita clareza para todos nós.

Se aqui nos encontramos hoje, sem dúvida alguma, é para me somar a tantas outras vozes que me antecederam e que, tenho certeza, vão me suceder nesta tribuna do Senado Federal. E o Senado da República do Brasil haverá de se fazer altivo e grandioso perante a sociedade brasileira, resgatando a condição digna da classe política ao dizer “não” aos R\$260 e ao estabelecer um salário digno para o trabalhador brasileiro.

Concedo um aparte ao nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Nobre Senador Almeida Lima, todo o País e eu estamos ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Ex^a, que tem muito conteúdo histórico. Pretendo salvaguardar a grandiosa história do operário Lech Walesa, Líder do Solidariedade. Ele teve a grande virtude da humildade. Como disse Napoleão Bonaparte, “a maior desgraça é exercer um cargo para o qual não se está preparado”. Quis Deus que eu estivesse aqui com um folheto de outro grande líder mundial nas mãos, Simón Bolívar – acabei de chegar da Venezuela –, que disse: “Um homem sem estudo é um ser incompleto, e um ser incompleto não pode ser autoridade”.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Agradeço-lhe o aparte, Senador Mão Santa, que trouxe a síntese, devidamente clareada, do pensamento de Simón Bolívar, grande libertador da América, dando a dimensão exata do momento que vivemos neste País. Como ressaltou V. Ex^a, é preciso ter humildade.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quero lembrar apenas que Lech Walesa teve humildade e passou o cargo para alguém que tinha estudo e preparo para dirigir a Polônia.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Embora V. Ex^a não tenha complementado essa idéia, ela ficou implicitamente colocada no aparte de V. Ex^a.

Aproveitando a ressalva feita por V. Ex^a à minha fala, pretendo mostrar que a humildade cabe em todos os quadrantes e em todas as pessoas.

O Senado Federal quer colaborar. Nós, sobretudo a Oposição, nos encontramos aqui para alertar o Governo. São injustificáveis as alegações de que o Governo somente tem possibilidade de conceder um aumento que elevaria o salário mínimo para R\$260,00. Estudos mostram, por exemplo, que 1% a menos de juros na Taxa Selic, em um ano, representaria algo em torno de R\$7,5 bilhões. Se 12 milhões de inativos recebem salário mínimo, multiplicados por R\$15,00 (a diferença entre R\$260,00 e R\$ 275,00) e por 13 (doze salários e 13º salário), obteríamos o valor de R\$2,34 bilhões, inferior aos R\$7,5 bilhões que seriam a economia obtida com a redução de 1% desses juros.

Na verdade, o objetivo dessa política monetária está muito claro: cada vez mais, engordar a conta dos banqueiros e dos especuladores internos e externos. Assim como no século antepassado, os operários de então são os mesmos da atualidade, padecendo de políticas que visam, exclusivamente, a ampliar a riqueza daqueles que a possuem, aumentando a pobreza dos operários, não apenas deste País, mas de todo o mundo, que morrem por inanição. Daí a expressão final do manifesto a que me referi: “Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos!” Pelo menos, trabalhadores do Brasil, estejam unidos e busquem, por meio da luta, a mudança dessa realidade, que é perversa, espoliadora e deprimente para a condição humana e do trabalhador brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Almeida Lima, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Hélio Costa. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero falar sobre o pacto federativo, mais especificamente sobre a distribuição, ou redistribuição, do bolo tributário. Infelizmente, Minas Gerais está, como outros Estados da Federação, sendo vítima de um processo que prejudica, certamente, todo o desenvolvimento econômico estadual. Em Minas Gerais, Sr. Presidente, dos 853 Municípios, 600 têm menos de 15 mil habitantes; portanto, são pequenas cidades. Acontece o mesmo no Brasil, onde 80%

das cidades têm menos de 40 mil habitantes; portanto, são pequenos Municípios.

Nesta semana, a Associação Mineira de Municípios divulgou um documento mostrando a situação em que estão vivendo as cidades de Minas Gerais. Diz o estudo que seus filiados, além de receberem pouco dos impostos federais, vêm tendo suas parcelas gradativamente reduzidas.

Segundo auditores especializados, os R\$152,8 bilhões arrecadados pela União no ano de 2000, valor que não é imposto, mas contribuição, como a CPMF, a Cide, etc, não entram na divisão do Fundo de Participação dos Municípios, formado, evidentemente, pelo Imposto de Renda e IPI. Por essa razão, esses cerca de R\$153 bilhões não fazem parte do dinheiro distribuído para os Municípios do Brasil.

Ora, isso representa, Sr. Presidente, um prejuízo de R\$3,9 bilhões para as Prefeituras dos mais de cinco mil Municípios brasileiros, o qual, certamente, prejudica o meu Estado em particular. Em Minas Gerais, no ano de 2000, os 853 Municípios ficaram com apenas 2,55% do produto arrecadado no Brasil. No ano de 2003, essa taxa caiu ainda mais, para apenas 2,51%. Esta redução representou, aproximadamente, R\$40 milhões que as Prefeituras dos pequenos Municípios de Minas Gerais não receberam em 2003.

Sr. Presidente, fico extremamente preocupado, porque os pequenos Municípios do meu Estado dependem diretamente do Fundo de Participação. Se esse dinheiro diminui, se as cidades não recebem o suficiente, é claro que haverá uma deterioração nos serviços de saúde, de segurança, de educação, no serviço social como um todo. Na medida em que não recebem o dinheiro, não podem aplicar no que mais precisam.

É importante, Sr. Presidente, imediatamente após o recesso parlamentar, fazermos uma nova e importante discussão do pacto federativo, da maneira como os Estados poderão participar um pouco mais do bolo tributário.

Neste momento, todos os Estados brasileiros estão sendo prejudicados na renegociação de suas dívidas. Em Minas Gerais, a renegociação da dívida em 1988 gerou uma situação que praticamente inviabilizou economicamente o Estado. Comprometeram-se 13% da arrecadação do Estado de Minas Gerais para pagamento, à União, de uma dívida pela qual, na verdade, não somos sequer responsáveis. Ela é decorrente do processo inflacionário passado e foi-se avolumando, crescendo, subindo e ficou praticamente impagável.

Assim, precisamos rediscutir essa questão, porque ela atinge todos os Estados da Federação.

Hoje, o jornal **Estado de Minas** publicou editorial sobre esse assunto, que me chamou a atenção. Ele diz, entre outras coisas, que enquanto o Governo se empenha para vencer, no Senado Federal, a votação do mínimo de R\$260,00, como ocorreu na Câmara dos Deputados, a sociedade espera que a pauta fique livre da discussão e outras questões importantes como, por exemplo, o projeto de lei das parcerias público-privadas, a definição da distribuição dos recursos aos Estados e Municípios da Contribuição sobre a Intervenção Econômica, a questão da biossegurança, que estamos tratando em reuniões nas Comissões e vamos trazer ao plenário, a proteção do que resta da Mata Atlântica e, principalmente, a emenda constitucional da reforma do Judiciário.

Por essa razão, diz o editorial, precisamos resolver a questão do salário mínimo para que possamos rediscutir assuntos tão importantes. Além disso, devemos fazer uma repactuação. O pacto federativo tem que ser, sim, condicionado a uma discussão ampla que possa favorecer aos Estados da Federação, como o de Minas Gerais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Hélio Costa, o Sr. Alvaro Dias, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta, por cessão da Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. JOAO BATISTA MOTTA (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queremos, hoje, chamar a atenção do Governo Federal para um problema que tem afetado a economia do País e, em especial, a do Estado do Espírito Santo. Trata-se da falta de investimentos em nossos portos.

Como bem colocou a revista **Exame**, em sua edição de 14 de abril, a fila de 70 quilômetros de caminhões de soja, estacionados no acostamento da rodovia BR-227, a caminho do Porto de Paranaguá, é uma triste tradição anual. A cena, de fato, como bem diz o repórter Mikhail Lopes, “é o retrato de um Brasil que insiste em permanecer no atraso”. Uma amostra visível dos muitos dramas que assolam os portos brasileiros. Todos, sem exceção, enfrentam problemas de infraestrutura, impedindo que o País dispute, em igualdade de condições, o jogo do comércio exterior.

O congestionamento é só um dos itens de uma longa lista de preocupações para as empresas exportadoras de produtos importantíssimos da balança comercial, como carros, caminhões, minério de ferro,

frango congelado e açúcar. Há que se ressaltar ainda, Sr. Presidente, a falta de equipamentos, as péssimas condições de nossa malha rodoviária, a insuficiência de ferrovias e, em alguns casos, a baixa capacidade de cargas. A verdade é que a precariedade do sistema portuário brasileiro começa a comprometer as metas de exportação. Quem faz o alerta é o próprio Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários, Wilen Manteli.

O fato é que as dificuldades vêm se agravando ao longo dos últimos anos. No primeiro trimestre deste ano, as exportações brasileiras chegaram a US\$19,5 bilhões. Ou seja, 27,2% a mais do que no mesmo período do ano passado. O problema é que, embora existam no Brasil 46 portos, cerca de 85% de toda a exportação é escoada por apenas 13 deles. Todos, como já dissemos, com algum tipo de restrição. A pergunta é: como esses portos darão vazão às exportações que crescem cerca de 30% ao ano, conforme demonstram os dados oficiais? O Governo Federal não pode fechar os olhos para essa questão.

É comum ouvirmos autoridades falarem com entusiasmo sobre nosso sistema portuário. Mas não há como deixar de reconhecer: o desempenho dos portos brasileiros é vexatório quando comparado ao dos melhores do mundo. E não se trata apenas de uma questão de tamanho, ou peculiaridades do gênero. Trata-se da falta de investimento em tecnologia de ponta, em infra-estrutura e em treinamento. Sem investimentos desse tipo, o sistema portuário brasileiro perderá, cada vez mais, competitividade no mercado externo. Só para se ter uma idéia, em uma hora um bom terminal brasileiro movimenta 26 contêineres, bem abaixo dos 40 da média mundial.

Apesar dos avanços ocorridos com a privatização de alguns terminais de carga, a partir da Lei de Modernização dos Portos, de 1993, a situação ainda se situa 20% acima da média nacional. A verdade é que o Governo Federal, sem fôlego financeiro para enfrentar sozinho o problema, transferiu parte da questão para a iniciativa privada. Mas acabou negligenciando. Não fez o que precisa ser feito, como investir nas estradas e nas ferrovias que dão acesso aos portos.

Esses problemas geram muitos paradoxos. Enquanto há congestionamento no Rio de Janeiro, por exemplo, o Porto de Sebetiba, a 80 quilômetros de distância, tem capacidade ociosa, embora tenha indicadores de Primeiro Mundo – sobretudo no que diz respeito a preços. Há ainda o problema, enfrentado por muitos portos brasileiros, de navios que não conseguem atracar em decorrência do entulho acumulado no fundo do mar. Entulho esse que deveria ser retirado

pelo Governo Federal, que é o responsável por essa manutenção, segundo a lei.

No nosso Estado do Espírito Santo, estamos enfrentando sérios problemas, sobretudo no que diz respeito ao Porto de Vitória. Recentemente, exportadores de rochas ornamentais começaram a operar por outros portos em consequência dos problemas de infra-estrutura. A verdade é que, de todos os portos do Brasil, o de Vitória é o que mais cresceu em movimentação de contêineres nos últimos quatro anos, mas ele está ameaçado pela incapacidade do Governo Federal de realizar as obras necessárias ao seu pleno funcionamento.

O Governador Paulo Hartung enviou recentemente uma carta ao Presidente Lula abordando a questão. No documento, S. Ex^a expõe a necessidade urgentíssima de fazer obras de dragagem no Porto de Vitória. Atualmente, apenas navios de dez metros de calado estão conseguindo atracar. Recentemente, o Ministro dos Transportes esteve no Espírito Santo e anunciou a liberação de R\$ 5,6 milhões para o sistema de segurança e mais R\$ 2 milhões para a dragagem do Porto de Vitória. E autorizou a publicação de um edital para a contratação de duas empresas de consultoria para avaliar o pedido de um grupo empresarial para a construção de um novo estaleiro no terminal da Barra do Riacho.

Vou torcer, Sr. Presidente, para que tudo aconteça, pois, o complexo portuário capixaba, é um dos mais importantes esteios de nossa economia. Apesar das dificuldades vividas hoje, o Porto de Vitória fechou o mês de março comemorando excelentes resultados em movimentação de cargas, ou seja, um total de mais de 661 mil toneladas. O que representou um aumento de mais de 40% em relação ao mesmo período do ano passado. As exportações pelo Porto de Vitória também alcançaram bons resultados, superando significativamente as importações.

Cabe mencionar também a movimentação global de cargas em 2003, que atingiu mais de 6 milhões de toneladas, superior em 1,22% à movimentação de 2002. Índice só alcançado em função da contínua atuação em parceria com a iniciativa privada para atração de novas cargas. Ou seja, independentemente das barreiras econômica e concorrência com portos circunvizinhos. Mas nossa performance, Sr. Presidente, poderia ser muito melhor, caso houvesse investimentos em obras de infra-estrutura.

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, 56% dos navios contêineres que operam na costa brasileira não têm condições de aportar em Vitória em decorrência da falta de dragagem. Vou repetir: 56% dos navios contêineres que operam na costa brasileira não têm condi-

ções de aportarem no Porto de Vitória em decorrência da falta de dragagem – obra avaliada em apenas R\$2 milhões apenas. Ora, se a obra for realizada, esse índice ficará entre 5% e 10%. Essa limitação fez com que perdêssemos, recentemente, 13 linhas de navegação para diferentes destinos, o que acabou reduzindo a capacidade de exportação pelo Porto de Vitória. Com a dragagem, poderemos recuperar essas linhas e ainda atrair outras. Além disso, garantiríamos a redução de custos e multas contratuais que tanto oneram a operação portuária. Ou seja, nos tornaríamos ainda mais competitivos.

O primeiro passo para a tão almejada dragagem foi dado no dia 29 de abril último, com a realização de uma operação técnica de análise de uma pedra que está obstruindo a entrada de navios no porto. O resultado desse estudo deverá ficar pronto brevemente, segundo informações da Diretoria da Companhia Docas do Espírito Santo, Codesa. Somente a partir disso, a dragagem, orçada em R\$1,7 milhão, poderá ser efetuada. Mas é preciso que o Governo Federal olhe para o Espírito Santo e libere os recursos necessários à obra.

Faço aqui um apelo ao Presidente Lula e ao Ministro dos Transportes, no sentido de ajudarem o Estado do Espírito Santo, porque estarão ajudando o Brasil como um todo, vez que geramos divisas para o País.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador João Batista Motta, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Perfeitamente, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador João Batista Motta, quero cumprimentá-lo pela escolha do tema, que é da maior importância para o futuro do País. Estamos comprometendo já o nosso crescimento econômico em função da saturação dos nossos portos. Certamente, o prejuízo será cada vez maior se não houver uma ação eficiente e rápida do Governo Federal. Veja o caso do Porto de Paranaguá, que talvez seja o mais grave neste momento. Segundo o Ministério dos Transportes, os prejuízos que os produtores de soja terão nesta safra chegarão a US\$1 bilhão. Portanto, eis o prejuízo de um segmento da nossa economia em função da anarquia que se estabeleceu no Porto de Paranaguá: US\$2.00 de penalidade, por saca de soja exportada, em função da incapacidade de gerenciamento no Porto de Paranaguá. Essa é uma penalidade que provoca um prejuízo de US\$1 bilhão para os produtores de soja no Brasil. Não é apenas isso. A Federação da Agricultura do Paraná avalia em R\$1,6 bilhão o prejuízo da agricultura paranaense com esse fato. A indústria automobilística já anuncia a intenção de se afastar do Estado do Paraná e do País em

função das dificuldades para exportar seus produtos. Portanto, o Brasil está desperdiçando oportunidades de crescimento pela incapacidade de gerenciamento do Governo ao permitir que os portos cheguem a esse estágio de saturação. Já trouxemos a esta tribuna o caso do Porto de Paranaguá. E V. Ex^a faz muito bem o diagnóstico completo dessa realidade portuária, que, sem dúvida, pode comprometer o futuro da economia nacional se providências não forem adotadas imediatamente.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, Senador Alvaro Dias, e peço à Taquigrafia que o faça constar em meu pronunciamento.

Vale lembrar que as empresas que dispõem de recursos em caixa têm tratado de construir seus próprios portos e estradas. Mas esse é um privilégio de gigantes, como a Cargill, que tem terminais privativos em diversos portos para escoar soja. Em nosso Estado, há o exemplo da Companhia Vale do Rio Doce, que, além de administrar grandes portos, como o de Tubarão, é dona de sua própria ferrovia. Prova de que, bem administrados e com infra-estrutura adequada, os portos são a nossa porta de entrada no acirrado jogo do comércio exterior.

Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, acredito que, com o esforço que o Governo Federal tem realizado no sentido de atingir o mercado externo com o desejo de exportar cada vez mais, há condições de atender a essas reivindicações tão primordiais de nosso País.

Trata-se apenas, no nosso entendimento, de falta de vontade e determinação. Quem não se lembra do problema por que passou o Brasil quando teve de enfrentar o “apagão”? Como se tratava de um problema que afetava toda a economia brasileira, o governo passado tremeu na base, ficou com medo. Concentrou, então, toda sua atenção e esforços e criou uma Câmara de Gestão, que atuou com firmeza e determinação e não tivemos mais os temidos apagões. E como nosso objetivo hoje são as exportações, por que o Governo Lula não cria uma Câmara de Gestão para recuperar de vez as estradas brasileiras? Por que o Governo Federal, por meio dessa Câmara de Gestão, não põe fim também às dificuldades dos nossos portos? Repito, é uma questão de vontade e determinação.

Concedo o aparte ao nosso querido Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Meu caro Senador, creio que cheguei na hora, quando V. Ex^a falou na Câmara de Gestão para as estradas. Quanto ao que aconteceu no apagão, se não tivesse havido aquela Câmara de Gestão, teríamos entrado na pior, porque aquilo era calamidade mesmo! E as estradas, hoje,

meu caro, representam calamidade. Eu tenho esse levantamento. Fiz um documento e o apresentei ao nosso Líder Senador Aloizio Mercadante e aos nossos companheiros do PMDB. Todos o têm. Posso também fazer chegar às mãos de V. Ex^a um exemplar. Vou apenas resumir os números, para completar o discurso de V. Ex^a, se me permite, em somente um minuto.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)
– Perfeitamente.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Detectamos que, à época em que fizemos esse estudo, há uns oito meses, existiam trinta e dois mil quilômetros de estradas federais destruídas, distribuídas em todos os Estados. Então, fizemos um estudo de quanto se estava gastando de combustível por causa dos buracos. É claro que foi trabalhoso fazer esse estudo. Não foi fácil! São um milhão e oitocentas mil carretas circulando por este País. Andando sobre buracos, as carretas gastam a mais 40% de combustível do que gastariam se as estradas estivessem todas bem lisinhas e asfaltadas. Então, qual é o consumo? Um milhão e oitocentas mil carretas gastam 11 bilhões de litros de diesel por ano. Quarenta por cento disso são 4,8 bilhões de litros que, a R\$1,40, perfazem R\$7 bilhões, acarretando grande prejuízo. Quer dizer, as carretas estão queimando óleo sem produzir nada, só desviando de buracos, freando e acelerando. É um número estarrecedor! E aumentaram o frete em 25% por causa dos prejuízos causados com carros quebrados, retorcidos, eixos quebrados, no valor de cerca de R\$6,5 bilhões, perfazendo um prejuízo de R\$13 bilhões, pago, evidentemente, pelo consumidor, que arca com um frete mais alto e combustível queimado inutilmente. V. Ex^a abordou um assunto interessante: uma Câmara de Gestão resolve o problema. Vou citar o número final. Com R\$1,6 bilhão, é possível fazer novos 11 mil quilômetros por ano e existe tecnologia avançadíssima para isso, pois já há no Brasil empresas que fazem o levantamento das estradas, não furando o chão, como se costumava fazer, mas usando infravermelho e satélite. Em um mês, tais empresas são capazes de fazer 1,4 mil quilômetros de projetos. Em três meses, todos os projetos estariam prontos. V. Ex^a tocou na tecla certa: uma Câmara de Gestão resolve o problema das estradas e gera emprego a mais de cem firmas de engenharia que estão com as máquinas paradas, enferrujando por falta de serviço. Agradeço a V. Ex^a pela concessão do aparte. Desculpe-me interrompê-lo.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)
– Senador, foi um prazer muito grande ser aparteado por V. Ex^a. Espero que o Governo Lula nos ouça, converse conosco e procure resolver esse problema.

Para finalizar, Sr. Presidente, queria dizer que, além dos buracos, o descalabro é tão grande, que não se pode rodar mais nas rodovias federais, pelo número de quebra-molas que nelas são colocados todo dia, a todo instante. Como o motorista de uma carreta com cinco, oito, dez eixos pode calcular, para subir eixo por eixo, em cada quebra-mola desses? Que absurdo! Bastaria a determinação e a vontade de se instalar o sinalizador luminoso, que já existe em alguns lugares, em todas as rodovias federais; poder-se-ia também exigir que os Governos Estaduais o colocassem também nas rodovias estaduais. Assim, dar-se-ia fim a mais um problema e se facilitaria a vida dos brasileiros, que querem trabalhar, dos empresários, que desejam produzir, e do Governo Federal, que necessita exportar para que o País tenha divisas e possa crescer.

O Governo Federal tem feito um excelente trabalho por intermédio do Ministro Furlan, que tem levado os produtos brasileiros a todos os rincões do planeta. Falta determinação de alguns Ministros, de alguns Ministérios e do próprio Presidente da República para fazer o que é necessário para que o País volte a desenvolver-se.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as revistas do final de semana trazem material consistente a respeito desse escândalo que envolve o Ministério da Saúde. Portanto, seria normal que se discutisse, desta tribuna, mais uma vez, a Operação Vampiro.

“Vampiros” assaltaram os cofres do Ministério da Saúde, no momento em que se torna cada vez mais dramática a situação do povo pobre do País, dependente do serviço público de saúde. Hoje, não abordarei, novamente, as questões que envolvem esse escândalo dos vampiros, no Ministério da Saúde. Não analisarei, por exemplo, o que revela a revista **Veja**, dando conta das declarações do tesoureiro do PT, Delúbio Soares, de que as arrecadações feitas pelo lobista Laerte de Arruda Correia Júnior, um dos integrantes da operação Vampiro, preso ontem pela Polícia Federal de São Paulo – que ajudou a angariar recursos junto aos laboratórios farmacêuticos para doações à campanha eleitoral do então candidato do PT à Presidência da República –, totalizaram R\$1,5 milhão. Repito que, de acordo com a declaração do tesoureiro do PT, arrecadou-se junto a esses laboratórios R\$1,5 milhão. No entanto, na prestação de contas do PT à Justiça Eleitoral constam apenas R\$700 mil. Creio que essa diferença implica um desvio de gravíssimas proporções, porque revela a

existência de um caixa 2 na campanha do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Sr. Presidente, essa declaração não é o motivo da minha presença hoje na tribuna. Corrupção, incompetência administrativa, incapacidade de gerenciamento, desperdício, tudo é grave, mas também o é a insensibilidade humana de quem governa. Senador Alberto Silva, os desalmados não deveriam governar. É triste, lamentável, quando um Governo se esquece dos seus compromissos básicos com os excluídos do País e relega a um plano distante da realidade aqueles que foram exatamente os artífices da vitória para que chegasse ao poder. É preciso denunciar que há, sim, uma insensibilidade governamental sem precedentes, no Brasil, hoje, em relação à pobreza, especialmente na área da saúde pública. Enquanto “vampiros” assaltam os cofres do Ministério da Saúde, hospitais são fechados pelo País afora.

Neste final de semana, estive no meu Estado, acompanhando a precariedade do funcionamento dessas instituições de saúde. A imprensa anunciava, no final de semana, o fechamento da Santa Casa de Misericórdia da cidade de Paranaguá. Na cidade de Londrina, a segunda cidade do Estado, a terceira do sul do País, a Santa Casa deixava de atender na área de pronto-socorro. Há 123 pequenos hospitais ameaçados de fechamento, em razão da ausência de recursos. O sanatório da cidade de Maringá, que atende toda a região, sobrevive com dificuldades, por não receber recursos desde novembro do ano passado, fazendo aumentar a presença de mendigos com debilidade mental nas ruas da bela Cidade Canção. Esse é o cenário de um Estado. Imagino que não seja diferente nos demais Estados da Federação.

Visitei, em outro ponto do Estado, na região do Norte Pioneiro do Paraná, próximo do Estado de São Paulo, da cidade de Ourinhos, na cidade de Santo Antônio da Platina, um hospital de primeira classe, novíssimo, recém-inaugurado, às moscas: não foi aberto para atendimento da população. Senador Mão Santa – V. Ex^a é médico –, o hospital foi inaugurado em agosto do ano passado, com todos os equipamentos, 80 leitos, área de pediatria, área cirúrgica, duas miniUTIs. Trata-se, enfim, de um hospital moderníssimo, exemplar no que diz respeito a sua construção, abandonado pelo Poder Público. Dezenas de pessoas desassistidas não se conformam. Obviamente, não há como deixar de demonstrar indignação e revolta diante deste cenário contrastante da beleza da edificação de um hospital e da ausência do atendimento à população, que sofre as conseqüências pela desatenção governamental. Contraste, sim, porque em Curitiba há filas enormes à porta do INSS, de pessoas adoentadas, perdendo a

vida, que ali madrugam na esperança de atendimento. Emissoras de televisão mostram a imagem, para a população verificar o desapareço com que o povo simples, humilde, é tratado pelas autoridades governamentais neste País.

Sinceramente, venho a esta tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muito mais para o apelo, do que para a crítica, para a denúncia e para o protesto. A crítica, a denúncia e o protesto satisfazem o apetite oposicionista, e há que se ter esse apetite oposicionista, porque infeliz do País que não tem oposição; infeliz do Governo que não tem oposição, porque certamente errará muito mais.

Não, não é para satisfazer esse apetite que venho a esta tribuna. Venho para o apelo à sensibilidade humana dos governantes, daquele que governa o País e dos que governam os Estados da Federação. No caso específico a que me refiro, a quem governa o Paraná, porque lá há, sim, esse cenário de incompetência administrativa no que diz respeito ao necessário atendimento médico-hospitalar da população pobre. Não há como admitir isso tranqüilamente num Governo eleito sob os auspícios da pobreza do País. Um Governo que foi eleito por acalantar sonhos e esperanças de mudanças efetivas para melhorar a qualidade de vida dessa população, que certamente acreditou no discurso da democracia social. E a democracia não existe apenas para ser cantada, mas para ser vivida. Mas apenas poderá ser vivida na sua plenitude quando for mais do que democracia política, que dá a oportunidade, a responsabilidade, o direito e a obrigação ao voto, quando for também democracia social, permitindo a toda a população usufruir do progresso econômico, que constrói com a força do seu braço e com o poder da sua inteligência.

Não há como, Senador Mão Santa, entender a democracia social sem o atendimento às necessidades básicas da população, como o emprego, o salário justo, a educação e a saúde, que deveria ser a suprema lei. Mas, lamentavelmente, em nosso País, ela vive momentos de dramaticidade sem precedentes, em função da incapacidade governamental de gerir recursos e aplicá-los da forma correta, resultando em benefícios à população. É evidente que a cidadania só se exercita na sua plenitude quando há democracia social; sem esta, há presença dos excluídos que, sem que se lhes assegurem os direitos básicos de sobrevivência com dignidade, jamais exercerão a cidadania.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concedo a V. Ex^a, Senador Mão Santa, o aparte que solicita, porque sei que vai enriquecer o meu pronunciamen-

to, já que, como médico, conhece melhor do que ninguém, e muito melhor do que este modesto Senador, pela vivência, pela convivência, o drama que vivem as pessoas sem a assistência de um serviço de saúde público competente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, dou o testemunho da importância do pronunciamento de V. Ex^a. Sou médico, não há tanto tempo quanto o extraordinário Senador Antonio Carlos Magalhães, mas tenho 38 anos de profissão. Essa é a minha praia. Presidente Sarney – que está agora na Presidência –, no livro **Brasil Contemporâneo**, maior riqueza política e intelectual de nossa literatura hoje, é dito: “A minha pátria começa onde começa o meu chão”. O nosso chão, Alberto Silva, é a Parnaíba do Piauí. Um quadro vale por dez mil palavras. O Presidente José Sarney e o Senador Alberto Silva são testemunhas. O Ronaldo Cunha me prestou um grande ensinamento: “Faça na sua cidade”, e contou de outros Governadores que se esqueceram de fazer. Não vou citar nomes. Com a inspiração de Alberto Silva, com 60 dias, instalei em Parnaíba um centro odontológico em um velho prédio que reformei, em frente à Santa Casa, com cerca de 12 gabinetes, já como base de uma faculdade de odontologia que lá implantei, e vários gabinetes periféricos. Senador Tião Viana, com todo o respeito e admiração, não sei o que está havendo, mas não acredito que um Partido que tem uma luz na medicina como V. Ex^a, recentemente laureado professor da Universidade de Brasília, primeiro lugar em doenças infecto-contagiosas, está agindo assim. Presidente José Sarney, Dr. Alberto Silva, tudo acabou. Nada funciona. Nunca vi, em minha história, um governo do arraso como este! Estão todos entristecidos. Atentem bem para a gravidade! Senador Tião Viana, é preciso sensibilidade política. Presidente José Sarney, este é um país de 25 milhões de banguelas, de desdentados. Nada funciona. Está tudo arrasado na cidade de Parnaíba. Como é grave a situação, Senador Tião Viana. Fiz aqui um tratamento odontológico no valor de R\$ 4,5 mil. Nós podemos pagar, Senador, mas e o povo que também precisa disso? É tempo desse reencontro. Essa denúncia é verdade. É tempo de ouvir o Senado Federal. Ressalto a importância desta Casa. Estive na Venezuela, e dois Deputados federais se diziam decepcionados, pois a Câmara não existe mais. Deixa passar tudo o que o Poder Executivo quer. A única esperança e salvação é esta Casa. V. Ex^a está mantendo essa esperança do cumprimento da nossa missão de denunciar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex^a lembrou muito bem a presença do médico e Líder Tião Viana, que certa-

mente contribuirá, levando, juntamente com a Líder Ideli Salvatti, ao Presidente da República e ao Ministro da Saúde, o apelo que trazemos hoje à tribuna: que os hospitais não sejam fechados. É grave e deplorável quando o Governo não tem imaginação, não tem criatividade, não tem capacidade de gerenciamento e não consegue aplicar com eficiência os recursos públicos. Mas é muito mais grave quando o Governo não tem e não demonstra possuir sensibilidade social; não governa com a alma de quem sente o drama vivido por aqueles que, sem médico e sem hospital, morrem nas filas, à porta da Previdência Social, na esperança do atendimento.

Este não é um discurso eleitoral. Não se trata disso. Não é esse o meu objetivo, não estou aqui com essa finalidade. Estou sensibilizado pelo que vi no último final de semana, quando visitei algumas regiões do meu Estado. Constatei, sobretudo pela denúncia da imprensa, o fechamento de Santa Casa da Misericórdia, de hospitais, certamente semeando mais desesperança e angústia no coração de tantos trabalhadores já atormentados pela violência e o desemprego que crescem assustadoramente nas cidades, pela miséria que se avoluma, com o bolsão de pobreza aumentando. O Senador Mão Santa citou os 25 milhões de desdentados. Podemos citar os 50 milhões de brasileiros recebendo menos de R\$ 80,00 por mês, vivendo, portanto, na linha da indigência. Isso nos envergonha. Isso deve nos unir, oposicionistas e situacionistas, na busca de alternativas convincentes que possam permitir a este País voltar a ter esperanças. Na campanha eleitoral, sacou-se com brilhantismo a frase “A esperança venceu o medo”. Queremos que a esperança persista, que a esperança anime, embale e nos entusiasme para que possamos vencer dificuldades, unindo-nos em favor de projetos de interesse do País, para que realmente o Brasil possa ser a grande Nação que todos desejamos, que todos merecemos e haveremos de tê-la um dia, se Deus quiser.

Obrigado, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores.

Antes de encerrar, lembro aos dois Governos, neste caso particular, ao do meu Estado e ao Governo Federal: um hospital construído com investimentos significativos não pode manter suas portas fechadas, proibindo o acesso de cidadãos que necessitam de atendimento médico-hospitalar. Refiro-me ao hospital da cidade de Santo Antônio da Platina. O Prefeito Flávio Maiorky e a população da região do Norte Pioneiro do Paraná, já que se trata de um hospital regional, formulam o apelo que reitero aqui, desta tribuna, na expectativa de que alguém ouça – o Governo do Estado, o Governo Federal.

O Governo do Estado não pode, simplesmente porque o hospital foi construído pelo seu antecessor, abandoná-lo. Esse tipo de revanchismo não tem por que existir, especialmente quando se trata de atender as pessoas mais humildes – em relação ao Governo Federal sobretudo.

As filas enormes à porta do INSS não podem mais permanecer. O Governo tem de agir com eficiência e rapidez para impedir o prosseguimento do drama que estão vivendo milhares de brasileiros desassistidos em um setor fundamental, que é o da saúde pública. Essa deveria ser – repito – a suprema lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP.

Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição como Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– V. Ex^a será inscrito.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Em pronunciamento feito na sessão de 5 de maio passado, o nobre Senador Osmar Dias, usando das prerrogativas regimentais, apresentou reclamação à Mesa quanto à prioridade para transmissão ao vivo de reunião das comissões técnicas da Casa.

Naquela oportunidade, a Presidência informou que colheria as informações para os esclarecimentos necessários.

Posteriormente, determinou à Secretaria de Comunicação Social que elaborasse sugestão visando a normatizar as transmissões ao vivo das reuniões das comissões.

A Presidência recebeu os estudos elaborados por aquele órgão técnico da Casa, propondo *“Critérios para as transmissões ao vivo pela TV Senado”*.

Nessas condições, solicito aos Srs. Líderes, às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, especialmente aos presidentes das comissões, que apresentem, em até 5 dias, suas sugestões para aprimoramento da proposta, que será posteriormente analisada pela Mesa.

É o seguinte o texto do estudo da secretaria de comunicação social:

Critérios para as transmissões ao vivo pela TV Senado

1. Com relação às transmissões ao vivo pela TV Senado, têm prioridade absoluta, sobre todas as outras atividades da Casa, as sessões do Plenário do Senado e, em seguida, as do Congresso Nacional. Uma vez

iniciadas tais sessões, qualquer transmissão deve ser interrompida para dar-lhes lugar. A sessão do plenário somente será retransmitida após a exibição das reuniões das comissões ainda inéditas, na íntegra ou de forma compactada.

2. Não havendo sessão plenária, a TV dará prioridade, nas transmissões ao vivo, às reuniões das Comissões Técnicas. Havendo reuniões simultâneas, uma comissão será escolhida para a transmissão ao vivo, sendo as demais integralmente gravadas, para serem retransmitidas posteriormente ao longo da programação.

3. É preciso, contudo, definir critérios para a escolha de qual comissão divulgar ao vivo na TV. Esta Presidência propõe, para suscitar a reflexão das senhoras e dos senhores senadores em torno do assunto, que, para esta definição, seja levado em conta o calendário usualmente utilizado pela Subsecretaria de Comissões, priorizando sempre as reuniões ordinárias sobre as extraordinárias, conforme a seguinte ordem:

Terça-feira

- Comissão de Assuntos Econômicos - CAE (Ordinária) - 10h
- Comissão de Educação - CE (Extraordinária) - 10h
- Comissão de Serviços de Infra-estrutura - CI (Extraordinária) - 10h
- Comissões Parlamentares de Inquérito - CPIs e Comissões Especiais
- Subcomissões de Comissões Permanentes
- Conselho de Ética
- Comissões Mistas de Medidas Provisórias
- Demais Conselhos
- Mercosul e Orçamento

Quarta-feira

- Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ (Ordinária) - 10h
- Comissão de Fiscalização e Controle - CFC (Ordinária) - 10h
- Comissão de Assuntos Sociais - CAS (Extraordinária) 10h
- Comissões Parlamentares de Inquérito - CPIs e Comissões Especiais
- Subcomissões de Comissões Permanentes
- Conselho de Ética
- Comissões Mistas de Medidas Provisórias
- Demais Conselhos
- Mercosul e Orçamento

Quinta-feira

- Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE (Ordinária) 10horas

- Comissão de Legislação Participativa - CLP (Ordinária) 10h
- Comissões Parlamentares de Inquérito - CPIs e Comissões Especiais
- Subcomissões de Comissões Permanentes
- Conselho de Ética
- Comissões Mistas de Medidas Provisórias
- Demais Conselhos
- Mercosul e Orçamento

4. No caso de duas reuniões ordinárias acontecerem no mesmo dia, entrará ao vivo aquela que iniciar em primeiro lugar.

5. A Comissão definida como prioritária para transmissão ao vivo que atrasar o início de sua reunião em mais de 30 minutos, será substituído pela primeira que iniciar seus trabalhos.

6. No caso de não haver reunião ordinária de Comissão (incluindo-se aí comissões especiais, mistas e CPIs), terão preferência nas transmissões ao vivo da TV Senado as subcomissões e o Conselho de Ética, por ordem de início de suas reuniões.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, pela Liderança do PT.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, agradeço à Líder Ideli Salvatti por ter cedido o espaço da Liderança para que eu pudesse trazer uma comunicação que julgo relevante sobre a nossa Amazônia – a epopéia amazônica que sempre vemos, observamos e com a qual nos envolvemos de maneira muito forte no dia-a-dia.

Senador João Capiberibe, ontem, domingo, houve uma situação digna de registro na tribuna do Senado Federal, porque envolveu o Ministério da Defesa, o Comando Militar da Amazônia, a Força Aérea Brasileira, o Governo do Estado e a Funai: uma ação multiinstitucional, que entendo deva ser registrada, até como um gesto claro de gratidão, reconhecimento e valorização da Força Aérea Brasileira dentro da Amazônia.

Houve um trágico acidente com o indigenista José Carlos dos Reis Meirelles Júnior, que atua há 18 anos na Amazônia, no rio Alto Envira, muito próximo à fronteira do Peru com o Amazonas, em conjunto com mais 10 pessoas. Ele cuida da proteção dos chamados povos indígenas isolados que vivem na região. São os povos da Terra Indígena Kampa e Isolados do Rio Envira, Alto Tarauacá e Xinane. Só uma população de índios isolados representa um universo de mil índios, segundo suposições e observações antropológicas e dos profissionais da Funai que atuam na área.

O coordenador da Funai, José Carlos dos Reis Meirelles Júnior, estava há mais ou menos 150 metros

de sua casa e foi flechado por um índio arredio, isolado. A flecha transfixou a região malar, atingiu a parótida e transfixou sua coluna cervical. A flecha ficou, literalmente, atravessada no seu pescoço e seu rosto. José Meireles teve que buscar socorro. Ele mora há 8 ou 10 dias de distância de qualquer população urbana, mas tem um sistema de radiofonia que lhe permitiu acesso a socorro. Alcançou uma comunidade em Tabatinga, que possui rádio amador, e deu início a um sistema de comunicação.

Fui acionado, assim como o Secretário de Governo do Meio Ambiente, Edgar de Deus, para uma ação de solidariedade. Às 7h30min, liguei para o Ministro José Viegas Filho. Em menos de três minutos, fui atendido. Informei-lhe do fato, e S. Ex^a determinou, expressamente e com muita sensibilidade, a intervenção da Força Aérea Brasileira. Esta poderia chegar ao local rapidamente, já que, por via hídrica, o acesso só poderia ser feito em oito ou dez dias – os rios da região encontram-se secos. Em menos de uma hora, tivemos um plano de emergência e socorro bem definido e claramente orientado pela Força Aérea Brasileira. Saíram da Base Aérea de Porto Velho uma aeronave Caravan e um helicóptero, levando 11 profissionais da Força Aérea Brasileira, militares, que saíram na missão de socorro.

De nossa parte, no Estado do Acre, colocamos à disposição um médico intensivista, cirurgião de tórax, e uma enfermeira especializada, com todo o aparato de tratamento para realizar essa operação. Chegaram a Rio Branco, por problemas de fuso horário, às 15h30min; tinham uma hora e meia até o pôr-do-sol, porque helicópteros não têm homologação para realizar vôos noturnos sobre a Amazônia. Expusemos a situação do doente, que estava sangrando, com uma flecha transfixada em seu pescoço e seu rosto, e talvez não amanhecesse o dia. Portanto, não tínhamos outra alternativa senão o socorro aéreo.

O Capitão Carvalho e o Tenente Emerson, que pilotavam as duas aeronaves, prontamente se sentaram no chão da pista de aviação conosco, fizeram os cálculos e definiram o caminho. Só necessitavam de uma autorização dos Governos brasileiro e peruano, porque fariam uma travessia de 25 milhas no espaço aéreo peruano, sobre a localidade de Puerto Esperanza; lá há um aeródromo e poderia haver a interceptação do helicóptero brasileiro.

Em menos de cinco minutos, obtive uma resposta do Ministro José Viegas, que acionou um contato do Governo brasileiro com o Governo peruano. Então, eles puderam sair e chegaram por volta das 19h30min à aérea isolada, próxima aos índios arredios, onde desceram com o médico e a equipe; fizeram um so-

corro exemplar e salvaram a vida do indigenista que, há 18 anos, atua com essa equipe naquela área, com um único propósito: permitir que, enquanto os índios quiserem, continuem isolados, sem qualquer contato com os brancos. Alguns deles nunca usaram o sal, uma vacina ou um antibiótico e não tiveram contato algum com a nossa civilização.

Foi possível prestar essa solidariedade graças à absoluta sensibilidade e poder de decisão que tiveram o Ministro da Defesa, o Comandante Bueno, da Aeronáutica, o Comando Militar da Amazônia e o Comando da Base Aérea de Porto Velho. Foi uma das mais bonitas operações de salvamento na Amazônia brasileira. É um fato da maior relevância, digno de ser registrado no plenário do Senado Federal, porque orgulha a todos nós a certeza de que a Força Aérea Brasileira tem muito a contribuir dentro de um continente à parte, de um mundo verde que poucos conhecem, que é a nossa Amazônia. Foi um dos mais bonitos gestos de solidariedade humana prestado às nossas populações, por meio de um simbólico ato de salvar a vida de um indigenista.

Todos sabem que os índios isolados, ao entrar em contato com as nossas civilizações, passam por um processo de aniquilamento e, em dois anos, 70% deles vão à morte em função da transmissão de doenças que lhes são alheias do ponto de vista imunológico e da epidemiologia.

Então, faço questão de citar, com orgulho, que temos uma Força Aérea Brasileira com a sensibilidade e a pronta capacidade de decidir e intervir em operações de salvamento dessa natureza. Isso mostra que o Brasil está bem conduzido, bem amparado e que não importam o significado e os desafios que tenhamos em uma missão dessas, mas a decisão de fazer e de buscar socorro. Foi um dos mais bonitos gestos.

Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento, citando a equipe que fez parte dessa operação de salvamento:

1º Coronel-Aviador Paulo Augusto de Oliveira Assis – Comandante da Base Aérea de Porto Velho;
Major Aviador Adilson Leite de Azevedo Júnior – Comandante do Esquadrão de Comando da Base Aérea de Porto Velho.

Tripulação da Aeronave Caravan C-98 (FAB 2725) BAPV – Base Aérea de Porto Velho (Sediada em Porto Velho – RO)

1º Ten. Av. Emerson de Oliveira;
1º Ten. Av. André Luiz Silveira de Castro;
3º Sgtº BMA André Fábio Chies;

Equipe Médica

1º Ten. Médico André Bessa de Andrade;
3º Sgtº Enf. Jonas Elias de Souza;

Tripulação do Helicóptero UH – 1H (FAB 8673) 2º/10º GAV (Sediado em Campo Grande – MS)

Cap. Av. José Mauro Carvalho da Costa;
2º Ten. Av. Alexandre Cantaluppi S. de Freitas;
SO BMB Jairo Antônio da Silva Garcia;
1º Sgtº BEP Marcio Chaves de Araújo;
3º Sgtº BCO Vinícius Frauche de Carvalho;
3º Sgtº BMA Marcio de Vaner Cavalheiro Duarte;

Infraero – AC

Sargento Pereira / Suboficial Henrique/Jamilson
Ten. Cel. Giovani Souza Filho – Comandante do 4º BIS;
Dr. Everton Gentil Beltrame – Cirurgião Torácico;
Solange – Enfermeira Intensivista.

Vale salientar que a solidariedade foi tanta e tão prontamente prestada que até um grupo de elite de pára-quedistas se colocou de prontidão para saltar na região, levando soro e sangue para fazer essa operação de salvamento.

Gestos simbólicos como esses mostram um horizonte, um exemplo a ser seguido de responsabilidade do Estado com a vida e da capacidade de entendermos os desafios e mistérios que envolvem o futuro da Amazônia brasileira.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Tião Viana, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti. Em seguida, pelo PSB, terá a palavra o Senador João Capiberibe.

V. Exª dispõe de 20 minutos, Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)
– Agradeço ao Senador João Capiberibe pela gentileza e pelo cavalheirismo em me ceder a vez.

Nos últimos dias, no último fim-de-semana, houve algumas manifestações, inclusive artigos publicados, de personalidades do alto “tucanato”, levantando questões, entre elas a de que o País parou, pisou no freio, parou de pedalar a bicicleta; ou, então, que o que está sendo feito é pouco, é uma mera continuidade do que vinha sendo feito anteriormente.

Vou responder não com um discurso, mas com fatos, porque eles são sempre a melhor comprovação de qualquer discurso. É na prática que fazemos a demonstração efetiva do que se fala.

Em primeiro lugar, penso que o clima que se está tentando criar neste movimento, que todos já detectamos, está muito fortemente caracterizado pela antecipação da disputa eleitoral, ou seja, as eleições de outubro já chegaram às nossas portas, já estão no nosso cotidiano, no enfrentamento político aqui dentro do Senado, nas ruas, na imprensa. Assim, esse clima de que está tudo mal, ruim, nada está andando ou acontecendo, faz parte, obviamente, do jogo da Oposição. E nós, que já estivemos na Oposição, podemos compreender de forma muito clara como opera quem nela está.

Mas quero, aqui, trazer os dados, os fatos. A Fundação Getúlio Vargas realizou uma pesquisa cujo resultado apresenta números bastante surpreendentes. O primeiro é de que a população está otimista com o País. A pesquisa da Fundação Getúlio Vargas mostra que a maioria das pessoas acredita no crescimento no crescimento da economia brasileira, ou seja, que o Brasil efetivamente vai crescer neste ano e no ano que vem.

A pesquisa foi feita em São Paulo e no Rio de Janeiro – talvez pudesse ter sido feita em outros Estados, mas foram os cariocas e os paulistas que tiveram a oportunidade de responder –, e a maioria dos cariocas e dos paulistas acredita no céu de brigadeiro, previsto na semana passada, pelo Ministro Antônio Palocci, e confia na recuperação econômica do País neste ano e no próximo. E mais, de acordo com esse levantamento, são exatamente os mais jovens e com maior formação escolar que estão mais otimistas.

Então, as pessoas que não sofrem de forma tão efetiva as agruras da situação econômica do País são exatamente as que estão enxergando, as que estão vendo perspectivas do crescimento da economia.

E considere muito importante trazer esses dados da pesquisa da Fundação Getúlio Vargas porque quem fica ouvindo os discursos aqui no plenário, pela TV Senado, tem a sensação de que estamos no caos absoluto. Há determinados discursos que nos dão vontade de sair arrancando os cabelos desesperadamente, porque parece que está tudo ruim, nada está acontecendo. No entanto, a população está enxergando e fico absolutamente feliz de saber que os mais jovens é que estão enxergando essa perspectiva de crescimento.

Os jornais deste final de semana também trazem manchetes bastante elucidativas no combate a este clima de pessimismo que está sendo desmentido pelos fatos, pelos números e pela realidade.

Então, mesmo no pior dos cenários, como consta na **Gazeta Mercantil**, o PIB vai crescer o previsto: 3,5%. O jornal **O Valor** veicula: “Risco Brasil desaba

e mostra novo viés”. Ou seja, os indicadores do risco País do Brasil do último período já estão registrando um patamar de queda, mostrando o viés de redução. O **Estadão** publica: “Produção de carros cresce em ritmo de retomada e as montadoras são o terceiro maior, entre os setores, no *ranking* de exportadores”. Todos sabemos o efeito de repique econômico que tem a produção de carros no nosso País. O **Estado de S. Paulo** diz: “O País fica mais forte para enfrentar risco externo”.

Estão aí os dados da diminuição da nossa dívida externa líquida sobre a exportação, diminuindo valores de forma percentual significativos. Foi-nos entregue em quase 3% e estamos já com 1,8%. A evolução da relação da exportação sobre o PIB também tem apresentado crescimento significativo. Foi-nos entregue em 13% e já superamos a casa dos 20%. E talvez o número mais impressionante seja a questão do saldo em conta corrente acumulado nos últimos 12 meses, ou seja, entre aquilo que precisamos pagar em dólar e aquilo que entra de dólar, no nosso País, já que, depois de 20 anos, é a primeira vez que temos superávit, que temos saldo positivo.

Além disso, o que mais me animou e, tenho certeza absoluta, vai animar também o Senador Roberto Saturnino, que já levantou o microfone para pedir um aparte – não sei se V. Ex^a teve a oportunidade de ler a **Gazeta Mercantil** do final de semana –, foram as manchetes segundo as quais o BNDES dispõe de mais recursos do que o Bird. O BNDES, o nosso Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o Banco de fomento do nosso País, supera, para o ano que vem, os recursos do Bird. Teremos, no ano que vem, 60,8 bilhões para ofertar, para financiar, para poder fazer com que as nossas indústrias – médias, pequenas e grandes –, o setor de infra-estrutura, de desenvolvimento e de saneamento possam receber, efetivamente, financiamento.

E aqui quero trazer os dados, Senador Roberto Saturnino: em 1998, o BNDES aplicou R\$21,3 bilhões; em 1999, caiu para R\$20 bilhões; em 2000, foi para R\$23,4 bilhões; em 2001, R\$25,6 bilhões; em 2002, último ano do Governo Fernando Henrique, alcançou R\$31 bilhões; no ano passado, aplicamos R\$33 bilhões; este ano está previsto R\$47 bilhões; e no ano que vem, R\$60,8 bilhões, ou seja, em dois anos, dobraremos a capacidade de investimento do BNDES.

Ainda há pessoas dizendo que nada mudou, nada acontece, nada é diferente. Tanto os R\$33 bilhões aplicados, quanto os R\$47 bilhões deste ano e os R\$60 bilhões que serão aplicados no ano que vem não serão utilizados na privatização, mas para fazer investimentos, de forma que as nossas empresas tenham capacidade

de expansão, de criação de novos empregos e possamos desenvolver a ciência e a tecnologia.

Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a é um *expert* em BNDES, um apaixonado. Sei que está com muita vontade de falar, por isso, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Nobre Líder Ideli Salvatti, pedi o aparte para cumprimentá-la pelo seu discurso, que traz à Casa pesquisa que mostra que a população está entendendo melhor a política do nosso Partido do que certos analistas e críticos que insistem em afirmar que a política econômica do nosso Governo é a mesma do Governo passado. Esses analistas não consideram a grande, a essencial, a definitiva diferença que é exatamente o projeto desenvolvimentista proporcionado pela presença e pela ação do BNDES que, como V. Ex^a ressaltava muito bem, triplicará suas aplicações, que serão direcionadas a programas destinados aos principais setores estratégicos, aqueles mais capazes de vitalizar a nossa economia. Não é uma aplicação qualquer em qualquer projeto capaz de dar retorno ou garantia; é a aplicação em projetos classificados como eminentemente desenvolvimentistas, capazes de alavancar a economia do País. Assim são a Petrobras; o setor elétrico, que passou por uma reformulação profunda; a política industrial, que estava completamente ausente e que agora está presente, também escolhendo os setores mais dinâmicos da nossa economia; e a nossa política comercial externa. É uma série de fatores que mostram a preocupação deste Governo com o crescimento, o desenvolvimento e a justiça social, porque também temos programas sociais importantes. A política monetária e fiscal teve de ser mantida mais ou menos igual ao que era, porque a situação que recebemos assim o exigia, mas existe esta enorme e decisiva diferença: o nosso Governo realmente promove o desenvolvimento. Ainda na semana passada, aprovamos a medida provisória sobre a Marinha Mercante, que será outra alavanca formidável na economia brasileira, na eliminação de pagamentos de afretamentos de navios estrangeiros e na revitalização dos estaleiros. Enfim, Senadora Ideli Salvatti, há uma grande diferença que V. Ex^a muito bem ressaltava no seu brilhante discurso de hoje. Meus cumprimentos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Completo com mais alguns dados: este orçamento de R\$60,8 bilhões para o ano que vem, praticamente dobrando em dois anos aquilo que o BNDES disponibilizará para o desenvolvimento de nosso País, é recurso para dar sustentabilidade a um crescimento a taxas de 7% ao ano, coisa que, desde 1970, não tínhamos mais. Desde o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), implementado no Governo Geisel,

ainda na época dos militares, o BNDES não tinha um volume de recursos capaz de dar sustentabilidade a uma taxa de crescimento de 7% ao ano. Portanto, há uma diferença estratégica fundamental, de visão de papel do Estado.

Antes de subir à tribuna, fui questionada a respeito de uma pesquisa que mostra que a população está enxergando positivamente o Ministro Antonio Palocci e se isso não demonstrava que o Ministro José Dirceu estava enfraquecido e que havia uma disputa entre ortodoxos e desenvolvimentistas. Eu disse ao repórter: “Não tem disputa, porque, ao mesmo tempo em que estamos realizando o ajuste fiscal para termos condição de fazer as mudanças com a tranquilidade necessária à estabilidade da economia, para controle da inflação, da queda de juros, da queda do risco Brasil e de todas as questões que nos foram entregues, estamos fazendo mudanças na ótica e na lógica, para dar sustentação a um modelo de desenvolvimento calcado nos interesses do nosso País, da nossa indústria, da nossa ciência e da nossa tecnologia. É aquela história de mudar de roupa andando. É isso que temos que fazer e que estamos fazendo.

Estão aí os dados de forma muito clara. Não bastassem os números do BNDES, Senador Roberto Saturnino, temos os números da Caixa Econômica Federal, outro grande instrumento de sustentação na lógica do desenvolvimento, aquilo que interessa à maioria da população, saneamento e habitação.

Os dados da Caixa Econômica são extremamente positivos. Quem teve a oportunidade de ler a reportagem publicada na outra semana, com o nosso querido Presidente da Caixa Econômica, o Sr. Jorge Mattoso – aliás, fiquei surpresa ao descobrir que ele não é carioca, pertence ao “gauchério”, à parte gaúcha do Ministério do Lula -, viu que, no ano passado, foram investidos R\$5 bilhões em habitação pela Caixa Econômica. E os dados são assustadores, porque, no período de 1995 a 2002, as contratações do Fundo de Garantia para a habitação caíram para R\$200 milhões, entre 1995 e 2002.

No ano passado, fizemos uma mudança nesse setor fundamental, que gera emprego e atende à população. E a Caixa Econômica está fazendo financiamento para a população de mais baixa renda e retoma os programas para a classe média, inclusive com recursos, novamente este ano, na faixa de R\$1,2 bilhão.

Ouçó, com muito prazer, o aparte do nobre Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senadora Ideli Salvatti, cumprimento V. Ex^a principalmente pela última parte do seu pronunciamento, que me deixa contente. Até então, tinha a informação de que tive-

mos uma desvantagem no PIB, em 2003, justamente por falta de aplicação na área da construção civil. Eu estranho isso. A área habitacional concorreu para um resultado negativo. Agora, ainda estamos no mês de junho e V. Ex^a aponta dados positivos na habitação. Ficarei com os seus dados, porque desejo ser otimista com relação ao País.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Outro dado que tem a ver com a qualidade de vida da população é a aplicação em saneamento. No ano passado, a Caixa Econômica Federal, depois de muito tempo, conseguiu contratar, disponibilizar, fazer os convênios para saneamento na ordem de R\$1,7 bilhão. Há duas semanas, foram assinados os contratos, os convênios entre as Prefeituras, os Estados e companhias de saneamento estaduais e municipais da ordem de R\$2,125 bilhões. Para nós, esta questão de saneamento é outra área que gera emprego, melhora a qualidade de vida da população, principalmente a de mais baixa renda, que não tem acesso a água potável, a água de qualidade e a tratamento do esgoto. Esses gastos em saneamento, no ano passado, foram de R\$1,7 bilhão, e esses contratados de R\$2,125 bilhões também são dados, comparativamente aos últimos oito anos, bastante significativos; é um aumento bastante significativo de recursos como há muito tempo não eram realizados.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senadora, eu gostaria de mais um breve aparte.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não, Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Serei muito breve, apenas para complementar o que V. Ex^a diz. Em relação ao microcrédito, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil estão operando algo que nunca se operou neste País. É difícil, porque trata-se de um negócio em que não temos experiência e precisamos desenvolvê-lo. Mas o avanço foi muito significativo e é extremamente importante não apenas do ponto de vista econômico como também do ponto de vista social.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Inclusão social era o outro ponto que eu havia listado, Senador Roberto Saturnino.

Em relação à inclusão bancária, o Presidente da CEF, Jorge Mattoso, na reportagem, diz que é algo inusitado no mundo. Em um ano a Caixa Econômica Federal fez a inclusão de quase dois milhões de brasileiros. Foram abertas mais de 1,7 milhão de contas simplificadas de pessoas que nunca tiveram acesso a uma conta bancária e que estão podendo se utilizar de juros subsidiados a 2% ao mês.

Esses números desmentem um certo clima de pessimismo naqueles que acham que tudo está ruim,

nada está bom, nada vai melhorar. A Fundação Getúlio Vargas traz o resultado dessa pesquisa muito animadora, apresentando dados da juventude brasileira, que acredita em nosso País, em nosso crescimento, e proporcionando a todos a convicção de que, se cada um cumprir efetivamente com o seu papel, estaremos dando ao Brasil a oportunidade histórica de um cenário internacional positivo, em que as ações de política externa têm-nos colocado em uma situação e uma posição de destaque.

Acabaram de me perguntar, em entrevista há pouco, se com a pauta do Senado trancada pela medida provisória do salário mínimo, não votaremos mais nada. Como não? O Senado Federal tem para votar o Projeto da Parceria Público-Privada, o Projeto de Lei de Falências, o Projeto de Biossegurança, o Projeto da Preservação da Mata Atlântica e a reforma do Poder Judiciário. A Câmara dos Deputados já aprovou o Fundo Nacional de Moradia. E há, ainda, o projeto que visa diminuir a carga tributária da construção civil como forma de fomentar esse setor tão importante.

Portanto, há muito trabalho pela frente e projetos importantíssimos a votar, que têm tudo a ver com o clima otimista de retomada do desenvolvimento. Tenho certeza absoluta de que o Senado Federal não fugirá à sua responsabilidade de travar o bom debate, com todas as conversações e os aprimoramentos. Esta Casa não manterá a pauta trancada, inviabilizando votações importantes para o País. Não são matérias importantes para o Governo, mas para o Brasil, para o povo brasileiro.

Sr. Presidente, encerro, pedindo desculpas por ter ultrapassado o meu tempo em alguns minutos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe, pela Liderança do PSB. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

Em seguida, falarão os Senadores Sibá Machado e Ramez Tebet.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pela Liderança do PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago uma notícia que para o Brasil do Centro-Sul pode passar despercebida, mas, para nós da Amazônia, reputo da maior importância.

A notícia diz que o uso do paneiro pode ser proibido. Paneiro é um *container* feito de fibra e, no Pará e em toda foz do rio Amazonas, o seu uso domina as feiras livres e os mercados.

Essa notícia causa muitas preocupações. Primeiramente, porque proibir o uso do paneiro na cidade de Belém, que o utiliza desde o século XVIII, seria desempregar milhares de pessoas que atuam na ca-

deia produtiva desse produto. A Vigilância Sanitária, representantes do Ministério da Agricultura, o Instituto de Meteorologia, a Central de Abastecimento do Pará – Ceasa e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária fizeram uma reunião para discutir a aplicação da Instrução Normativa nº 9, que diz respeito à embalagem e à rotulagem. Evidentemente as normas ali previstas não deverão ser aplicadas de forma generalizada em todo o País, porque reproduzem orientações dos países ricos, que buscam dessa forma globalizar suas exigências.

O paneiro corre o risco de desaparecer e, com ele, milhares de empregos. Para se ter uma idéia, só no Município de Abaetetuba, no Pará, há mil pessoas que trabalham na confecção de paneiro feito da tala de arumã, uma espécie vegetal abundante em toda a região e que permite a esses artesãos desenvolverem suas atividades e, mais, garantir o sustento de suas famílias há várias gerações.

E essa Instrução Normativa veio para estabelecer normas de embalagem que afastam o uso do paneiro. Por exemplo, em Belém, uma cidade com mais de 1,5 milhão de habitantes, na Ceasa circulam em torno de 8 milhões de paneiros, o que corresponde a 41% dos produtos ali comercializados. Portanto, o paneiro tem uma importância econômica para aquela região. O paneiro transporta o açaí, o pescado, as frutas e, além de ser utilizado na Ceasa, também o é em todas as feiras da região de Belém e outras regiões da Amazônia.

E, para nossa surpresa, entre proibir e desenvolver, agregar tecnologia a um produto que, além de empregar milhares de pessoas, tem outro valor agregado, é biodegradável – quando o paneiro é inutilizado, a natureza se encarrega de reabsorvê-lo –, ele será substituído pelo plástico, um produto fabricado a partir do petróleo e, evidentemente, substituindo todos aqueles empregos que vêm desde o século XVIII.

Parece que essa notícia leva-nos a confrontar o moderno e o arcaico. E até parece que estou defendendo aqui o arcaico, estou defendendo a preservação desses empregos e a utilização de um produto que não agride a natureza e que faz parte da cultura e da história do povo de Belém, do povo de Macapá, do povo da região da foz do rio Amazonas, que utiliza, de uma forma muito sistemática, o paneiro como embalagem.

O nosso País é caracterizado exatamente pela substituição de produtos ou então pela interrupção da cadeia produtiva. Há vários casos. Há bem pouco tempo falei do cacau. Não desenvolvemos a cadeia produtiva do cacau, que terminou atacado pela vassoura-de-bruxa e dizimado em toda a Bahia, assim como em todo o Brasil. Ao longo desses anos em que

o Brasil foi o grande produtor e exportador de cacau, os países europeus, como Suíça, Bélgica e França, transformaram-se em países que disputam a melhor qualidade do chocolate. O melhor chocolate é suíço ou belga. A mesma coisa se dá com o café: somos produtores primários e toda a cadeia produtiva foi desenvolvida pelo italiano.

Em vez de aplicarmos ciência e tecnologia nesses recursos da biodiversidade, como é o caso da palha de arumã, da tala de arumã. E, para isso, o Ministério da Ciência e Tecnologia tem uma Secretaria dedicada à Ciência e Tecnologia para a inclusão social, em vez disso, proíbe-se, tenta-se eliminar empregos e favorecer a destruição da natureza e romper com atividades culturais importantes da nossa região.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

Peço a V. Ex^a compreensão para não ultrapassar o seu tempo, porque os Senadores Ramez Tebet, Pedro Simon e Mão Santa ainda farão uso da palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a vai, então, prorrogar a sessão?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Logo após o tempo regimental, vou prorrogá-la. V. Ex^a dispõe de 20 minutos, mas parece-me que V. Ex^a não usará menos do que os 20 minutos que lhe são destinados.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, eu precisava fazer um balanço das atividades do Governo na área da reforma agrária, especificamente do Incra e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Vou fazer alguns comentários a esse respeito e, se não conseguir terminar a tempo, vou dar como lido o restante do pronunciamento, para que V. Ex^a possa ouvir os outros Srs. Senadores.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as ações desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – vêm resultando no significativo crescimento do montante de recursos contratados em todos os grupos e modalidades de crédito, com destaque especial para as operações de custeio de assentados e para as operações destinadas ao microcrédito, que são os dois grupos de menor renda abrangidos pelo Plano Safra.

Até o mês de março de 2004, por meio do Plano Safra 2003/2004, foram efetivados mais de 1,2 milhão de contratos de financiamento em todo o País. Os recursos liberados neste Plano Safra aumentaram em cerca de 100% em relação ao plano anterior. Em termos de contratos, o aumento foi de 80%.

O Grupo A/C, destinado à estruturação das unidades das famílias assentadas, aumentou sua aplicação em 210% no Plano Safra 2003/2004. O Grupo B, linha de microcrédito criada para combater a pobreza rural, que financia inclusive atividades não-agrícolas, desenvolvidas na propriedade, aumentou sua aplicação em 220%, se comparado ao plano de safra anterior.

Os montantes aplicados conforme as regiões também surpreendem: na região Nordeste, o número de contratos efetivados aumentou em 75% com R\$ 610 milhões aplicados; na região Norte, o aumento de contratos foi de 124% com mais de R\$430 milhões financiados; no Sul, foram mais de R\$1,5 milhão liberados para financiamento de 500 mil agricultores e assentados da reforma agrária; a região Centro-Oeste aumentou em 100% o número de contratos, e 82% no valor liberado para atendimento às famílias; na região Sudeste, com cerca de 163 mil contratos estabelecidos, foram liberados mais de R\$650 milhões.

O Incra autoriza a emissão de R\$41,8 milhões em TDAs

Em março, foram emitidos cerca de R\$48,2 milhões, suficientes para a aquisição de 54,7 mil hectares de terra. Outros R\$9,1 milhões foram destinados à indenização de benfeitorias. Esses títulos serviram para a desapropriação de 27 áreas nos Estados da Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais. Do Orçamento já aprovado para o Incra em 2004, que é de R\$1,1 bilhão, R\$280 milhões serão destinados ao pagamento de TDAs e R\$120 milhões para a indenização de benfeitorias.

Aumenta o ritmo de desapropriações de terra pelo Incra nos primeiros quatro meses do ano.

O Incra aumentou o ritmo de desapropriação de terras. No mês de abril, a autarquia desapropriou 65 imóveis, totalizando, desde janeiro, 100 fazendas e área de 219 mil hectares. Portanto, apenas neste mês, o volume de áreas disponíveis para assentamentos deu um salto de 85% sobre o saldo registrado no primeiro trimestre.

O Incra adotou normas que resultarão em mais agilidade na desapropriação de terras a partir de agora.

Estados com propriedades improdutivas foram desapropriados.

Em abril, as desapropriações contemplaram 16 Estados brasileiros, como Bahia, Ceará, Pará e Mato Grosso, que tiveram, cada um, uma desapropriação. Já Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo registraram duas desapropriações cada um. Também fizeram parte do pacote o Espírito Santo, com três desapropriações; o Maranhão e o Rio Grande do

Norte, com quatro desapropriações; o Tocantins, cinco; o Piauí, sete e Sergipe, oito. Os Estados onde ocorreram mais desapropriações foram Goiás e Minas Gerais, com onze desapropriações em cada um deles.

Reforma Agrária e o Desenvolvimento Rural

Desde o início do Governo Lula, 76.468 famílias tiveram acesso a terra por meio dos assentamentos do Incra e do crédito fundiário. Em 2003, foram assentadas 37 mil famílias, número 23% superior ao primeiro ano do Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Até o final deste ano, 2004, está previsto o assentamento de 115 mil famílias, maior número de assentamentos já realizados em um único ano.

Até 04 de maio de 2004, foram emitidos decretos de desapropriação para 104 imóveis rurais, compreendendo uma área de 222,5 mil hectares.

Renegociação de Dívidas (Procera, Pronaf e Fundos Constitucionais)

Até o final de 2003, cerca de 320 mil agricultores renegociaram as suas dívidas junto ao Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária (Procera); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e Fundos Constitucionais do Norte, do Centro-Oeste e do Nordeste. Isso significa aproximadamente R\$1 bilhão em recursos renegociados – sendo que 60% somente na Região Nordeste do Brasil. O valor total renegociado pode ultrapassar R\$2 bilhões.

Assistência Técnica

As ações de Assistência Técnica, Extensão Rural e Capacitação são prioridades do Ministério. Para a democratização do conhecimento e geração de renda e ocupação no campo...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pois não, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Por meio do pronunciamento de V. Ex^a, quero dizer que me tem chamado a atenção o que diz V. Ex^a e a Líder do Governo, que falou há pouco tempo, que o Governo adotou uma medida – creio que talvez esta seja a primeira medida da reunião do Ministério de sexta-feira – ou seja, determinar que os seus Ministros façam com que aquilo que eles realizaram chegue ao conhecimento da sociedade. Vejo que, de acordo com o pronunciamento de V. Ex^a, hoje, e com o da Senadora Líder do Governo, os discursos estão enxutos, prontos, bem feitos; e os Ministros estão cumprindo a determinação do Presidente da República. Queira Deus que depois dessa primeira parte do seu pronunciamento – que, a meu ver é nota dez – e do da Líder venham também as realizações

que o Presidente está cobrando. Porque V. Ex^a disse que o que o S. Ex^a fez, ele o fez gastando menos de 1% das verbas que tinha à disposição. Imagine V. Ex^a quando ele atender ao pedido do Presidente da República para gastar 60% das verbas! Teremos o discurso de V. Ex^a dez vezes melhor ainda do que este. Meus cumprimentos, porque a primeira parte está sendo feita com perfeição.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Pedro Simon. Agradeço a preocupação de V. Ex^a.

Com certeza, creio que a programação do Governo será cumprida à risca e muito bem divulgada.

Sr. Presidente, como combinei que metade do tempo seria cedida para que outros Senadores falassem, peço que seja dado como lido o restante do meu discurso, se V. Ex^a assim o permitir.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SENADOR SIBÁ MACHADO

O QUE ESTAMOS FAZENDO PELA REFORMA AGRÁRIA

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, as ações desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA vêm resultando no significativo crescimento do montante de recursos contratados em todos os grupos e modalidades de crédito, com destaque especial para as operações de custeio de assentados da Reforma Agrária, e para as operações destinadas ao microcrédito, que são os dois grupos de menor renda abrangidos pelo Plano Safra.

Até o mês de março de 2004, por meio do Plano Safra 2003/2004, foram efetivados mais de 1,2 milhão de contratos de financiamento em todo o País. Os recursos liberados neste Plano Safra aumentaram em cerca de 100% em relação ao plano anterior. Em termos de contratos, o aumento foi de 80%.

O Grupo A/C, destinado à estruturação das unidades das famílias assentadas, aumentou sua aplicação em 210% no Plano Safra 2003/2004. O Grupo B, Linha de microcrédito criada para combater a pobreza rural, que financia inclusive atividades não-agrícolas desenvolvidas na propriedade, aumentou sua aplicação em 220%, se comparado ao plano de safra anterior.

Os montantes aplicados conforme as regiões também surpreendem: na região Nordeste o número de contratos efetivados aumentou em 75%, com R\$610 milhões aplicados; na região Norte o aumento de contratos foi de 124%, com mais de R\$430 milhões financiados. No Sul foram mais de R\$1,5 bilhão liberados para financiamento de 500.000 agri-

cultores e assentados da reforma agrária. A região Centro-Oeste aumentou em 100% o número de contratos, e 82% no valor liberado para atendimento às famílias. Na região Sudeste, com cerca de 163.000 contratos estabelecidos, foram liberados mais de R\$650 milhões.

O MDA, no total, já disponibilizou mais de R\$3,8 bilhões aos agricultores. A previsão é beneficiar cerca de 1,3 milhão de agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Incra autoriza emissão de R\$41,8 milhões em TDAs

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) encaminhou à Secretaria do Tesouro Nacional a autorização para o lançamento de mais R\$41,8 milhões em Títulos da Dívida Agrária (TDAs), que são a principal moeda para a realização da reforma agrária no Brasil. Os recursos são relativos à desapropriação de 15 imóveis em oito estados (Ceará, Goiás, São Paulo, Bahia, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Piauí, Pernambuco) e no entorno do Distrito Federal. Ao todo, serão cerca de 29 mil hectares destinados à reforma agrária. Outros R\$5,4 milhões serão aplicados na indenização de benfeitorias. Após o empenho, os recursos dos TDAs estarão disponíveis como valores pagos no orçamento do Incra em até 15 dias.

Essa é a segunda emissão de TDAs em 2004. Em março foram emitidos cerca de R\$48,2 milhões, suficientes para a aquisição de 54,7 mil hectares de terra. Outros R\$9,1 milhões também foram destinados à indenização de benfeitorias. Esses títulos serviram para a desapropriação de 27 áreas nos estados da Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais. Do orçamento já aprovado para o Incra em 2004, que é de R\$1,1 bilhão, R\$280 milhões serão destinados ao pagamento de TDAs e R\$120 milhões para a indenização de benfeitorias.

Aumenta o ritmo de desapropriações de terra pelo Incra nos primeiros quatro meses do ano

O Incra aumentou o ritmo de desapropriações de terras. No mês de abril, a autarquia desapropriou 65 imóveis, totalizando desde janeiro 100 fazendas, e área de 219 mil hectares. Portanto, apenas neste mês o volume de áreas disponíveis para assentamentos deu um salto de 85% sobre o saldo registrado no primeiro trimestre.

O Incra adotou normas que resultarão em mais agilidade na desapropriação de terras a partir de agora. As medidas incluem a diminuição das exigências

de documentação da propriedade e a ampliação da autonomia das Superintendências Regionais. Os três primeiros meses de cada ano são tradicionalmente o período de menor volume de desapropriações e assentamentos, situação motivada por entraves burocráticos. Mesmo assim, no primeiro trimestre deste ano o Incra assentou 11.093 famílias, o dobro da média (5.567 famílias) dos últimos nove anos.

Estados com propriedades improdutivas desapropriadas

Em abril as desapropriações contemplaram 16 estados brasileiros. Bahia, Ceará, Pará e Mato Grosso tiveram, cada um, uma desapropriação. Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo registram duas desapropriações cada. Também fizeram parte do pacote o Espírito Santo (três desapropriações), Maranhão e Rio Grande do Norte (quatro cada um), Tocantins (cinco), Piauí (sete) e Sergipe (oito). Os estados onde ocorreram mais desapropriações foram Goiás e Minas Gerais, com 11 registros em cada um.

Atualmente o Incra está em processo de desapropriação de 1.226 imóveis, com área superior a 2,2 milhões de hectares. As 100 fazendas desapropriadas até esta quinta-feira (29) fazem parte desse estoque e são antigas reivindicações dos trabalhadores rurais. Além das áreas desapropriadas, os assentamentos podem utilizar terras públicas dos governos federal, estaduais e municipais, áreas confiscadas pelo governo federal e propriedades da Secretaria do Patrimônio da União.

Plano Safra para a Agricultura Familiar do Norte

O MDA lançou o Plano Safra para a Agricultura Familiar do Norte, o mais completo plano agrícola especificamente voltado para os agricultores dessa região, que assegura as bases para o desenvolvimento sustentável da produção familiar da região Norte.

Este plano safra garante a liberação de R\$510 milhões para a região Norte, e prevê uma série de políticas, como o acesso simplificado ao crédito rural, assistência técnica e extensão rural, capacitação, apoio à comercialização da produção e garantia de renda. Todas essas ações serão combinadas com a realidade cultural e com as vocações da região, apoiando a produção familiar de agricultores, silvicultores, extrativistas, comunidades indígenas, pescadores artesanais e remanescentes de quilombos.

O crédito para a região Norte também teve seu acesso simplificado e acelerado. Com o apoio do Banco da Amazônia (Basa) e do Banco do Brasil (BB) foram facilitados os procedimentos para contratação dos financiamentos. Um exemplo é o Cartão Pronaf,

pelo qual o agricultor que pagar o financiamento até o prazo de vencimento terá seu crédito renovado anualmente por um período de até seis anos.

Além das linhas de crédito já existentes no Pronaf, existem outras modalidades de atendimento, específicas para as atividades rurais típicas da região:

- Pronaf Florestal, para projetos de silvicultura e sistemas agroflorestais;
- Pronaf Agroecologia, em apoio a projetos em fase de transição para a produção agroecológica ou que já utilizem sistemas agroecológicos de produção;
- Crédito para Reservas Extrativistas, com recursos para investimentos aos extrativistas reconhecidos pelo Incra como beneficiários do PNRA.

O Programa de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar também já está funcionando na região Norte. Por meio dele, os agricultores e assentados da reforma agrária já podem vender sua produção de feijão, milho, arroz e trigo à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) até o limite de R\$2,5 mil por beneficiário.

Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural

Desde o início do Governo Lula 76.468 famílias tiveram acesso a terra por meio dos assentamentos do Incra e do crédito fundiário. Em 2003 foram assentadas 37 mil famílias, número 23% superior ao primeiro ano do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Até o final deste ano de 2004 está previsto o assentamento de 115 mil famílias, maior número de assentamentos já realizados em um ano na história brasileira.

Até 4 de maio de 2004 foram emitidos decretos de desapropriação para 104 imóveis rurais, com área total de 222,5 mil hectares.

Renegociação de Dívidas (Procera, Pronaf, Fundos Constitucionais)

Até o final de 2003 cerca de 320 mil agricultores renegociaram suas dívidas junto ao Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária (Procera), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e Fundos Constitucionais (FCO - Centro Oeste; FNE - Nordeste; e FNO - Norte). Isso significa aproximadamente R\$1 bilhão de recursos renegociados - sendo 60% somente na região Nordeste do País. O valor total renegociado pode ultrapassar os R\$2 bilhões.

Segundo a estimativa dos bancos, em 25 de abril existiam ainda 300 mil contratos em fase de renego-

ciação, sendo 160 mil feitos pelo Banco do Nordeste, 80 mil pelo Banco do Brasil e 60 mil pelo Banco da Amazônia.

Assistência Técnica

As ações de Assistência Técnica, Extensão Rural e Capacitação são prioridade do MDA para a democratização do conhecimento e geração de renda e ocupações no campo. O orçamento previsto para as ações de Ater, elaborado em 2002, era de apenas R\$3,88 milhões. O atual governo elevou esse orçamento para R\$21,4 milhões.

Educação na Reforma Agrária (Pronea)

A previsão para 2004 é possibilitar o acesso de 110 mil assentados ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Com os recursos de R\$30 milhões já assegurados para este ano, está garantido o acesso de 44,5 mil novos alunos. Em 2003 foram beneficiados 44.146 assentados da reforma agrária nas modalidades alfabetização e escolarização de jovens e adultos, técnicos profissionalizantes e cursos superiores.

Titulação Conjunta de Terras – Inclusão da Mulher

A Portaria que tornou obrigatória a titulação conjunta da terra e instituiu a igualdade de direitos entre homens e mulheres foi assinada pelo Incra em outubro do ano passado.

Essa era uma histórica reivindicação dos movimentos sociais porque apesar de prevista na Constituição de 1988, não existiam, até então, instrumentos legais que a tornasse obrigatória. De acordo com pesquisa realizada pela FAO/Unicamp, os homens detêm 87% dos títulos de terra da reforma agrária no país. Por outro lado, as mulheres respondem por 36% da produção da agricultura familiar, segundo dados do Incra.

Cestas Básicas para Acampados

No Governo Luta, até 30 de março de 2004 foram distribuídos mais de 1,250 milhão de cestas básicas aos trabalhadores rurais acampados, fatos inéditos na história da reforma agrária no País. As cestas básicas são fundamentais para atender famílias que aguardam o acesso à reforma agrária e está em estado de insegurança alimentar.

Programa Nacional de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural

Em 2003/2004, até o dia 12 de maio, foram beneficiadas 10.151 famílias, pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário.

No período 2003/2004, até 10 de maio de 2004, foram liberados R\$31 milhões para aquisição de ter-

ras. Os recursos beneficiaram 5.808 famílias em Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Foram liberados em 2003 e até 10 de maio de 2004, R\$52,7 milhões para aplicação em investimentos comunitários (infraestrutura básica, moradia, projetos produtivos etc.), beneficiando famílias nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Demarcação de Terras Remanescentes de Quilombos

O Incra publicou em abril Instrução Normativa regulamentando os procedimentos para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das áreas remanescentes de quilombos. Os Estados com maior demanda são Bahia, Maranhão, Pará e Minas Gerais. O processo de regularização já teve início no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural de Kalunga, localizado em Goiás. Dados oficiais apontam a existência de 743 áreas de remanescentes de quilombos no Brasil. A população, estimada em dois milhões de habitantes, estaria distribuída em 30 milhões de hectares. Apenas 72 comunidades quilombolas têm a titulação das suas terras.

Agricultura Familiar

No Brasil existem mais de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares _ o equivalente a 84% dos imóveis rurais do País. De cada dez trabalhadores do campo, sete estão ocupados em atividades familiares.

Cerca de 40% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBPA) do Brasil é produzido pela agricultura familiar. A atividade responde por grande parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros: 84% da mandioca, 70% do feijão, 58% da produção de suínos, 54% da bovinocultura de leite, 49% do milho, 40% de aves e ovos e 31% do arroz.

Plano Safra para Agricultura Familiar 2003/2004

Crédito Recorde

A oferta de crédito do primeiro Plano Safra para Agricultura Familiar da administração atual é recorde na história do País, com R\$5,4 bilhões garantidos para disponibilização. O valor é 40% superior à média dos anos anteriores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Os tetos de custeio e investimento das Linhas do Pronaf foram elevados 20%, em média. Os limites de financiamento das linhas Pronaf Mulher, Pronaf Jovem Rural, Pronaf Turismo Rural, Pronaf Agroecologia e

Pronaf Máquinas e Equipamentos foram elevados em cerca de 50%.

Entre julho de 2003 e abril de 2004 (nove meses do atual Plano Safra) foram contratados R\$4 bilhões por meio do Pronaf. O valor compreende 1,2 milhão de contratos. Nunca o Pronaf teve um volume tão alto de recursos efetivamente contratados (e não somente anunciados) em uma única safra. No mesmo período da safra passada (2002/2003), foram contratados R\$1,950 bilhão, totalizando 900 mil contratos.

No atual Plano Safra, portanto, houve um aumento de 105% no valor contratado, e de 33% no número de agricultores beneficiados pelo Pronaf.

Simplificação do Acesso ao Crédito

Com o apoio das instituições financeiras que operam o Pronaf foram tomadas medidas para desburocratizar o acesso aos financiamentos. Um exemplo é o Cartão Pronaf, que permite a contratação do crédito de maneira rápida e simples. O agricultor que pagar o financiamento até o prazo de vencimento terá seu crédito renovado por um período de até seis anos.

Dados de até março de 2004 apontam que os contratos do Pronaf na região Nordeste tiveram um aumento de 75% em relação ao ano safra anterior e 123% no volume de recursos. Já na região Norte o aumento foi de 124% no número de contratos e 175% no volume de recursos. No Centro Oeste, a ampliação foi de 99% nos contratos e 82% no total de recursos. Isso demonstra que o governo Lula está conseguindo descentralizar o acesso dos agricultores familiares ao crédito rural, principalmente nas regiões Norte e Nordeste _ as mais carentes do País.

Pronaf Máquinas e Equipamentos

Neste ano agrícola, mais de 40 mil agricultores familiares brasileiros modernizaram suas propriedades adquirindo máquinas e equipamentos que possibilitam safras de maior produtividade e mais rentáveis utilizando linhas de financiamento do Pronaf Máquinas e Equipamentos. Até fevereiro, mais de R\$250 milhões haviam sido repassados aos produtores com taxas de juros de 4% ao ano para que eles adquirissem tratores, colheitadeiras, máquinas de plantio direto, ordenhadeiras, espalhadores de adubo e calcário, entre outros equipamentos.

Medidas Emergenciais Contra a Seca no Sul do País

Ao todo, o Governo liberou R\$207 milhões para enfrentar as conseqüências da estiagem no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. O Governo Federal publicou na quinta-feira, 13 de maio, Portaria com a lista dos 431 municípios que

tiveram quebra de safra acima de 50% e entre 30 e 50%. Cerca de 130 mil agricultores do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, que sofreram perdas com a estiagem, superior a 50% da safra, vão receber R\$650 de desconto nos financiamentos de custeio, totalizando valor estimado em R\$80 milhões (antecipação para financiar a safra de inverno).

Garantia-Safra

O Garantia-Safra é um benefício social que visa garantir renda para a subsistência dos agricultores familiares do semi-árido brasileiro que perderam mais de 50% da plantação de arroz, feijão, milho, mandioca ou algodão. Na safra 2002/2003, 278 mil agricultores familiares aderiram ao seguro nos Estados do Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. O benefício, no valor de R\$475, foi pago a 61 mil agricultores, totalizando a liberação de R\$29 milhões. Foram atendidos os agricultores dos municípios do semi-árido que tiveram decretada situação de emergência ou estado de calamidade devido à seca, reconhecida pelo Governo Federal.

Em novembro de 2003 começaram as inscrições para a Garantia-Safra 2003/2004, cuja previsão é a adesão de até 550 mil agricultores familiares dos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Trata-se de um aumento de 97,6% em relação à safra anterior. O valor do benefício também subiu para R\$550,00.

Compras Públicas de Alimentos da Agricultura Familiar (MDA, MDS e Conab)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal já investiu mais de R\$160 milhões na compra de produtos da agricultura familiar desde que foi criado, em agosto de 2003. Com o objetivo de fortalecer os produtores familiares e utilizar os alimentos no Programa Fome Zero e em outros projetos sociais, o PAA beneficiou mais de 80 mil famílias nas cinco regiões do País, garantindo renda e preços justos aos agricultores familiares. Há duas semanas foram liberados mais R\$75 milhões para novas aquisições de alimentos produzidos pelos agricultores familiares brasileiros dentro do Programa de Aquisição de Alimentos, cuja operacionalização será realizada pela Conab.

Pronaf Infra-estrutura

Para 2004, R\$80 milhões serão destinados ao Pronaf Infra-estrutura, beneficiando, com investimentos e custeio, pelo menos 83 territórios. Os projetos estão em fase de elaboração nos estados. A partir deste ano, além da Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste Brasileiro (BNB) também estará operando os

recursos do Pronaf Infra-estrutura, facilitando o acesso e as operações. Em 2003, superaram a marca de R\$63 milhões os valores totais para investimento e custeio do Pronaf Infra-estrutura. Ainda no ano passado, foram aprovados Planos de Trabalho em 528 municípios por meio do Programa, sendo 55% dos recursos destinados a obras, investimentos e serviços que agregam valor à produção e geram ocupações produtivas no local, tais como: mercados e centros de comercialização; ampliação de agroindústrias; adequação de abatedouros; construção de armazéns e galpões; aquisição de veículos e equipamentos de informática para assistência técnica; zoneamento agroecológico; capacitação; fortalecimento da estrutura viária e aquisição de equipamentos de irrigação; entre outras. Os projetos já estão na Caixa Econômica Federal (CEF) para contratação.

Projeto Dom Helder Câmara

Até 31 de dezembro, os recursos aplicados no Projeto Dom Helder Câmara chegarão a R\$10 milhões. Em 2002 foi aplicado somente R\$1,5 milhão. Serão concluídas, até o final deste mês, as seguintes ações: construção de 2.000 cisternas de placas e 50 barragens subterrâneas; realização de 600 eventos de formação para a cidadania; assessoramento técnico a 5.400 famílias; 50 eventos de formação para mulheres; 60 projetos produtivos em áreas de assentamento e 500 eventos de capacitação para produção e comercialização. O projeto é resultado do acordo entre o governo brasileiro e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida).

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

Os dados aqui apresentados sobre as ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário demonstram que, mesmo reconhecendo que dezessete meses ainda é pouco tempo para imprimir mudanças que levem inversões de prioridades, os órgãos públicos federais vinculados à agricultura familiar têm buscado e conseguido um significativo fortalecimento para se tornarem capazes de articular e potencializar um conjunto de instrumentos (crédito, acompanhamento técnico, pesquisa, seguro, comercialização, agregação de valor, cooperativismo, entre outros) que efetivamente valorizam a agricultura familiar como agente econômico, que garantem a segurança alimentar do país, bem como a mudança do modelo e dos paradigmas de desenvolvimento.

Desse modo, estão dadas as condições para uma etapa de fortalecimento das condições de vida no campo.

As medidas tomadas pelo governo Lula no Programa Fome Zero e para a comercialização de produtos

da agricultura familiar, unida aos outros mecanismos já aqui elencados apontam uma suficiência para alterar o quadro que adveio do governo anterior.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

Prorrogo a sessão por mais 20 minutos, para que possamos ouvir os demais oradores.

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet e, em seguida, ao Senador Pedro Simon, para encerrarmos a sessão com chave de ouro.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, segunda-feira, estamos começando a semana. Quinta-feira será feriado. Portanto, tudo indica que haverá duas sessões deliberativas nesta semana, na terça e na quarta-feira, pois a sessão de sexta-feira nunca é deliberativa. Começo o meu pronunciamento dessa forma porque desejo, desta tribuna, fazer um apelo aos Líderes partidários, a fim de que cheguem a um entendimento e possamos votar as quatro medidas provisórias que estão trancando a pauta no Senado da República. Urge a desobstrução dessa pauta, pois há matérias importantes a serem votadas e acredito que, se não forem apreciadas até o dia 30 de junho, não o serão neste ano.

Pelo menos uma delas, a proposta de emenda à Constituição referente ao número de Vereadores dos Municípios brasileiros, ficará inteiramente prejudicada e, mais uma vez, decisões eleitorais, no ano da própria eleição, tumultuam o processo no País.

Sei que temos a lei de recuperação das empresas, o PPP – o Projeto da Participação Público-Privada – e outros projetos em andamento, mas a votação, até o dia 30 de junho, dessa proposta de emenda constitucional oriunda da Câmara é imperiosa, sob pena de prevalecer a resolução do Tribunal Superior Eleitoral.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são necessárias algumas explicações ao povo brasileiro.

A lei de 1996, de que fui Relator nesta Casa, foi votada e já houve as eleições de 1996 e de 2000, com o número de Vereadores hoje existente nos Municípios. A resolução do Tribunal Superior Eleitoral objetiva alterar esse número e tenho para mim que será muito difícil uma solução para essa matéria que realmente agrade a todos os Municípios brasileiros.

A resolução do Tribunal Superior Eleitoral estabelece o mínimo de nove Vereadores para os Municípios. Alguns deles, com 5 mil eleitores, têm 9 Vereadores; outros, com 50 mil eleitores, têm 10 Vereadores. Esse número seria reduzido de 15 para 10, o que não me parece, positivamente, ser o ideal para a representação política nos nossos Municípios.

A contrapor-se a essa resolução, que reduz para oito mil o número de Vereadores no nosso País, há um projeto da Câmara que o reduz para cinco mil e outro do Senado, sem perspectivas de ser aprovado, para três mil.

Tenho a nítida impressão de que, se trabalharmos rapidamente e se houver consenso das lideranças políticas no Senado, poderemos aprovar o projeto da Câmara. É preciso esclarecer a opinião pública de que, se esse projeto for aprovado, isso vai gerar uma economia estimada em cerca de 430 milhões por ano.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Ramez Tebet, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Pois não. Tem V. Ex^a o aparte, Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Ramez Tebet, interrompo o seu pronunciamento apenas para fazer uma consulta, para pedir um esclarecimento: o Tribunal Superior Eleitoral vai realmente baixar uma nova resolução sobre o número de Vereadores a partir do dia 10, quando se iniciam as convenções, ou o fará somente a partir do dia 30? Se for esse o caso, teremos muito mais tempo; do contrário, o prazo será encerrado quinta-feira. É importante V. Ex^a nos dar essa informação, se tiver condições. Devo dizer, também, que sou solidário ao discurso de V. Ex^a. Na sexta-feira, fiz um apelo para que fizéssemos um esforço concentrado a fim de aprovarmos essas matérias que V. Ex^a menciona e explica agora.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Senador Garibaldi Alves Filho, saiba que, se eu não tivesse ouvido o seu pronunciamento de apoio ao projeto da Câmara, talvez eu recusasse, porque sua palavra é sempre ouvida aqui.

Tendo V. Ex^a se pronunciado a favor do projeto da Câmara que reduz o número de Vereadores em todo o Brasil para cinco mil, reduzindo o gasto e o repasse do Executivo para o Poder Legislativo municipal – e, sendo aprovado esse projeto, haverá economia, é preciso deixar isso claro para a opinião pública –, tenho mais tranquilidade.

Na minha opinião, Senador, essa data de 10 de junho está sugerida mas não é impositiva, tenho certeza, porque as convenções partidárias irão até o dia 30 de junho. Portanto, nada obsta que essa matéria seja aprovada nos dias 15, 16, 17, 18 ou 19. Se aprovarmos essa proposta de emenda à Constituição da Câmara dos Deputados num esforço concentrado, como sugeriu e no que concordo com V. Ex^a, o Tribunal Superior Eleitoral terá condições de baixar a chamada resolução, regulamentando a matéria.

Se tudo isso não bastasse, para os Partidos políticos que realizarem as convenções no dia 15 ou dia

16, com a PEC não aprovada, ainda terão saída. Eles poderão dizer: “Estamos fazendo a convenção com base na resolução vigente. Se a PEC for aprovada, vamos transferir para a Executiva do Partido a responsabilidade de completar o número de Vereadores, no caso daqueles Municípios que tenham acréscimo”. Ou, então, eles podem realizar a convenção e, havendo a aprovação da PEC no dia 29 de junho – embora pense que, se fizermos um esforço concentrado, isso não será necessário –, haverá solução, porque o Tribunal poderá regulamentar a matéria rapidamente, dada a sua eficiência. Ele próprio estabelecerá a data e prorrogará o prazo para que as convenções se completem.

Não podemos ficar com a resolução do Tribunal Superior Eleitoral, porque vai haver um prejuízo na maioria dos Municípios. O projeto da Câmara dos Deputados é mais viável que a decisão do Tribunal Superior Eleitoral.

V. Ex^{as} sabem o respeito que tenho pelo Tribunal Superior Eleitoral, mas o Brasil não pode continuar modificando leis eleitorais em ano de eleição. Estávamos tranqüilos no que diz respeito ao número de vereadores existentes, não fora à decisão do Tribunal Superior Eleitoral. A verdade é essa.

Então, há um clamor dos Municípios, por se sentirem desprestigiados com a redução do número de vereadores. Sr. Presidente, suponhamos que um Município trabalhe com quinze vereadores, e, de repente, esse número passe para dez; ora, o Município vizinho, com até seis mil eleitores – como o exemplo que citei –, tem nove vereadores, porque esse é o número mínimo. Então, a desproporção é muito grande.

O projeto deve ser uniforme e precisa contemplar os Municípios. Estou defendendo essa idéia aqui no Senado da República e pedindo – nos moldes de V. Ex^a, Senador Garibaldi Alves Filho – que façamos um esforço concentrado. Para isso, precisamos da colaboração, meu caro Presidente Efraim Morais, dos Líderes partidários, para que concordem, por exemplo, com aquela fórmula do interstício aplicada quando V. Ex^a presidia a Câmara dos Deputados, e eu, modestamente, esta Casa, o Senado da República.

É possível, sim, esse projeto. Volto a afirmar: o projeto da Câmara dos Deputados, além de fazer mais justiça à representação dos Municípios, concorre para uma economia de cerca de R\$430 milhões. Então, não há por que não o aprovarmos, embora tenha sido aprovado naquela Casa por uma margem pequena, é verdade, na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. Foram dez votos a oito.

Sr. Presidente, vou encerrar o meu pronunciamento, pois me parece que meu tempo já está ultrapassado, e estamos fazendo um grande esforço para

que todos tenham a oportunidade de falar. Mas o meu objetivo, ao fazer este apelo pela aprovação desta lei, é ajudar os Municípios brasileiros e suas representações políticas. Quanto a isso, se houvesse aumento de despesa, certamente eu não estaria nesta tribuna; mas, como existem recursos, estou aqui para defender a representação política dos Municípios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, que disporá do tempo regimental até o encerramento da sessão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado pela gentileza, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, neste cenário nacional em que nos encontramos, existem estatísticas aparentemente favoráveis na política macroeconômica – e vejo, com muita simpatia, os discursos aqui proferidos pela nobre Líder do PT e pelo ilustre Senador que me antecedeu, Ramez Tebet. Foram discursos bem elaborados, que demonstram que a equipe de divulgação começou a funcionar muito bem, depois da reunião em que o Presidente da República exigiu que os Ministérios divulgassem mais suas realizações. Nessa ocasião, Sua Excelência também criticou os Ministérios que afirmam que não têm dinheiro, mas, segundo o Presidente Lula, não gastam nem 10% do dinheiro disponível. Se os relatórios apresentados pela Líder e pelo Senador mostram tanta coisa feita com 1% do Orçamento, imaginem quando os Ministros passarem a se utilizar de todo o montante destinado a S. Ex^{as}. Considero muito boa a decisão de, a partir de agora, vermos as realizações no papel, e será melhor ainda quando forem obras concretas.

Pois bem, retomando à leitura, as notícias de que as coisas vão bem contrapõem-se com dados que revelam as dificuldades em que se encontra o setor produtivo nacional.

Um exemplo que trago à reflexão da Casa de empresa saudável que enfrenta dificuldades é o da Companhia de Petróleo Ipiranga. Fundada no Rio Grande do Sul na década de 30, a empresa é motivo de orgulho para o Brasil. Assim como a Varig foi pioneira na aviação, a Ipiranga foi pioneira no refinamento do petróleo.

Exatamente na cidade de Rio Grande, não em São Paulo ou outro lugar, é que foi nascer a companhia que, durante muito tempo, vem operando com desempenho excepcional, embora proibida de se desenvolver. Desde a criação do monopólio do petróleo e a criação da Petrobras, teve que usar o dinheiro, as verbas e seus lucros em uma infinidade de outras rea-

lizações, como hotéis, porque foi impedida de crescer e de se desenvolver ainda mais.

De forma geral, a indústria nacional se queixa da escassez da oferta de crédito para investimentos, dos juros altos, da falta de incentivo, dos problemas gerados por uma burocracia ineficiente e das imperfeições da legislação. Praticamente todos os setores da indústria se debatem com problemas dessa ordem.

No caso da Ipiranga, a dificuldade está ligada ao mercado internacional do petróleo. O alto preço a que chegou o barril de óleo, com impacto estrondoso na economia da empresa, é apenas parte do problema.

O outro aspecto se refere a uma restritiva legislação nacional que gera problemas ainda maiores, ameaçando a própria sobrevivência da empresa.

A bancada gaúcha levou o problema à consideração do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por meio de ofício em que apresenta as reivindicações da refinaria Ipiranga. Passo a ler a carta escrita pela refinaria, pedindo que seja inserida nos Anais desta Casa e que siga novamente ao Presidente da República e, de modo muito especial, à Ministra de Minas e Energia.

Excelentíssimo Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva,

Desde março de 2004, os preços do petróleo, no mercado internacional, crescem assustadoramente. No último mês de abril, foi superado o patamar de US\$40 por barril. No Brasil, os preços dos derivados de petróleo estão baseados em US\$31/US\$32 o barril importado, provocando perdas vultosas às refinarias privadas.

Estas refinarias reivindicam medidas urgentes junto ao Governo Federal para manterem seus parques em atividade. A refinaria Ipiranga, situada no porto do Município de Rio Grande, já reduziu em 40% a sua produção e aproxima-se o risco de suspender, definitivamente, suas operações. Isto causaria grande prejuízo para a economia do Estado do Rio Grande do Sul, inclusive gerando vultoso desemprego no extremo sul do País.

Análises técnicas de mercado mostram que precisam ser tomadas, a curtíssimo prazo, as medidas enumeradas a seguir para solucionar o problema:

1. A aquisição de petróleo, pelas refinarias, pelo valor correspondente aos preços das vendas dos subprodutos no mercado interno;

2. utilização da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), para o ressarcimento das perdas das refinarias privadas, sabendo-se que esta tributação é arrecadada pelas refinarias sobre os subprodutos do petróleo e foi instituída tendo como uma

de suas finalidades a de subsidiar os preços desses produtos pelo Governo;

3. prestação de serviços das refinarias privadas à Petrobras.

Por isto, solicitamos a Vossa Excelência a análise atenciosa da situação das refinarias privadas e as alternativas propostas para solução de suas dificuldades, colocando-nos à disposição para ampliarmos os debates acerca do assunto.”

Sr^{as} e Srs. Senadores, a história da Ipiranga é fascinante. Peço licença para um breve resumo da saga da família Tellechea e seus associados na idealização, construção e consolidação de um empreendimento que se revelou altamente competitivo e orgulha a própria história do capitalismo brasileiro.

A Ipiranga é uma empresa pioneira. Fundada em 1937, na cidade gaúcha de Rio Grande, no sul do Estado, cresceu e se transformou num dos principais complexos industriais brasileiros.

Sua trajetória iniciou quatro anos antes, quando o pecuarista e comerciante brasileiro João Francisco Tellechea se uniu a três sócios argentinos com o sonho de produzir derivados de petróleo para comercializar no Rio Grande do Sul. A unidade empresarial original, a Destilaria Rio-Grandense, foi instalada em Uruguaiana, cidade na fronteira com a Argentina, distante cerca de 700 quilômetros de Porto Alegre.

A Ipiranga, em seus primórdios, abastecia um mercado restrito às poucas unidades fabris, principalmente têxteis, que formavam o pequeno parque industrial gaúcho instalado em Porto Alegre, Novo Hamburgo e Pelotas, além de Rio Grande. Seus idealizadores, porém, estavam certos de que, nas décadas seguintes, o Estado e o País experimentariam um crescimento industrial vigoroso e acelerado.

Apostaram no futuro, como tantos empreendedores que arriscaram suas economias no sonho de desenvolvimento do País.

O cenário mundial apontava para uma revolução tecnológica liderada pelo setor petrolífero. A gasolina, o querosene e o óleo diesel moviam o mundo: automóveis, aviões, navios, máquinas e equipamentos diversos, as viagens e os negócios dependiam do então chamado “ouro negro”.

Nesse quadro, o Rio Grande do Sul se fazia presente com a refinaria Ipiranga, um negócio extremamente promissor e lucrativo. Os recursos eram próprios, os equipamentos argentinos, os técnicos mais especializados contratados no exterior e matéria-prima importada do Equador. Era só começar a trabalhar.

Um ano depois de inaugurada, no entanto, surgiu o primeiro grande obstáculo. A Segunda Guerra Mundial já se desenrolava na Europa e o Governo argentino proibiu a utilização dos portos de Buenos Aires para transbordo do óleo equatoriano até a destilaria de Uruguaiana.

Na busca de uma alternativa viável para o transporte do petróleo, os proprietários da refinaria uniram-

se a um grupo de empresários uruguaioi e formaram uma nova empresa: a Ipiranga S/A – Companhia Brasileira de Petróleo. O local escolhido para a instalação do empreendimento foi o porto de Rio Grande.

Desde o início atribulado e pleno de incertezas quanto ao futuro – o que ocorre, aliás, até hoje com qualquer empreendimento produtivo de risco no Brasil –, a Ipiranga conseguiu superar os obstáculos e inscreveu sua marca no mercado brasileiro.

Empresa regional, a Ipiranga estava distante dos centros de decisão das políticas nacionais para o setor. As cinco distribuidoras concorrentes estrangeiras levavam vantagem porque se reuniam frequentemente com o extinto Conselho Nacional de Petróleo e planejavam sua estratégia com antecedência. A Ipiranga sequer era convidada para participar desses encontros.

A empresa decidiu então que precisaria crescer e alcançar dimensões nacionais para ser ouvida junto aos órgãos federais de decisão. O meio encontrado foi investir na compra de uma das distribuidoras estrangeiras, e a empresa escolhida foi a norte-americana Gulf Oil Corporation. Detentora de 6% do mercado nacional de distribuição de derivados de petróleo e uma rede de 500 postos em todo o País, constituía a empresa ideal para robustecer a Ipiranga.

O negócio foi fechado e causou grande surpresa. Afinal, pela primeira vez uma empresa brasileira e rio-grandense comprava um conglomerado norte-americano do petróleo, setor onde as cifras giravam em torno de bilhões de dólares anuais. A incorporação da Gulf Oil contribuiu ainda mais para a modernização técnica, administrativa e gerencial da Ipiranga.

Desde então, a refinaria vem enfrentando toda uma sorte de atribulações e obstáculos. Chegou a estar ameaçada de encampação, mas conseguiu seguir em frente. A Ipiranga cresceu muito, diversificou sua atividade e se espalhou pelo Brasil.

A partir de 1968, com a inauguração da refinaria Alberto Pasqualini, em Canoas, no Rio Grande do Sul, a Ipiranga experimentou novo impulso. Entrou no setor de revendas e logo ocupava posição de destaque, controlando 28% do mercado gaúcho.

Foi quando a empresa, agora batizada de Empresas de Petróleo Ipiranga, decidiu diversificar seus negócios. Partiu para a hotelaria, para o setor da indústria de pesca, processamento de dados, aviação agrícola, corretagem de seguros, indústria do couro, agropecuária, fruticultura, defensivos e fertilizantes agrícolas, setor químico, asfalto e reflorestamento.

Nesse processo, a Ipiranga contribuiu fortemente para o desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul e do Brasil, gerando riqueza e empregos em diferentes setores da economia.

Em 1993, no auge de suas atividades, comprou mais uma empresa norte-americana, a Atlantic, depois de uma década de negociações. O impacto dessa incorporação foi imediato. A capacidade de comercialização da Ipiranga praticamente dobrou, passando de

seis para onze bilhões de litros/ano. Sua participação no mercado nacional seguiu o mesmo ritmo: ampliou-se de 10,1% para 19,5%, enquanto a rede de postos de serviço tornou-se a segunda maior do País, com 5,6 mil pontos comerciais.

Essa trajetória de sucesso foi compartilhada também com a comunidade rio-grandense. Os louros de uma jornada empresarial que deixou o País admirado serviram também para dar sustentação à atuação solidária da Ipiranga junto às comunidades carentes, no melhor espírito da parceria social tão estimulada atualmente.

A criação da Fundação Francisco Martins Bastos, em 1993, representou um marco na relação da companhia com seus empregados, com a implantação de um sistema de aposentadoria complementar.

No plano externo, a empresa participou ou patrocinou diversas ações em benefício das populações mais pobres. Hoje, a companhia custeia os estudos de cinco mil adolescentes em 14 municípios das regiões Norte e Nordeste e desenvolve programas sociais no Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. Para citar alguns: Parceiros Voluntários, Projeto Pescar, Programa Pró-Saber, Fundo Municipal da Criança, Fundação Abrinq e Solidariedade Brasil-França, Programa de Capacitação de Educadores e Agentes de Saúde.

Enfim, atualmente, a Ipiranga se prepara para enfrentar os desafios do futuro. Mudanças na legislação, que alteraram a forma de atuação das empresas do setor, trazem novas perspectivas. O fim do monopólio da Petrobras na exploração, refino, transporte, importação e exportação permite que a iniciativa privada participe dessas atividades.

A Ipiranga está qualificada para atuar sob essas novas condições e participar plenamente desse novo ciclo de expansão da indústria brasileira de petróleo.

Essa é a saga de uma empresa brasileira que se debate com os problemas naturais das atividades, mas que também encontra dificuldades de outra ordem, que podem e devem ser analisadas pelo Governo.

Final, está em jogo o futuro não apenas de mais uma companhia, uma empresa com uma história tão significativa, como também estão ameaçados milhares de empregos numa região com problemas sociais já suficientemente graves.

Veja, Sr. Presidente, a importância e o significado da situação dessa empresa, que tem história, que se desenvolveu, progrediu e mostra o pioneirismo de muitos brasileiros, e de modo especial a essas pessoas que, sem petróleo, sem consumo, lá em Uruguaiana, no extremo Sul do Brasil, na fronteira com a Argentina, tiveram a visão, a competência e a capacidade de criar a refinaria e de buscar, quando nem havia petróleo no País, as possibilidades de produzi-lo aqui no Brasil. O problema é complexo, mas simples, na minha opinião. A verdade é que, importando petróleo ao preço internacional, enquanto a Petrobras tem condições de vender aos preços que produz, não mais equiparando

aos preços internacionais, a empresa está perdendo praticamente todo dia, vendendo com prejuízo, não apenas parando a produção por uma questão de respeito e carinho aos seus funcionários e à sua tradição.

A extraordinária companheira Dilma Rousseff, Ministra de Minas e Energia, competente e capaz – diga-se de passagem –, marcou para amanhã, às 19h30min, uma reunião, ocasião em que receberá a Diretora-Presidente do Grupo Ipiranga, a extraordinária companheira Elizabeth Tellechea, para debaterem e discutirem essa matéria. Tenho certeza de que a Ministra, que chegou hoje da China e marcou a reunião exatamente para amanhã, não só haverá de ouvir as argumentações apresentadas pela Sr^a Elizabeth Tellechea, Presidente do Grupo, como também tenho a convicção de que a carta assinada por todos os Parlamentares do Sul, Senadores e Deputados, e entregue ao Presidente da República, haverá de trazer uma resposta, que deve ser urgente, porque a empresa está perdendo, dia-a-dia, uma quantia e a capacidade de manutenção do serviço como está perdendo sua capacidade de manutenção do serviço. Parte do equipamento já está paralisado. A empresa mantém o restante produzindo, para preservar seu nome e não sair do mercado.

Sr. Presidente, fico feliz em saber que o assunto estará nas mãos da Ministra Dilma Rousseff. S. Ex^a é capaz, competente, de muitas qualidades. Já lhe disse isso pessoalmente, na reunião que tivemos com a Bancada gaúcha em outra situação. A Ministra tem a credibilidade de todo o Brasil.

É interessante notar a forma como S. Ex^a foi escolhida Ministra de Minas e Energia. Quando se estava preparando o plano de Governo do Presidente Lula, havia vários grupos de trabalho, e, no de energia, estava a Dr^a Dilma Rousseff. A sua disposição, competência, capacidade na elaboração do programa fez com que seu nome crescesse naturalmente. Os membros que faziam parte do grupo e os que assistiam disseram que a Dr^a. Dilma teria de ser a Ministra, porque conhecia o assunto.

S. Ex^a foi escolhida pela competência e pela capacidade. É por isso que vemos, no dia-a-dia dos trabalhos do seu Ministério, que S. Ex^a, apesar do debate, das críticas, da confusão aqui ou acolá no Governo, leva adiante, com um esforço enorme, para que as questões sejam resolvidas.

Que V. Ex^a, Dr^a Dilma Rousseff, seja feliz amanhã, encontrando uma solução para a Ipiranga. V. Ex^a sabe do carinho, do amor e do respeito que temos pela Ipiranga. Aliás, o Rio Grande vem sofrendo ultimamente. Sofre por uma empresa pioneira que foi das mais tradicionais da história deste País, a Varig. Haveremos de vir, em outro pronunciamento, mostrar a crueldade do Governo Federal com relação à Varig, desde que assumiu a Presidência da República o Sr. Fernando Collor de Mello, o que culminou com as privatizações.

Todos os grandes países do mundo têm uma empresa internacional: os Estados Unidos, a Alemanha, a França, a Itália, o Japão. O Brasil resolveu abrir, sem preparo, e deu-se a confusão. Sofremos muito e estamos sofrendo com a Varig.

A outra é a Ipiranga, que veio desenvolvendo-se. Ao longo da sua história, quis crescer e cresceu, desenvolveu-se, mas teve que ir para os mais variados setores, porque aumentar a produção de gasolina e de gás era proibido, o monopólio proibía. Pois, agora, no meio do seu trabalho, da sua ação, vem uma decisão dessa natureza, que é fácil de entender: o preço do petróleo no exterior está a US\$40 o barril. Felizmente, hoje a Petrobras não faz com que o preço aumente no País quando é aumentado lá fora. Isso foi feito ao longo do tempo e da história. Aumentava-se lá fora, aumentava-se aqui.

O Brasil, hoje, é quase auto-suficiente. Diz-se que, no ano que vem, seremos auto-suficientes na produção de petróleo. Atualmente, existe a vantagem de que as crises do petróleo, que faziam a inflação estourar no Brasil, não acontecem mais, nem estão ocorrendo agora. O petróleo está US\$40 lá fora, mas aqui se mantém. Para a Petrobras está tudo bem, mas há uma disposição que a impede de vender o petróleo para a Ipiranga. Se a Ipiranga comprasse o petróleo da Petrobras, a questão estaria resolvida. Não, tem que importar. Então, a Ipiranga importa a US\$40, produz a US\$40 e depois vai concorrer com a Petrobras, que vende a um preço muito inferior.

A solução tem que ser encontrada. É lógico e racional que algo precisa ser feito, e tenho a convicção absoluta de que a Ministra Dilma Rousseff encontrará a saída.

Meus cumprimentos à D. Elizabeth Tellechea, mulher de garra e luta, Presidente do Grupo Ipiranga, pelo esforço que tem emvidado e pelo trabalho que tem desenvolvido.

Agradeço ao Presidente Lula e à sua Ministra a solução que – tenho a mais absoluta certeza – haverá de encontrar.

Sr. Presidente, obrigado pela tolerância.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR PEDRO SIMON EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Ipiranga

Senhoras e Senhores,

Neste cenário nacional em que nos encontramos, ao lado de estatísticas aparentemente favoráveis na política macro-econômica, se contrapõem outros dados que revelam as dificuldades em que se encontra o setor produtivo nacional.

Um exemplo de uma empresa saudável que enfrenta dificuldades, que trago à reflexão desta Casa é o da Companhia de Petróleo Ipiranga.

De uma forma geral, a indústria nacional se queixa da escassez da oferta de crédito para investimentos, dos juros altos, da falta de incentivo, dos problemas gerados por uma burocracia ineficiente e das imperfeições da legislação. Praticamente todos os setores da indústria se debatem com problemas dessa ordem.

No caso da Ipiranga, refinaria criada no Rio Grande do Sul na década de 30 e que vem operando com um desempenho excepcional, a dificuldade está ligada ao mercado internacional do petróleo. O alto preço a que chegou o barril de óleo, com um impacto estrondoso na economia da empresa, é apenas uma parte do problema.

O outro aspecto se refere a uma restritiva legislação nacional que gera problemas ainda maiores, ameaçando a própria sobrevivência da empresa.

A Bancada Gaúcha levou o problema à consideração do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por meio de ofício em que apresenta as reivindicações da refinaria Ipiranga.

A carta está nos seguintes termos:

“Excelentíssimo Senhor

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Desde março de 2004, os preços do petróleo, no mercado internacional, crescem assustadoramente. No último mês de abril, foi superado o patamar de US\$ 40 por barril. No Brasil, os preços dos derivados de petróleo estão baseados em US\$ 31/US\$32 o barril importado, provocando perdas vultosas às refinarias privadas.

Estas refinarias reivindicam medidas urgentes junto ao Governo Federal para manterem seus parques em atividade. A refinaria Ipiranga, situada no porto do município de Rio Grande, já reduziu em 40% a sua produção e aproxima-se o risco de suspender, definitivamente, suas operações. Isto causaria grande prejuízo para a economia do estado do Rio Grande do Sul, inclusive, gerando vultoso desemprego no extremo sul do país.

Análises técnicas de mercado mostram que precisam ser tomadas, a curtíssimo prazo, as medidas enumeradas a seguir para solucionar o problema:

1. A aquisição de petróleo, pelas refinarias, pelo valor correspondente aos preços das vendas dos subprodutos no mercado interno;

2. Utilização da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), para o ressarcimento das perdas das refinarias privadas.

Sabendo-se que esta tributação é arrecadada pelas refinarias, sobre os subprodutos do petróleo e, foi instituída tendo como uma de suas finalidades, a de subsidiar os preços desses produtos pelo Governo;

3. Prestação de serviços das refinarias privadas à Petrobras.

Por isto, solicitamos a Vossa Excelência a análise atenciosa da situação das refinarias privadas e as alternativas propostas para solução de suas dificuldades, colocando-nos à disposição para ampliarmos os debates acerca do assunto.”

Sr^{as}. e Srs., a história da Ipiranga é fascinante. Peço licença para um breve resumo da saga da família Tellechea e seus associados na idealização, construção e consolidação de um empreendimento que se revelou altamente competitivo e orgulha a própria história do capitalismo brasileiro.

A Ipiranga é uma empresa pioneira. Fundada em 1937, na cidade gaúcha de Rio Grande, no sul do estado, cresceu e se transformou num dos principais complexos industriais brasileiros.

Sua trajetória iniciou quatro anos antes, quando o pecuarista e comerciante brasileiro João Francisco Tellechea se uniu a três sócios argentinos com o sonho de produzir derivados de petróleo para comercializar no Rio Grande do Sul. A unidade empresarial original, a Destilaria Rio-Grandense, foi instalada em Uruguaiana, cidade na fronteira com a Argentina, distante cerca de 700 quilômetros de Porto Alegre.

A Ipiranga, em seus primórdios, abastecia um mercado restrito às poucas unidades fabris, principalmente têxteis, que formavam o pequeno parque industrial gaúcho instalado em Porto Alegre, Novo Hamburgo e Pelotas, além de Rio Grande. Seus idealizadores, porém, estavam certos de que nas décadas seguintes, o estado e o país experimentariam um crescimento industrial vigoroso e acelerado.

Apostaram no futuro, como tantos empreendedores que arriscaram suas economias no sonho do desenvolvimento do país.

O cenário mundial apontava para uma revolução tecnológica liderada pelo setor petrolífero. A gasolina, a querosene e o óleo diesel moviam o mundo: automóveis, aviões, navios máquinas e equipamentos diversos, as viagens e os negócios dependiam do então chamado “ouro negro”.

Nesse quadro, o Rio Grande do Sul se fazia presente com a refinaria Ipiranga, um negócio extremamente promissor e lucrativo. Os recursos eram próprios, os equipamentos argentinos, os técnicos mais especializados contratados no exterior e matéria-prima importada do Equador. Era só começar a trabalhar.

Um ano depois de inaugurada, no entanto, surgiu o primeiro grande obstáculo. A Segunda Guerra Mundial já se desenrolava na Europa e o governo argentino proibiu a utilização dos portos de Buenos Aires para transbordo do óleo equatoriano até a destilaria de Uruguaiana.

Na busca de uma alternativa viável para o transporte do petróleo, os proprietários da refinaria uniram-se a um grupo de empresários uruguaiois e formaram uma nova empresa: a Ipiranga S/A – Companhia Brasileira de Petróleo. O local escolhido para a instalação do empreendimento foi o porto de Rio Grande.

Desde o início atribulado e pleno de incertezas quanto ao futuro – o que ocorre aliás até hoje com qualquer empreendimento produtivo de risco no Brasil – a Ipiranga conseguiu superar os obstáculos e inscreveu sua marca no mercado brasileiro.

Empresa regional, a Ipiranga estava distante dos centros de decisão das políticas nacionais para o setor. As cinco distribuidoras concorrentes estrangeiras levavam vantagem porque reuniam-se freqüentemente com o extinto Conselho Nacional de Petróleo e planejavam sua estratégia com antecedência. A Ipiranga sequer era convidada para participar desses encontros.

A empresa decidiu então que precisaria crescer e alcançar dimensões nacionais para ser ouvida junto aos órgãos federais de decisão. O meio encontrado foi investir na compra de uma das distribuidoras estrangeiras e a empresa escolhida foi a norte-americana Gulf Oil Corporation. Detentora de 6% do mercado nacional de distribuição de derivados de petróleo e uma rede de 500 postos em todo o país, constituía a empresa ideal para robustecer a Ipiranga.

O negócio foi fechado e causou grande surpresa. Afinal, pela primeira vez uma empresa brasileira e rio-grandense comprava um conglomerado norte-americano do petróleo, setor onde as cifras giravam em torno de bilhões de dólares anuais. A incorporação da Gulf Oil contribuiu ainda mais para a modernização técnica, administrativa e gerencial da Ipiranga.

Desde então, a refinaria vem enfrentando toda uma sorte de atribulações e obstáculos. Chegou a estar ameaçada de encampação, mas conseguiu seguir em frente. A Ipiranga cresceu muito, diversificou sua atividade e se espalhou pelo Brasil.

A partir de 1968, com a inauguração da Refinaria Alberto Pasqualini, em Canoas, no Rio Grande do Sul, a Ipiranga experimentou novo impulso. Entrou no setor de revendas e logo ocupava posição de destaque controlando 28% do mercado gaúcho.

Foi quando a empresa, agora batizada de Empresas de Petróleo Ipiranga decidiu diversificar seus negócios. Partiu para a hotelaria, para o setor da indústria da pesca, processamento de dados, aviação agrícola, corretagem de seguros, indústria do couro, agropecuária, fruticultura, defensivos e fertilizantes agrícolas, setor químico, asfalto e reflorestamento.

Nesse processo, a Ipiranga contribuiu fortemente para o desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul e do Brasil, gerando riqueza e empregos em diferentes setores da economia.

Em 1993, no auge de suas atividades, comprou mais uma empresa norte-americana, a Atlantic, depois

de uma década de negociações. O impacto dessa incorporação foi imediato. A capacidade de comercialização da Ipiranga praticamente dobrou, passando de SEIS PARA ONZE BILHÕES DE LITROS/ANO. Sua participação no mercado nacional seguiu o mesmo ritmo: ampliou-se de 10,1% para 19,5%. Enquanto a rede de postos de serviço se tornou a segunda maior do país, com 5.600 pontos comerciais.

Essa trajetória de sucesso foi compartilhada também com a comunidade rio-grandense. Os louros de uma jornada empresarial que deixou o país admirado serviram também para dar sustentação à atuação solidária da Ipiranga junto às comunidades carentes, no melhor espírito da parceria social tão estimulada atualmente.

A criação da Fundação Francisco Martins Bastos, em 1993, representou um marco na relação da companhia com seus empregados com a implantação de um sistema de aposentadoria complementar.

No plano externo, a empresa participou ou patrocinou diversas ações em benefício das populações mais pobres. Hoje, a companhia custeia os estudos de cinco mil adolescentes em 14 municípios da região norte-nordeste e desenvolve programas sociais no Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. Para citar alguns: Parceiros Voluntários, Projeto Pescar, Programa Pró-Saber, Fundo Municipal da Criança, Fundação Abrinq e Solidariedade Brasil-França, Programa de Capacitação de Educadores e Agentes de Saúde.

Enfim, atualmente, a Ipiranga se prepara para enfrentar os desafios do futuro. Mudanças na legislação que alteraram a forma de atuação das empresas do setor, trazem novas perspectivas. O fim do monopólio da Petrobrás na exploração, refino, transporte, importação e exportação permite que a iniciativa privada participe dessas atividades.

A Ipiranga está qualificada para atuar sob essas novas condições e participar plenamente desse novo ciclo de expansão da indústria brasileira de petróleo.

Essa é a saga de uma empresa brasileira que se debate com os problemas naturais da atividade, mas que também encontra dificuldades de outra ordem que podem e devem ser analisadas pelo governo.

Afinal, está em jogo o futuro não apenas de mais uma companhia, uma empresa com uma história tão significativa, como também estão ameaçados milhares de empregos numa região com problemas sociais já suficientemente graves.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)
– Sobre a mesa, avisos que serão lidos pelo 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

São lidos os seguintes:

AVISO

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Aviso nº 12, de 2004-CN (nº 747-SGS-TCU/2004, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional có-

pia do Acórdão nº 558, de 2004 - TCU (Plenário), com os respectivos Relatório e Proposta de Deliberação que os fundamentam, referente à auditoria nas obras de “Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia” – Tocantins – BR-080/GO – Padre Bernardo – Uruaçu – São Miguel do Araguaia”, Programa de Trabalho n. 26.782.0237.5730.0109.

Aviso nº 13, de 2004-CN (nº 818-SGS-TCU/2004, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 592, de 2004 - TCU (Plenário), com os respectivos Relatório e Proposta de Deliberação que os fundamentam, referente à auditoria nas obras de “Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia” – Tocantins – BR – 080/GO – Padre Bernardo – Uruaçu – São Miguel do Araguaia”, Programa de Trabalho n. 26.782.0237.5730.0109.

Aviso nº 14, de 2004-CN (nº 843-SGS-TCU/2004, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 638, de 2004 - TCU (Plenário), com os respectivos Relatório e Voto que os fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras relativas ao Programa de Trabalho 26.782.0236.1354.0002 – Construção de Trechos Rodoviários na BR-364, no Estado do Mato Grosso – Construção do Trecho Diamantino-Sapezal-Comodoro.

Aviso nº 15, de 2004-CN (nº 844-SGS-TCU/2004, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 645, de 2004 - TCU (Plenário), com os respectivos Relatório e Voto que os fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de Construção de Trechos Rodoviários na BR-429 no Estado de Rondônia Construção do Trecho Presidente Médici – São Miguel do Guaporé.

Aviso nº 16, de 2004-CN (nº 890-SGS-TCU/2004, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 650, de 2004 - TCU (Plenário), com os respectivos Relatório e Voto que os fundamentam, referente à Auditoria Especial CGU-CE nº 119355, dando conta de supostas irregularidades nos procedimentos licitatórios (Concorrência nº 20/2002) que resultaram no Contrato nº PGE-46/2002 para a execução das obras civis, fornecimento e montagem dos equipamentos da 2ª Etapa do Perímetro de Irrigação do Baixo Acaraú.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)
– Os avisos lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)
– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 704, DE 2004

Requeremos nos termos do artigo 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa as seguintes homenagens pelo falecimento do George Lederman no dia 4-6-04 na cidade de Recife.

- a) inserção de ata de um voto de profundo pesar;
 - b) apresentação de condolências a família
- Sala das Sessões, 7 de junho de 2004. – **Cristovam Buarque.**

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– Os Srs. Senadores Mozarildo Cavalcanti, Antero Paes de Barros, Leonel Pavan e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna para manifestar minha preocupação sobre o futuro da Fundação Nacional do Índio – Funai, que está sendo questionada em sua atuação.

Em setembro de 2003, o ex-Presidente da Funai, Sr. Eduardo Almeida, em depoimento público na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados, denunciou a existência de máfias atuando em vários níveis da instituição.

A denúncia é grave, porque, segundo o autor, as quadrilhas existentes no interior do órgão são controladas por políticos e empresários ligados ao setor de exploração de madeira e ao garimpo, e contam com a ajuda de alguns índios.

Segundo o denunciante, a cadeia de irregularidades começa com os índios que agem junto à Funai para garantir a preservação das áreas desejadas pelos políticos e pelos empresários. Ele afirma que as pressões são fortes por parte dos indígenas sobre a Funai.

Comentando sobre os índios, diz que são totalmente manipulados pelas conveniências econômicas em jogo. São induzidos ao consumo do álcool, de drogas e de alguns trocados para garantir as áreas desejadas pelos criminosos. O objetivo principal é assegurar a manutenção das reservas minerais para futura exploração por parte de grupos econômicos poderosos e políticos influentes na região.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, denúncias sobre a existência de máfia na Funai datam de muito tempo.

Em março de 1996, por exemplo, em entrevista à imprensa, o ex-Deputado Federal Márcio Santilli, que ocupava na época a Presidência da entidade, divulgou que um dos motivos de sua saída da Funai referia-se exatamente à falta de apoio que havia encontrado para combater a máfia existente no interior do órgão. Segundo ele, pessoas influentes dominavam a área administrativa do órgão, desvirtuavam seus objetivos e mantinham relações de cobrança e poder de pressão sobre um conjunto importante de indigenistas.

Em meados de 1999, na Comissão Parlamentar de Inquérito da Funai, na Câmara dos Deputados, foram levantadas inúmeras denúncias de corrupção, malversação de recursos, tráfico de influência e envolvimento nebuloso da entidade com fazendeiros e garimpeiros. Os maiores problemas encontrados pela CPI referiam-se exatamente a invasões de terras indígenas e tentativas irregulares de exploração econômica dessas terras por fazendeiros, posseiros, madeireiros e garimpeiros.

Diante de tantos problemas encontrados e de tantas irregularidades apresentadas aos parlamentares, o relator da CPI, o então Deputado Federal Antonio Feijão (PSDB-AP), recomendou, em seu relatório, que o ideal seria colocar a Funai sob a tutela de um conselho pluriétnico, formado com representantes das etnias mais representativas da comunidade indígena e por um conselho pluriministerial, formado pelos Ministérios da Justiça, da Educação, da Saúde, do Planejamento e da Fazenda.

Nos últimos meses do ano 2000, a Funai estava, outra vez, sendo alvo de graves denúncias veiculadas por importantes canais da mídia nacional. Naquele ano, a título de exemplo, o jornal **O Estado de S. Paulo**, denunciou que havia forte suspeita do envolvimento de funcionários do órgão com madeireiros e índios em derubada e contrabando de madeiras nobres. De acordo com a matéria, a Polícia Federal iria abrir inquérito para apurar o envolvimento de madeireiros e funcionários da Funai em um incidente ocorrido em São Félix do Araguaia, quando 39 funcionários do Governo foram retidos na Aldeia Puicararanga pelos índios caiapós. Segundo as autoridades policiais, esse grupo de funcionários estava em missão que visava impedir a retirada ilegal de madeira daquela área indígena.

Em 2001, cinco funcionários da Funai e um do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – Ibama, de Rondônia foram acusados de comandar uma eficiente máfia de extração de diamantes, na chamada reserva Roosevelt, pertencente aos índios cintas-largas. Essa ocorrência consta dos documentos reservados da Polícia Federal e foi divulgada pelo jornal **O Globo**, em 29 de novembro de 2001.

Segundo a mesma matéria, os acusados estavam, inclusive, sendo responsabilizados por pelo menos dez casos de tortura e quatro assassinatos. A Polícia Federal declarou que os meliantes cobravam entre R\$10 mil e R\$18 mil para permitir a entrada de máquinas de extração de diamantes na reserva. Feito o primeiro pagamento, logo que vencesse o prazo de 30 dias estipulado para a exploração, os que quisessem permanecer na área teriam de pagar nova taxa. A mesma fonte assinalou que cerca de 30% dos lucros obtidos na área eram destinados ao suborno dos caciques.

Em janeiro de 2002, agentes da Polícia Federal conseguiram prender em Cuiabá, o fiscal da Funai Sérgio Toledo Santana, sob a acusação de chefiar a

máfia responsável pela extração ilegal de diamantes na reserva Roosevelt. Outros dois funcionários do mesmo órgão, Darcylío Ramos Moura e Claudionor Duarte, também foram presos, mas foram logo liberados pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com sede em Brasília.

Segundo a Polícia Federal, a máfia de Roosevelt conta com o apoio de maus funcionários da Funai, de empresários delinquentes, de políticos devassos, de caciques corruptos e de uma empresa multinacional de origem canadense. Cerca de dois mil garimpeiros atuavam na reserva, dilapidando o patrimônio nacional e sofrendo toda sorte de ameaças por parte dos marginais que controlam todas as saídas e entradas na reserva.

No início de 2003, a imprensa divulgou a instauração do inquérito nº 04423, da PF, para apurar supostas fraudes financeiras existentes na Funai. No referido inquérito, estão envolvidos como réus os Senhores Sant'Clair Pitangui Versiani e o programador de computadores da administração central da Funai, Paulo Marcos Vasconcelos. Os dois são acusados de improbidade administrativa, por serem apontados como causadores de um prejuízo da ordem de R\$340 mil aos cofres da Funai.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lamentavelmente é essa a história que temos para contar sobre a atuação da Funai nesses últimos sete anos. Criada há 39 anos para amparar e desenvolver políticas direcionadas às 215 etnias do País, infelizmente, a Funai foi desviada dos seus princípios nobres e virou um foco de corrupção, de incompetência e de ineficiência.

A mostra de sua instabilidade é patente, quando verificamos que o órgão já teve mais de 27 presidentes. Vale ressaltar que quase todas as suas administrações pecaram pela ineficácia, tanto na gestão externa quanto na gestão administrativa.

Há três anos, por exemplo, o órgão tinha cerca de 5 mil funcionários e centenas de cargos comissionados. Ao que nos parece, era muito mais um cabide de empregos do que uma entidade voltada para a defesa dos 325 mil índios existentes no País, que falam 175 línguas diferentes e que ocupam 561 áreas, o equivalente a 11% do território nacional.

Logo se observa que os fatos recentes, envolvendo garimpeiros e indígenas, que resultaram no massacre da Reserva Roosevelt foram delineados ao longo dos últimos anos.

Eminentes Sr^{as} e Srs. Senadores, no final deste pronunciamento, eu gostaria de lançar um desafio ao Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dizendo que é preciso salvar a Funai, saneá-la, livrá-

la da ação dos predadores e dos administradores incompetentes, expulsar os marginais e destinar as verbas necessárias para que ela possa realmente cumprir a sua verdadeira missão.

Finalizo meu discurso reproduzindo palavras do ambientalista e jornalista Washington Novaes, que encerra uma de suas entrevistas dizendo o seguinte: “Resta torcer para que os velhos sábios xinguanos – como Malakuyawá, Paru, Prepuri e tantos outros –, lá na aldeia dos ancestrais, onde se encontram, conversem com seus amigos, os irmãos Villas Boas e, juntos, consigam abrir os nossos olhos e influenciar os nossos rumos.”

Era o que eu tinha a dizer!

Muito obrigado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Fraudes na limpeza pública de São Paulo

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna para tratar da possível fraude na administração da limpeza em São Paulo. Existem indícios de que houvera corrupção e formação de quadrilha por parte de funcionários públicos que teriam desaparecido com provas de irregularidades cometidas pelas empresas do lixo – evitando que elas fossem multadas. Testemunhas afirmam que, apontadas falhas no serviço de varrição, os Boletins de Inspeção de Limpeza Urbana eram substituídos por outros, dentro das empresas fiscalizadas.

O Ministério Público Estadual afirma que os boletins de fiscalização da Prefeitura de São Paulo são alterados em favor de empresas. Por ano, o Município gasta cerca de R\$300 milhões com varrição. Outra prova de irregularidade está configurada graças à realização de uma busca e apreensão que resultou na apreensão de boletins de fiscalização em branco em uma das empresas fiscalizadas.

Por enquanto, a Prefeitura adotou apenas as medidas de definir, por sorteio, as áreas que sofrerão reforço de fiscalização e a impossibilidade de os engenheiros escolherem a equipe com a qual trabalhará.

Requeiro, por fim, que os artigos publicados na **Folha de S. Paulo** dos dias 20 e 22 de maio de 2004, em anexo, que embasaram este pronunciamento, sejam dadas como lidas e passem a integrar os anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ADMINISTRAÇÃO *Ministério Público diz que boletins de fiscalização da Prefeitura de São Paulo são alterados em favor de empresas*

Promotoria aponta fraude em varrição

SÍLVIA CORRÊA

DA REPORTAGEM LOCAL

O Ministério Público Estadual apreendeu ontem quase cem caixas de documentos no Limpurb (Departamento de Limpeza Urbana) e na Cliba Ltda., uma das empresas responsáveis pelos serviços de limpeza em São Paulo.

O mandado de busca e apreensão —cumprido simultaneamente nos dois endereços— foi concedido pela juíza Renata Okida, da 4ª Vara da Fazenda Pública, num inquérito da Promotoria de Justiça da Cidadania.

No inquérito —de nove volumes e quase 2.000 páginas—, os promotores apuram a existência que fraude na fiscalização da execução dos contratos de varrição, o que levaria às empresas contratadas a receberem por serviços que não foram prestados à cidade.

Por ano, o município gasta cerca de R\$ 300 milhões com a varrição. Em gestões anteriores, o pagamento por serviços que não foram realizados rendeu processos judiciais de R\$ 718 milhões contra as empresas e a prefeitura.

A base do esquema investigado pela promotoria é a adulteração dos chamados BIS (Boletins de

Inspeção de Serviços de Limpeza) —feita, segundo a denúncia, de comum acordo entre as empreiteiras e os engenheiros do Limpurb. A intenção seria sumir com supostas irregularidades praticadas pelas empresas, impedindo multas e retenção de pagamentos.

“Primeiro, por carta, dez fiscais do próprio Limpurb nos informaram que estavam sendo obrigados pelos engenheiros a alterar os relatórios”, narra o promotor Silvio Marques. “Depois, a prática nos foi reafirmada por funcionários de uma das empresas.”

Foi a carta dos fiscais que detonou a abertura do inquérito. Em seguida, em depoimento, dois deles confirmaram o teor do documento. Há dez dias, então, o vereador Gilberto Natalini (PSDB), que faz oposição à atual gestão, procurou Marques e entregou a ele documentos que sugerem o mesmo esquema. Os papéis teriam chegado às mãos do vereador por funcionários da Cliba.

Anteontem, dois desses funcionários depuseram e confirmaram as fraudes —admitindo, inclusive, terem participado de alterações de relatórios. Depois de refeitos pelas empreiteiras, eles seriam assinados por dois engenheiros

do Limpurb. Aí a Promotoria decidiu fazer a busca dos papéis.

No inquérito do Ministério Público são três os maiores indícios de eventuais irregularidades:

- 1) boletins de fiscalização em branco, que só deveriam existir no Limpurb, foram entregues aos promotores por pessoas da Cliba;
- 2) um desses boletins, preenchido com a data de 31 de julho de 2001, foi registrado em cartório —preenchido— cinco dias antes;
- 3) nos planos de varrição da empresa figuram ruas que não existem e vias de terra.

Outro lado

O presidente da Cliba, José Luiz de Souza Filho, diz confiar na apuração do Ministério Público e sustenta que a empresa “é fiscalizada pela prefeitura, não havendo irregularidade”. Segundo ele, as equipes fazem coleta de entulho nos trechos sem asfalto ou compensam o serviço, varrendo trechos não incluídos no contrato.

O Limpurb, por nota oficial, classificou a ação da Promotoria como “desmedida e desnecessária” e disse ter aberto uma comissão para apurar as denúncias. Enquanto isso, estão suspensos os pagamentos à Cliba.

ADMINISTRAÇÃO Delegado instaura inquérito para investigar fraudes na limpeza pública; TCM pede mais uma vistoria no Limpurb

Polícia vai apurar lixo; tribunal ordena blitz

SÍLVIA CORRÊA

DA REPORTAGEM LOCAL

A possível fraude na administração da limpeza em São Paulo virou caso de polícia. O inquérito que apurará as denúncias foi instaurado ontem na 7ª Delegacia Seccional, Itaquera (zona leste).

A ordem para o início da investigação — com definição, inclusive, do delegado que deve comandá-la — partiu de um ofício do diretor do Decap (Departamento de Polícia Judiciária da Capital), Antônio Chaves Martins Fontes.

O escolhido foi o delegado Nicanor Nogueira Branco, titular da seccional. Em gestões anteriores, ele investigou desvios e irregularidades na extinta CMTC, na merenda escolar e na CET (Companhia de Engenharia de Tráfego).

O objetivo de Branco será apurar se houve crime de corrupção e formação de quadrilha. A suspeita é que, se algum funcionário pú-

blico desapareceu com irregularidades cometidas pelas empresas do lixo — evitando que elas fossem multadas —, deve tê-lo feito em troca de alguma vantagem.

O delegado deve receber na semana que vem uma cópia do inquérito civil da Promotoria. São 13 volumes de documentos. E neles que estão os depoimentos de dois fiscais do Limpurb (Departamento de Limpeza Urbana) e de dois funcionários da Cliba Ltda.

As testemunhas dizem que, quando apontam falhas no serviço de varrição, os Boletins de Inspeção de Serviços de Limpeza Urbana (BIS) são substituídos por outros dentro das próprias empresas fiscalizadas. Depois, os documentos fraudados são assinados por engenheiros do Limpurb, fazendo com que a prefeitura pague por serviços não executados.

Para provar o esquema, os depoimentos entregaram ao Ministério Público alguns BIS — muitos em

branco — que estariam na sede da Cliba. De uso exclusivo do Limpurb, as folhas serviriam para substituir os boletins originais e seriam preenchidas até antes da data de realização do serviço.

A polícia pedirá exames gráficos dos suspeitos da fraude.

Nova vistoria

Ainda ontem, além da investigação policial, o vice-presidente do Tribunal de Contas do Município (TCM), conselheiro Edson Simões, determinou que a Secretaria de Fiscalização do órgão realize nova vistoria nos controles de serviço feitos pelo Limpurb.

A medida foi uma reação a sucessivos pedidos de adiamento de explicações apresentados pelo departamento desde 23 de março.

Naquela data, como a Folha informou ontem, o Limpurb recebeu um ofício para esclarecer que providências tomara para sanar falhas apontadas na varrição.

Em auditoria datada de fevereiro, o tribunal repetira um diagnóstico apontado anualmente desde 2001: o Limpurb não conta com uma fiscalização eficiente que possa “atestar com segurança que os serviços contratados [e pagos] foram efetivamente executados [na varrição da cidade]”.

A prefeitura tinha 15 dias para se manifestar, mas apresentou vários pedidos de dilação de prazo. Ontem, o quarto deles foi negado por Simões, que determinou a fiscalização. A ação visa “verificar se as deficiências apontadas pelo tribunal receberam alguma atenção das autoridades” e se “há melhorias que possam conferir segurança ao pagamento dos serviços”.

Os contratos de limpeza consomem pelo menos R\$ 300 milhões ao ano. Testemunhas das fraudes dizem que 30% desse montante é pago a serviços não realizados. Monitoramento do Datafolha indica que o índice chega a 64%.

Prefeitura decide testar o ‘fiscal do fiscal’

DA REPORTAGEM LOCAL

A partir da semana que vem, o Limpurb vai testar um esquema de reforço na fiscalização dos serviços de coleta e varrição. É a primeira reação da prefeitura às denúncias de fraude que vieram à tona na quarta.

A ideia é a seguinte: em 10 das 27 regiões da cidade — onde a escolha do circuito a fiscalizar já se dá por sorteio diário, de manhã —, novo sorteio definirá, à tarde, em que área será feita uma imediata revisão da vistoria, por outro agente vistor.

A fiscalização por sorteio começou no final do ano passado,

depois que a Promotoria informou ter recebido as primeiras denúncias de alteração dos boletins de fiscalização — na época, sem provas documentais.

O governo, como a Folha noticiou anteontem, arquivou a sindicância, descartando a existência de problemas, mas mudou seus procedimentos.

Outra mudança — essa, adotada em fevereiro — foi o rodízio de engenheiros e fiscais pelas áreas de limpeza. Até então, cada contrato — são nove na cidade — tinha um engenheiro encarregado. São alguns deles os acusados de alterar os boletins de fiscalização.

Agora, além de ter a área de trabalho definida por sorteio trimestral, o engenheiro também não escolhe mais, segundo o Limpurb, a equipe com a qual trabalhará. (SC)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para comentar o artigo intitulado “Lula evita falar com imprensa”, publicado no jornal **Correio Braziliense** de 24 de maio do corrente.

O artigo mostra que o Presidente Lula, em seu primeiro dia na China, fez questão de se manter distante dos jornalistas que acompanham a comitiva. A repercussão de notícias que apontam a Organização Não-Governamental Agora como suspeita de desvio de recursos, com registro de despesas com notas frias, foi a causa do silêncio de Lula.

VIAJEM À CHINA

Governo diz que os problemas com a organização não-governamental Agora dizem respeito ao PT. Em Pequim, o presidente comeu churrasco, festejou aniversário de casamento e foi ao Palácio de Verão

Lula evita falar com imprensa

DENISE BOTTENBURG
ENVIADA ESPECIAL

Pequim — Em seu primeiro dia de visita à China, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez questão de se manter distante dos jornalistas que acompanham a comitiva. O silêncio coincide com a repercussão de notícias que apontam a organização não-governamental (ONG) Agora como suspeita de desvio de recursos por causa da comprovação de despesas com notas frias. A única declaração do governo a respeito partiu do secretário de Imprensa, Ricardo Kotscho: “Não há motivos para o governo se manifestar a respeito. Isso não tem nada a ver com o governo. O presidente tem um monte de amigos e quem tem que responder é quem cuida dessa ONG. Se houve recursos desta ONG para campanhas, o partido é quem tem que responder”, afirmou Kotscho.

Segundo integrantes da comitiva brasileira em Pequim, as autoridades que acompanham o presidente à China foram informadas das notícias assim que desembarcaram na capital chinesa. Lula, no entanto, não comentou o assunto com os políticos. Por volta das 2h da madrugada (15 h de sábado em Brasília), duas horas e meia depois do desembarque, houve uma ligação de Pequim para o ministro-chefe de Casa Civil, José Dirceu, em que ficou combinado que o governo não se manifestaria. A expectativa do governo é deixar o caso — denunciado em primeira mão pelo *Correio* e o *Estado de Minas* no dia 31 de março — restrito ao PT do DF, já que é em Brasília que o empresário Mauro Dutran, presidente da Agora, mantém seus negócios.

Ontem, o presidente passou o dia em compromissos pessoais. Na hora do almoço, enquanto a imprensa seguia para o único compromisso previsto na agenda antes da inauguração do escritório da Petrobras à tarde, Lula reuniu a comitiva numa churrasqueira brasileira em Pequim —

Como as coisas no Brasil não andam muito bem, o Presidente resolveu se afastar da imprensa para comemorar, em uma churrasqueira, seu 30º aniversário de casamento com Dona Marisa.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

a Beijing-Brasil, uma *joint venture* (parceria) da Sadia com uma empresa chinesa. Lá, o presidente e dona Marisa Leticia ganharam um bolo decorado para comemorar 30 anos de casados junto a governadores, ministros e parlamentares convidados. O presente foi oferecido pelo gerente da churrasqueira, o brasileiro Celio Cella, que também entregou ao casal um vaso chinês e um buquê de flores.

Passado turístico

O presidente saiu do almoço direto para o Palácio de Verão (Yi He Yuan). O complexo, à beira do lago Kun Ming, serviu para refrescar imperadores por 800 anos. Na segunda guerra do ópio em 1860, os ingleses atearam fogo aos pavilhões todos trabalhados em madeira. Mais tarde, a imperatriz Cixi — única concubina que chegou ao trono na China — reconstruiu o palácio com os recursos que seriam destinados à criação de uma frota naval para fazer frente ao império britânico. O único navio produzido foi em mármore, segundo os chineses, para que a imperatriz pudesse tomar chá ao final da tarde.

Ontem, por apenas alguns minutos, um pedacinho do santuário onde Cixi morou até a sua morte, em 1908, ficou restrito à comitiva de Lula. Os jornalistas foram impedidos de acompanhar o presidente por todo o passeio, por causa da fragilidade das peças exibidas nos pavilhões.

No final do dia, Lula inaugurou o escritório da representação da Petrobras em Pequim. A Petrobras e a Sinopec, estatal chinesa do petróleo, vêm negociando algumas parcerias para exploração de petróleo em águas profundas. “A Petrobras tem um papel central na parceria estratégica que o Brasil e a China vêm consolidando. A parceria sinaliza uma nova vertente de cooperação do Brasil com a China extraordinariamente importante”, disse Lula, na solenidade de inauguração do escritório.

O SR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para elogiar e registrar o artigo intitulado “O paz e amor se acabou”, de autoria do Senador José Agripino, Líder do PFL no Senado Federal, publicado no Jornal do Brasil de 31 de maio do corrente.

O autor, em seu artigo, mostra que o Presidente Lula, no episódio da expulsão do jornalista Larry Rhoter, perdeu algo que foi fundamental para a sua eleição para a Presidência da República, em 2002: a serenidade.

O Presidente Lula precisa recuperar essa serenidade para que possa cumprir as suas promessas de campanha como a geração de dez milhões de empregos, o Fome Zero, a reforma agrária e o aumento do salário mínimo.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo publicado no Jornal do Brasil de 31 de maio do corrente seja considerado como parte deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Jornal do Brasil, 31 de maio de 2004

O ‘paz e amor’ se acabou

José Agripino

Ao tentar expulsar um jornalista do Brasil, abruptamente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva perdeu um dos pilares de seu capital político construído em mais de 20 anos de carreira – sua serenidade. Tal virtude foi fundamental para a vitória no pleito de 2002. O cidadão brasileiro não votou no Lula raivoso e vociferante dos anos 80. Não escolheu para a Presidência da República um líder que fez da agressividade uma ferramenta. Que passou anos atacando os inimigos políticos, sem poupar nem mesmo os atuais aliados do governo. O povo votou no Lula “paz e amor”, conciliador, terno, compreensivo e amigo.

De alguns pontos de vista, a serenidade pode até ser uma qualidade pouco importante para um político. Norberto Bobbio lembra que essa característica parece não estar presente nos grandes heróis. Desde o começo da história, eles são violentos, inclementes, mercuriais. “Não há lugar entre eles para os serenos. Azar dos serenos: não será dado a eles o reino da terra”, afirmou Bobbio no Elogio da Serenidade.

O grande pensador italiano lembrou que são inimigas da serenidade a arrogância, a insolência e a prepotência, infelizmente adjetivos atribuídos ao atual governo. E a serenidade também está longe da submissão. Na verdade, sereno é aquele que atravessa o fogo sem se queimar e a tempestade dos sentimentos sem se alterar. O contrário da serenidade é o abuso do poder.

O sereno sabe que em determinados momentos é preciso tomar decisões duras, mas sempre bem medidas e pensadas. Tem consciência de que não adianta se esconder por trás de pirotecnias, da retórica vazia. Sabe que só tem direito de exigir respeito porque respeita os demais. Autoridade é diferente de autoritarismo. Foi fácil, bombasticamente, cassar o visto de um jornalista autor de uma reportagem leviana sobre supostos hábitos etílicos do presidente. Mas a fatura veio rápida: a desmoralização internacional.

De acordo com Bobbio, uma característica do governante sereno é a simplicidade, essa sim, pedra angular da imagem pública de Lula. Se a serenidade se acaba, a simplicidade se esvai junto. “Simplicidade é precondição da serenidade. Dificilmente o homem complicado pode estar disposto à serenidade: vê intrigas, tramas e insídias por toda parte e, conseqüentemente, é desconfiado em relação aos outros quanto inseguro em relação a si mesmo”, nos diz Bobbio.

Parece até que o filósofo político italiano, morto em janeiro deste ano, observava o ocorrido no Brasil. Defensores de Lula se apressaram a associar a matéria do **The New York Times** a um grande complô contra o PT, com participação do governo americano e até mesmo do presidente George Bush. Alegavam que o Brasil estava “incomodando” os Estados Unidos por causa da vitória na Organização Mundial do Comércio contra os subsídios ao algodão americano.

Nem se deram ao trabalho de ler o New York Times e constatar que o jornal tem sido crítico do governo Bush. O Times foi contra a concessão dos subsídios. Nesse exato ponto alia-se ao Brasil. Os companheiros de Lula parecem não compreender que a imprensa é independente do Estado e tem a liberdade de elogiá-lo ou criticá-lo quando necessário. Estão confusos e inseguros. Se o governo estivesse bem, essa reação atabalhoada não ocorreria.

Lula precisará de autocontrole para dar conta de centenas de demandas do Brasil. O episódio do jornalista americano é apenas a ponta do iceberg. O governo terá serenidade para cumprir compromissos como a criação de 10 milhões de empregos, Fome Zero, resolução do problema dos sem-terra, aumento do valor real do salário mínimo? Isso sem falar no espetáculo do crescimento e na queda dos juros, para ficar apenas em algumas das incontáveis promessas.

Será preciso serenidade para reprimir os instintos autoritários e, democraticamente, aprender a conviver com a crítica, venha de onde vier. Não conseguiram se domar ao expulsar três deputados e uma senadora e ao cassar o visto do jornalista Larry Rother. Já anunciaram que vão punir os petistas que se posicionarem contra o minguido aumento do salário mínimo. Hoje são partidos em tese aliados que exigem mudanças na condução da economia. O que vão fazer quando a voz das ruas efetivamente resolver cobrar as promessas? – **José Agripino** é Senador (PFL – RN)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 35, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 178, de 2004)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 35, de 2004, que *autoriza, em caráter excepcional, a antecipação da transferência de recursos prevista no art. 1º-A da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que “institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (CIDE), e dá outras providências”, nas condições que especifica*, proveniente da Medida Provisória nº 178, de 2004.

Relator revisor: **João Alberto Souza**.

– 2 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 36, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 179, de 2004)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 36, de 2004, que *altera os arts. 8º e 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 179, de 2004.

Relator revisor: Senador **Rodolpho Tourinho**.

– 3 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 180, DE 2004 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 180, de 2004, que *abre, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito extraordinário no valor de R\$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais) para os fins que especifica*.

Relator revisor: Senador **Leomar Quintanilha**.

– 4 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 37 DE 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 181, de 2004) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2004, que *autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S. A. - Eletrobrás a efetuar capitalização junto à Companhia Energética do Maranhão – Cemar e altera a alínea “a” do inciso I do art. 3º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, proveniente da Medida Provisória nº 181, de 2004*.

Relator revisor: Senador **Edison Lobão**.

– 5 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 221, DE 2003-COMPLEMENTAR

Votação Nominal

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 446, de 2004 - art. 336, I)

Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2003 - Complementar, de autoria do Senador César Borges, que *altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias*.

Dependendo leitura do Parecer da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, e de Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 527, DE 2003

Votação Secreta

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 527, de 2003, de iniciati-

va dos Líderes Partidários, *de indicação do Senhor Luiz Otavio Oliveira Campos para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 73, § 2º, inciso II, da Constituição Federal*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.152, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá.

– 7 –

REQUERIMENTO Nº 1.139, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.139, de 2003, do Senador Jorge Bornhausen, solicitando ao Ministro da Fazenda informações a respeito dos processos instaurados pelo Banco Central do Brasil sobre o Banco do Estado de Santa Catarina S/A – BESC e seus ex-administradores.

Parecer favorável, sob nº 1.825, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

– 8 –

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 18, de 2004, do Senador Romeu Tuma, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda, informações a respeito dos valores, em reais e em dólares norte-americanos, enviados ao exterior, nos anos de 1997 a 2003, pela Parmalat do Brasil, por suas empresas controladas e por outras empresas controladas pela Parmalat Itália.

Parecer sob nº 196, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Fernando Bezerra, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

– 9 –

REQUERIMENTO Nº 507, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 507, de 2004, da Comissão de Educação, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sobre possível financiamento à Empresa de Telefonia Celular Claro, ligada ao grupo MCI/TEL-MEX pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Parecer sob nº 496, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Demóstenes Torres, favorável, com retificação.

– 10 –

REQUERIMENTO Nº 553, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 553, de 2004, da Comissão de Fiscalização e Controle, solicitando, informações ao Ministro

da Fazenda a respeito do Banco Mercantil de Descontos (BMD S.A), tendo em vista matéria publicada na revista Dinheiro que resultou na abertura de inquérito policial civil contra os ex-controladores daquele Banco.

Parecer favorável, sob nº 488, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

– 11 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 108, DE 2003 – COMPLEMENTAR

Votação Nominal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2003 - Complementar (nº 224/2001-Complementar, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 1º do art. 3º da Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios*.

Parecer sob nº 337, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, com Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

– 12 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 392, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2004 (nº 1.149/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo por troca de notas que dará efetividade ao “Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista”, o qual conta com financiamento do “Japan Bank for International Cooperation” no valor de vinte e um bilhões e seiscentos e trinta e sete milhões de ienes e terá como mutuário a Companhia de Saneamento Básico de São Paulo, assinado pelo Governo da República Federativa do Brasil e pelo Governo do Japão na cidade de Brasília, em 20 de agosto de 2003*.

Parecer favorável, sob nº 453, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 5 minutos.*)

(OS 138988/04)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney		Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	- Paulo Elifas
	ESPÍRITO SANTO	PT	- Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PSDB	Marcos Guerra		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	- Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	- Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscmcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Moraes
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati

Vice-Presidente: Pedro Simon

Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)



SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR NEY SUASSUNA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)			
IDELI SALVATTI-PT	SC-2171/72	1-ANA JÚLIA CAREPA-PT	PA-2104/10
SIBÁ MACHADO	AC-2184/88	2-DELCÍDIO AMARAL-PT	MS-2451/55
ANTONIO CARLOS VALADARES-PSE	SE-2201/04	3-GERALDO MESQUITA JUNIOR-PSB	AC-1078/1278
AELTON FREITAS-PL	MG-4018/4621		
DUCIOMAR COSTA-PTB	PA-2342/43		
PMDB			
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	1-VALMIR AMARAL	DF-1961/62
LUIZ OTAVIO	PA-3050/1026	2-ROMERO JUCÁ	RR-2112/13
GERSON CAMATA	ES-1403/3256		
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-1411/4073		
PFL			
CÉSAR BORGES	BA-2212/13	1-JORGE BORNHAUSEN	SC-4206/07
EFRAIM MORAIS	PB-2421/22	2- PAULO OCTAVIO	DF-2011/19
JOAO RIBEIRO	TO-2163/64		
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92		
PSDB			
ARTHUR VIRGILIO	AM-1201/1301	1-LEONEL PAVAN	SC-4041/4014
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348		
PDT			
OSMAR DIAS	PR-2124/5	1-ALMEIDA LIMA	SE-1312/1427
PPS			
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/1162		

REUNIÕES: QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 26-03-04

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2.Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2.Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)

Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral:

19.04.1995

2ª Eleição Geral:

30.06.1999

3ª Eleição Geral:

27.06.2001

4ª Eleição Geral:

13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago)	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago)	DF	2285	3. Eduardo Suplicy	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB¹					
(Vago)			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB, PL e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 16.04.2004)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5256

sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB/PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Maurício Randes (PT-PE)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Carlos Melles (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 02.06.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPTÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 27.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil) *
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) *

** Designados na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social*

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador SÉRGIO GUERRA (PSDB -PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLY (PT -SP)

Atualizado em 02.06.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações

Revista de Informação Legislativa – Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.



Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 112 PÁGINAS